PREV-HED

Funded by the European Union

WP3 – Investigação sobre protocolos existentes e melhores práticas

Investigação sobre os protocolos existentes para a prevenção do assédio sexual em instituições de ensino superior e as melhores práticas na educação individualizada.

Parceiro principal:

Les Militants des Savoirs (MDS), França

Autores:

Bénédicte LARRIEU,

Séraphin ALAVA, Dima

HANNA

Programa: Erasmus+

Número do projeto: 2023-1-FR01-KA220-HED-000152633

PREV-HED

Volume 1: Investigação sobre os protocolos existentes para a prevenção do assédio sexual em instituições de ensino superior e as melhores práticas na educação individualizada.

Bénédicte LARRIEU, Séraphin ALAVA

Data: 20-04-2024

Funded by
the European Union

O PREVHED recebeu financiamento do programa ERASMUS+ da União Europeia — Parcerias de Cooperação no Ensino Superior, ao abrigo do acordo de subvenção 2023-1-FR01-KA220-HED-000152633

O apoio da Comissão Europeia à elaboração desta publicação não implica qualquer endosso do seu conteúdo, que reflete apenas as opiniões dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer utilização que possa ser feita das informações nela contidas.

Controlo de alterações

Propriedades do documento

N.º do resultado		1	
Resultado do projeto n.º 3	1	**Título do pacote de trabalho**	Investigação sobre os protocolos existentes para a prevenção do assédio sexual em instituições de ensino superior e melhores práticas na educação individualizada.
Autor(es)		Bénédicte Larrieu (MDS), Séraphin Alava (MDS), Dima Hanna	
Colaboradores		Maria Avila Bravo-Villasante (URJC), Eva Palomo (URJC), Rut Bermejo (URJC), Nedzad Mosevic (FHS), Heike Rainer (FHS), Bernet Heika (FHS), Almudena González Costas (Femxa), Hanane Chenoufi Aussaoiu (Femxa), Vitor Leila Da Sila De Braiga (IPP), Georges Ionescu (RAU), Daniela Firoiu (RAU), Yiannis Tsampoulatidis, Eleni Kamateri (Infalia).	
Auditor		Séraphin Alava (MDS), Maria Ávila Bravo Villassante (URJC)	
Título		Investigação sobre os protocolos existentes para a prevenção do assédio sexual em instituições de ensino superior e as melhores práticas em matéria de Educação	
Data		27 de maio de 2024	
Nível de difusão		Público	

Controlo de revisões

Versão	Data	Comentários
1.ª versão	1/05/2025	APAGAR
2.ª versão	18/05/2024	APAGAR
3.ª versão	20/10/2025	Relatório final e anexo

Índice

Resumo *8*

Introdução *9*

Contexto do projeto PREVHED **9**

Objetivos e âmbito do projeto **10**

Estrutura do relatório **11**

A situação da violência sexual e do assédio nas instituições de ensino superior na Europa *12*

Responsabilidades das universidades na Europa *15*

Prevenção da violência sexual no ensino superior **15**

Responsabilidade e obrigações da universidade 16

Optar pela prevenção primária 16

Orientações de prevenção dos Centros de Controlo e Prevenção de Doenças 17

Metodologia *18*

Abordagem geral **18**

Recolha e análise de dados **18**

Equações e estratégias de pesquisa **19**

Equações de pesquisa 19

Estratégias de pesquisa 20

Tabela para recolha e resumo dos resultados **20**

Processo de recolha de dados 20

Trabalho de síntese 21

Glossário *21*

Glossário de termos-chave **22**

O quadro legislativo e político da Europa *28*

Política de combate à violência de género e à violência sexual **28**

Legislação e questões políticas relativas ao assédio sexual **31**

Comparação dos quadros legislativos entre os países europeus **32**

Políticas em França 32

Políticas em Espanha 32

Políticas em Portugal 33

Políticas na Roménia 34

Políticas na Grécia 34

Políticas na Itália 34

Políticas na Bélgica 34

Política na Áustria 34

Os efeitos do movimento #MeToo na luta contra o assédio e a violência sexuais 35

Estudos de caso de instituições de ensino superior *36*

Análise global das iniciativas de prevenção e controlo nas universidades **36**

Políticas de prevenção e definição de políticas 38

Sistemas específicos de escuta e apoio 38

Iniciativas de prevenção e formação 38

Estruturas de comunicação e comunicação de incidentes 39

Estudos de caso por país **40**

Seleção de casos 40
Recolha de dados 41
Análise de dados 41
França 44
Espanha 54
Itália 59
Portugal 63
Roménia 70
Grécia 78
Bélgica 86
Suécia 94
Áustria 103

Considerações e análises das políticas universitárias contra a violência sexual ***111***

Nível de mobilização - Consenso e dissenso **111**
Nível de mobilização 111
Consenso ou dissenso político 115
Análise dos objetivos perseguidos por todos os casos na luta contra a violência sexual no ensino superior 117

Barreiras e resistência à mudança **119**

Políticas nacionais de combate à violência sexual e de género **121**
9.3.1 Áustria 121
9.3.2 Bélgica 122
9.3.3 Espanha 124
9.3.4 França 125
9.3.5 Grécia 126
9.3.6 Itália 127
9.3.7 Portugal 129
9.3.8 Roménia 130
9.3.9 Suécia 131

Melhores práticas e orientações para ações de prevenção, apoio e resiliência ***134***

Tipologia de boas práticas na área da violência e do assédio sexual em instituições de ensino superior **134**
Prevenir a vitimização 134
Prevenção da prática de violência 134
A abordagem do «espectador» ou «testemunha ativa» 135
Quais são os critérios para maximizar a eficácia de uma boa prática? 136

Melhores práticas na luta contra a violência sexual no ensino superior, recolhidas pelos parceiros. **138**

Resumo dos métodos de avaliação **140**

Fatores favoráveis e obstáculos à eficácia das ferramentas de prevenção **142**
Fatores que contribuem para a eficácia das ferramentas de prevenção 142
Barreiras à eficácia das ferramentas de prevenção 143

Discussão e recomendações ***144***

Referências ***151***

Resumo

O relatório intitulado «Estudo sobre os protocolos existentes para a prevenção do assédio sexual em instituições de ensino superior e as melhores práticas na educação individualizada» analisa a prevenção do assédio sexual nas universidades europeias. O documento destaca o desenvolvimento de sistemas para a prevenção da violência sexual, o apoio eficaz às vítimas e a criação de materiais didáticos adequados para a formação de estudantes, gestores e docentes. O principal objetivo do relatório é realizar uma revisão exaustiva da literatura europeia sobre o tema e identificar as melhores práticas. Pretende também desenvolver um sistema de apoio eficaz para as vítimas de violência baseada no género no ensino superior. Este trabalho está dividido em vários volumes: o primeiro centra-se na síntese das melhores práticas e dos sistemas de apoio na Europa, em particular nas instituições dos países parceiros.

O relatório adota uma metodologia rigorosa que inclui a recolha e análise de dados provenientes de diversas fontes europeias, bem como estudos de caso e análises qualitativas e quantitativas para avaliar a eficácia das práticas existentes.

Em suma, este relatório constitui um guia abrangente e um recurso valioso para as instituições de ensino superior que pretendam implementar ou melhorar protocolos de prevenção do assédio sexual e criar um ambiente mais seguro para todos os membros da sua comunidade académica.

Estrutura do relatório:

Volume 1: Este volume apresenta um inventário das melhores práticas e dos sistemas de apoio eficazes para vítimas de violência ou assédio sexual. Apresenta ainda uma tipologia das medidas de prevenção em vigor nas universidades europeias, com especial destaque para as instituições dos países parceiros.

Volume 2: Anexos: Investigação nacional, estudos de caso e documentos de apoio: Este volume reúne todos os materiais de investigação de apoio, incluindo panoramas nacionais, estudos de caso institucionais, análises de protocolos de prevenção e denúncia, e fontes documentais. Abrange a investigação realizada nos países parceiros e fora deles, fornecendo as evidências que sustentam as conclusões apresentadas no Volume 1.

Introdução

Contexto do projeto PREVHED

O projeto PREVHED é um projeto de cooperação ERASMUS KA2 entre instituições de ensino superior. Inscreve-se num quadro europeu caracterizado por uma maior sensibilização e ação contra a violência de género e sexual, particularmente nas instituições de ensino superior. Esta violência, que inclui o assédio sexual, o trote e a violação, representa um problema grave, afetando não só a segurança e o bem-estar dos indivíduos, mas também a integridade e a excelência académica das instituições.

A União Europeia, através de diretivas como a Diretiva 2006/54/CE relativa à igualdade de oportunidades e à igualdade de tratamento entre homens e mulheres em matéria de emprego e de atividade profissional, e a Diretiva 2012/29/UE que estabelece normas mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas de crimes, criou quadros jurídicos que exigem que os Estados-Membros tomem medidas contra essa violência. Além disso, o programa Erasmus+, ao abrigo do qual o projeto PREVHED é financiado, apoia ativamente iniciativas destinadas a melhorar as políticas de prevenção e gestão dessa violência no ensino superior.

O projeto PREVHED visa desenvolver abordagens inovadoras e partilhar as melhores práticas para prevenir o assédio sexual e a violência nas universidades europeias. O projeto reúne sete organizações parceiras de seis países europeus: França, Espanha, Áustria, Portugal, Roménia e Grécia. A investigação comparativa analisa também as práticas noutros países europeus. Mais concretamente, o projeto visa:

1. Desenvolver e distribuir materiais de formação para profissionais da educação.
2. Desenvolver e promover políticas de prevenção adaptadas aos contextos específicos das universidades participantes.
3. Criar sistemas eficazes de apoio e denúncia para as vítimas de violência sexual.

Cada país participa na recolha de dados relevantes e elabora, em conjunto, resumos que vão ao encontro dos objetivos do PREVHED. Estes resumos facilitam a criação de tipologias de sistemas de prevenção e de públicos afetados, constituindo uma base para o desenvolvimento de estratégias específicas e eficazes.

O projeto PREVHED é um exemplo concreto de como a cooperação europeia e o alinhamento com as políticas da UE podem ajudar a melhorar a segurança e a inclusão dos ambientes educativos. Ao consolidar esforços à escala europeia e promover o intercâmbio de boas práticas, o

projeto aspira a um impacto duradouro na prevenção da violência sexual no ensino superior em todo o continente.

Este compromisso transnacional é crucial não só para proteger os indivíduos da violência, mas também para promover uma cultura académica de respeito e igualdade, alinhada com os valores fundamentais da União Europeia e as políticas em matéria de direitos humanos e igualdade de género.

Objetivos e âmbito do projeto

O projeto PREVHED foi concebido para abordar de forma proativa a prevenção da violência sexual nas instituições de ensino superior em toda a Europa. A sua ambição é estabelecer um ambiente académico seguro e respeitoso, promovendo o bem-estar e o sucesso de todos os estudantes e colaboradores. Os objetivos específicos do projeto são:

A) Reforçar a prevenção da violência sexual e do assédio:

1. Desenvolver estratégias de prevenção eficazes, adaptadas aos diversos contextos universitários europeus.
2. Sensibilizar para a importância da prevenção da violência sexual nas comunidades universitárias.

B) Promover as melhores práticas entre instituições de ensino superior:

1. Facilitar o intercâmbio de melhores práticas e estratégias bem-sucedidas entre as universidades parceiras.
2. Estabelecer uma rede de colaboração entre instituições para apoio mútuo e aprendizagem contínua.

C) Melhorar a formação dos profissionais da educação:

1. Conceber e implementar programas de formação específicos para responsáveis e administradores do ensino sobre a gestão e a prevenção da violência sexual.
2. Capacitar o pessoal educativo para atuar eficazmente como agentes de prevenção e apoio nas suas instituições.

Para atingir estes objetivos, o projeto PREVHED está a implementar várias tarefas-chave divididas em diferentes pacotes de trabalho, cada um deles focado em aspetos específicos do problema global:

Investigação e avaliação das práticas existentes:

1. Recolha de dados sobre as práticas atuais na prevenção da violência sexual em todos os países parceiros.

2. Análise comparativa para identificar os pontos fortes e fracos das abordagens atuais.

Desenvolvimento de materiais de formação e sensibilização:

1. Criação de módulos de formação para formadores, incluindo guias, vídeos e cenários de simulação sobre a prevenção da violência sexual.
2. Organização de workshops e seminários para formar os formadores que irão trabalhar diretamente com o pessoal e os estudantes universitários.

Implementação de campanhas de sensibilização:

1. Realização de campanhas de sensibilização nas universidades parceiras para promover comportamentos respeitosos e seguros.
2. Utilização das redes sociais e de plataformas online para alcançar um público mais vasto e envolver as comunidades universitárias em debates e atividades de prevenção.

Implementação de mecanismos de denúncia e apoio:

1. Desenvolvimento do chatbot PREV-HED para fornecer informações, orientação e encaminhamento para os procedimentos institucionais de denúncia e serviços de apoio existentes, sem funcionar como um canal formal de denúncia.

   .
2. Formação de conselheiros e pessoal de apoio para ajudar eficazmente as vítimas no processo de recuperação e justiça.

Avaliação e melhoria contínua:

1. Criação de sistemas de avaliação para medir a eficácia das ações realizadas no âmbito do projeto.
2. Revisão e ajustamento das estratégias de prevenção com base no feedback e nos resultados da avaliação.

Ao consolidar os esforços de prevenção e adotar uma abordagem holística e integrada, o projeto PREVHED pretende transformar os ambientes universitários em locais mais seguros e acolhedores para todos. O projeto representa um contributo significativo para os esforços contínuos da Europa no combate à violência sexual no ensino superior, alinhando as suas ações com os valores e objetivos a longo prazo da União Europeia em matéria de proteção dos direitos e promoção da igualdade.

Estrutura do relatório

O relatório do projeto PREVHED foi concebido para fornecer uma análise abrangente das iniciativas de prevenção da violência sexual em instituições de ensino superior em toda a Europa. Começa com um resumo executivo que apresenta uma visão geral concisa dos principais pontos e conclusões. **A**

introdução que se segue contextualiza o projeto, detalhando o contexto europeu do combate à violência sexual, os objetivos e o âmbito do projeto PREVHED, bem como a organização do próprio relatório.

A secção **de metodologia** descreve os métodos utilizados para recolher e analisar os dados, descrevendo a abordagem geral, os procedimentos de recolha e as técnicas de análise. Inclui também as equações de investigação e as estratégias de investigação aplicadas, seguidas de uma discussão sobre a grelha de recolha e síntese de resultados, explicando como os dados foram recolhidos e sintetizados.

É, em seguida, apresentado **um glossário** para esclarecer os termos técnicos e específicos utilizados ao longo do relatório. Este esclarecimento é essencial para compreender o quadro legislativo e político da Europa relativo à violência de género e à violência sexual, que é explorado em pormenor, analisando políticas, leis e comparações entre os quadros legislativos de diferentes países europeus.

A secção seguinte, **«Estudos de caso em instituições de ensino superior»,** aplica a metodologia definida acima para apresentar e analisar estudos de caso específicos de cada país, destacando exemplos concretos da implementação de políticas de prevenção.

O relatório passa, em seguida, a abordar **considerações e análises das políticas universitárias de combate à violência sexual**, analisando o consenso e as divergências, as parcerias e as influências do lobbying, bem como a dimensão do problema a nível nacional.

Na secção de **melhores práticas e orientações**, o relatório reúne e resume as melhores práticas e propõe um modelo para a padronização das ações de prevenção. Avalia também estas práticas para determinar a sua eficácia.

A secção sobre **formação e materiais didáticos** detalha os currículos e programas de formação adaptados a diferentes públicos, bem como os módulos didáticos desenvolvidos.

O relatório conclui com uma **discussão e recomendações** baseadas nas análises anteriores, seguidas de uma conclusão que resume as principais conclusões e perspetivas do projeto. As referências e os anexos fornecem as fontes de informação utilizadas e documentos adicionais que sustentam o relatório, completando este estudo abrangente sobre a prevenção da violência sexual nas instituições de ensino superior europeias.

A situação da violência sexual e do assédio nas instituições de ensino superior na Europa.

A prevalência da violência sexual nas universidades é significativa e afeta principalmente as estudantes do sexo feminino. Seguem-se algumas estatísticas-chave da tese de Marine Picard:

Prevalência global: De acordo com o inquérito VIRAGE-2018, a violência sexual sem contacto físico, como o assédio sexual e o voyeurismo, é a mais frequente a seguir à violência psicológica. Até 16 % das estudantes relatam comentários e atitudes de caráter sexual, em comparação com 5 % dos estudantes do sexo masculino.

Violência sexual com contacto: As estudantes têm duas vezes mais probabilidades do que a população em geral de serem vítimas de violência sexual com contacto e não penetrativa nas universidades.

Local das agressões: 15% das agressões sexuais sem contacto ocorrem numa sala de aula ou numa sala de conferências, e a maioria dos agressores são estudantes.

Inquéritos específicos:

1. Na Universidade de Lorena, 16% dos estudantes afirmam ser vítimas de assédio sexual, sendo 88% das vítimas mulheres. 84% dos autores de assédio sexual são outros estudantes.
2. No Canadá, um inquérito da ESSIMU de 2016 revela que quase 4 em cada 10 estudantes já se depararam com uma situação de violência sexual num contexto universitário.
3. Nos Estados Unidos, um estudo de 2019 da Associação de Universidades Americanas revela que 59,2% das estudantes afirmam ter sido alvo de comportamentos que se enquadram na categoria de assédio sexual desde o início dos seus estudos universitários.
4. Estudos médicos: Em França, a InterSyndicale Nationale des Internes (ISNI) estimou, em 2017, a prevalência da violência sexual entre os estagiários em 8,6%. A violência sexual incluiu 65% de gestos e contactos físicos indesejados e 35% de assédio sexual.

Estes números, citados por Marine Picard, revelam uma prevalência preocupante de violência sexual em ambientes universitários, sublinhando a necessidade de medidas preventivas e de apoio às vítimas.

A violência sexual e o assédio nas instituições de ensino superior são problemas graves que afetam estudantes e pessoal académico em toda a Europa. Estudos recentes, como o inquérito UniSAFE, revelam uma elevada prevalência deste tipo de violência e os desafios que as instituições enfrentam no combate a este flagelo. Esta apresentação resume os dados disponíveis, as formas de violência observadas, as suas consequências, as razões para a não denúncia e as iniciativas tomadas pelas universidades para prevenir e gerir estes incidentes.

A violência sexual nas instituições de ensino superior é motivo de particular preocupação devido à sua elevada prevalência. O inquérito UniSAFE, realizado entre janeiro e maio de 2022, revela que 62 % dos inquiridos afirmaram ter sofrido pelo menos uma forma de violência baseada no género desde que

começaram a trabalhar ou a estudar na sua instituição. Destas, a violência psicológica (57%) e o assédio sexual (31%) são as mais comuns. Estes números revelam a dimensão do problema e a necessidade de medidas eficazes para o combater.

As formas de violência sexual nas instituições de ensino superior são variadas. A violência psicológica, a violência económica, a violência online, a violência física e a violência sexual estão todas presentes nestes ambientes. Por exemplo, 31% dos inquiridos no inquérito UniSAFE relataram incidentes de assédio sexual, incluindo comentários indesejados sobre a aparência, avanços sexuais e gestos inadequados. Estas diferentes formas de violência têm impactos profundos e duradouros nas vítimas, afetando a sua saúde mental, bem-estar e desempenho académico ou profissional.

As consequências da violência e do assédio sexuais nas universidades são graves e múltiplas. Para o pessoal académico, essa violência pode levar à redução da produtividade, ao afastamento dos colegas, à insatisfação profissional e a uma maior disposição para abandonar o setor académico. Para os estudantes, as consequências incluem absentismo, redução do desempenho académico, afastamento dos colegas e insatisfação com o currículo. Estes efeitos demonstram que a violência e o assédio sexuais não são apenas problemas individuais, mas afetam toda a comunidade universitária e comprometem a missão educativa das instituições.

Apesar da elevada prevalência da violência sexual, uma proporção alarmante de incidentes não é denunciada. Apenas 13% dos incidentes são denunciados, de acordo com o inquérito da UniSAFE. As razões para a não denúncia incluem dúvidas quanto à gravidade do comportamento, reconhecimento tardio do comportamento como violento, cepticismo quanto à eficácia da denúncia e falta de familiaridade com os procedimentos de denúncia. Por exemplo, 47% das vítimas não têm a certeza se o comportamento é suficientemente grave para ser denunciado e 31% não reconhecem imediatamente o comportamento como violento. Estes números sublinham a necessidade de informar melhor os estudantes e o pessoal sobre os procedimentos de denúncia e de criar um ambiente em que as vítimas se sintam apoiadas e seguras para se manifestarem.

Perante esta situação preocupante, várias instituições de ensino superior na Europa lançaram iniciativas exemplares para combater a violência e o assédio sexuais. A iniciativa «LUIS*A on Campus» da Universidade de Graz, na Áustria, é um exemplo notável. Este programa inclui pontos de apoio espalhados pelo campus, que oferecem apoio imediato e informação às vítimas. Esta abordagem aumenta a visibilidade dos esforços de prevenção e garante um acesso fácil aos recursos para as vítimas.

O programa «100% Respect» da Universidade de Mons, na Bélgica, é outra iniciativa exemplar. Combina campanhas de comunicação e formação específica para sensibilizar para comportamentos inaceitáveis na comunidade universitária e incentivar a denúncia de incidentes. Esta abordagem abrangente envolve ativamente estudantes e pessoal, reforçando uma cultura de respeito e de tolerância zero em relação à violência sexual.

Na Sciences Po Bordeaux, em França, a criação de uma «Cellule de Veille et d'Écoute» proporciona um espaço seguro onde as vítimas podem denunciar anonimamente incidentes de assédio sexual e receber o apoio adequado. Esta iniciativa demonstra a importância do apoio centralizado e do anonimato para incentivar as vítimas a manifestarem-se. Além disso, o empenho de um grupo de trabalho dedicado à violência de género e sexual promove uma abordagem colaborativa e inclusiva.

A Universidade de Bolonha, em Itália, criou um Serviço Universitário contra a Violência de Género, que oferece entrevistas individuais, uma linha de apoio telefónico e procedimentos de emergência para a proteção imediata das vítimas. Esta iniciativa é um exemplo de apoio multidimensional e capacidade de resposta, combinando serviços psicológicos, jurídicos e de segurança para as vítimas.

A Universidade Autónoma de Barcelona, em Espanha, destaca-se pelo seu Plano de Ação para a Igualdade de Género. Gerido pelo Observatório para a Igualdade, este plano inclui pontos de informação, campanhas de sensibilização e formação regular para o pessoal e os estudantes. Esta estrutura sólida e as iniciativas em curso demonstram a importância do compromisso institucional a longo prazo na criação de um ambiente universitário seguro e respeitoso.

Em conclusão, a violência sexual e o assédio nas instituições de ensino superior da Europa constituem problemas graves e generalizados. As iniciativas exemplares implementadas por algumas universidades demonstram que é possível combater eficazmente essa violência através de uma ação coordenada e sustentada. É crucial que todas as instituições de ensino superior adotem medidas semelhantes para proteger os seus estudantes e pessoal, criar ambientes de aprendizagem seguros e respeitosos e responder eficazmente a incidentes de violência sexual. As boas práticas identificadas podem servir de modelo para outras instituições, ajudando a reduzir a prevalência da violência sexual no ensino superior na Europa.

Responsabilidades das universidades na Europa.

Prevenir a violência sexual no ensino superior

A prevenção da violência sexual nas instituições de ensino superior é uma questão crucial. As universidades, enquanto instituições educativas e sociais, têm o dever de garantir um ambiente seguro e inclusivo para todos os estudantes. As estratégias de prevenção devem ser abrangentes e proativas, incorporando uma variedade

de abordagens para prevenir, detetar e tratar a violência sexual. Apresentamos aqui uma análise das responsabilidades das universidades, da importância da prevenção primária e das recomendações dos Centros de Controlo e Prevenção de Doenças (CDC) para uma prevenção eficaz.

Responsabilidade e obrigações da universidade

As universidades têm a responsabilidade legal e moral de proteger os seus estudantes contra a violência sexual. De acordo com os regulamentos e leis em vigor, tais como as diretrizes emitidas pelo Ministério do Ensino Superior, Investigação e Inovação (MESRI) francês, as universidades devem implementar medidas eficazes de prevenção, apoio e sanção.

As obrigações específicas incluem:

1. **Prevenir a discriminação e a violência**: as universidades devem sensibilizar e educar toda a comunidade universitária sobre questões relacionadas com a violência sexual, incluindo as consequências legais e sociais de comportamentos inadequados.
2. **Proteção dos denunciantes**: As instituições devem garantir que as vítimas e testemunhas de violência sexual sejam protegidas contra represálias e recebam apoio adequado.
3. **Procedimentos disciplinares**: As universidades devem investigar as alegações de violência sexual e tomar as medidas disciplinares adequadas contra os autores.
4. **Comunicação às autoridades**: As instituições são obrigadas a comunicar crimes ou infrações de natureza sexual às autoridades judiciais competentes.

Optar pela prevenção primária

A prevenção primária visa impedir a ocorrência inicial de violência sexual através de intervenções educativas e ambientais. Ao contrário da prevenção secundária, que se centra na resposta a incidentes de violência sexual após a sua ocorrência, a prevenção primária procura alterar comportamentos e normas sociais para reduzir, desde o início, o risco de violência.

Os benefícios da prevenção primária incluem:

1. **Reduzir comportamentos de risco**: Ao educar os estudantes sobre o consentimento, as relações respeitosas e as consequências da violência sexual, as universidades podem reduzir os comportamentos de risco.
2. **Mudança das normas sociais**: os programas de prevenção primária podem ajudar a mudar atitudes e crenças que toleram ou minimizam a violência sexual, criando uma cultura de respeito e segurança.
3. **Empoderamento de potenciais vítimas**: as intervenções podem incluir formação em autodefesa e programas de desenvolvimento de competências para ajudar os estudantes a protegerem-se e a reagirem a situações potencialmente perigosas.

Orientações de prevenção dos Centros de Controlo e Prevenção de Doenças

O CDC desenvolveu uma abordagem estruturada para a prevenção da violência sexual, resumida pela sigla «STOP SV». Esta estratégia propõe várias linhas de intervenção baseadas nas melhores práticas e nas evidências científicas disponíveis.

S (Promover normas sociais que protejam contra a violência): Promover normas sociais que protejam contra a violência. Isto inclui campanhas de sensibilização e programas educativos para mudar atitudes e comportamentos que tolerem ou minimizem a violência sexual. Exemplos: programas de sensibilização para os papéis de género, iniciativas para envolver homens e rapazes como aliados.

T (Ensinar competências para prevenir a violência sexual): Ensinar as competências necessárias para prevenir a violência sexual. Os programas educativos devem incluir formação sobre consentimento, comunicação saudável nas relações e gestão de conflitos. Exemplos: cursos de desenvolvimento de competências socioemocionais, programas educativos sobre relações saudáveis.

O (Proporcionar oportunidades para capacitar e apoiar raparigas e mulheres): Proporcionar oportunidades para capacitar e apoiar raparigas e mulheres. Isto pode incluir programas de mentoria, formação profissional e apoio financeiro para aumentar a autonomia e a resiliência das mulheres. Exemplos: bolsas de estudo, iniciativas de empoderamento económico.

P (Criar ambientes protetores): Criar ambientes protetores. As universidades devem garantir que as suas infraestruturas e políticas contribuam para a segurança dos estudantes. Exemplos: melhoria da iluminação no campus, pessoal de segurança com formação adequada, políticas rigorosas contra o álcool e as drogas.

SV (Apoio às vítimas): Apoiar as vítimas para limitar os danos. As instituições devem disponibilizar serviços de apoio abrangentes, incluindo serviços médicos, psicológicos e jurídicos. Exemplos: centros de crise para vítimas, linhas de apoio, serviços de aconselhamento e terapia.

Em suma, as universidades precisam de adotar uma abordagem abrangente e proativa para prevenir a violência sexual. Ao cumprirem as suas responsabilidades legais, investirem na prevenção primária e seguirem as recomendações do CDC, podem criar um ambiente educativo seguro e respeitoso para todos os estudantes.

Metodologia

Abordagem geral

Este relatório recorre a uma revisão documental comparativa para examinar as medidas de prevenção, denúncia e apoio às vítimas no ensino superior. Baseia-se em publicações de investigação, documentos institucionais e estudos de caso de parceiros para fundamentar o currículo do PREV-HED.

O objetivo é identificar desafios recorrentes e práticas potencialmente transferíveis, e não produzir um ranking representativo das universidades ou uma estimativa agregada da eficácia das intervenções.

Não é fornecido, no relatório consolidado, um registo completo e reproduzível das pesquisas em bases de dados, da triagem e da avaliação da qualidade. São distinguidos os compromissos institucionais, a implementação relatada e os resultados avaliados. A existência de uma política não demonstra, por si só, a qualidade da implementação ou uma redução da violência.

Recolha e análise de dados

A investigação adotou uma abordagem de revisão documental comparativa, baseando-se em publicações académicas, relatórios institucionais, políticas nacionais e protocolos de prevenção e apoio existentes em instituições de ensino superior. A análise centrou-se na identificação de boas práticas, abordagens institucionais e recomendações transferíveis para orientar o desenvolvimento do programa de formação PREV-HED.

Adaptámos este método através da criação de um sistema de interação entre todos os países parceiros (França, Áustria, Roménia, Espanha, Portugal, Grécia) e alargámo-lo à Bélgica, Suécia, Itália e Alemanha. Analisámos, assim, 10 países, o que nos proporcionou um painel bastante abrangente.

A nossa revisão sistemática das ações de prevenção da violência sexual em instituições de ensino superior baseia-se num protocolo detalhado que define os métodos, as etapas e as ferramentas da nossa abordagem. O principal objetivo desta revisão sistemática é avaliar a eficácia das ações de prevenção da violência sexual em instituições de ensino superior. Isto inclui uma revisão da literatura científica, uma compilação das melhores práticas, um estudo de caso das medidas de prevenção implementadas, uma avaliação dessas medidas e a criação de uma tipologia das medidas e dos públicos-alvo alcançados.

Para avançar, definimos critérios de inclusão e exclusão:

- **Inclusão**: Artigos de investigação publicados em inglês, português, italiano, espanhol, romeno, grego e francês; relatórios de avaliação de programas; estudos de caso de iniciativas implementadas em instituições de ensino superior.
- **Exclusão**: Artigos não submetidos a revisão por pares, comentários, editoriais e artigos que não se dediquem especificamente a ações de prevenção da violência sexual em contextos universitários.

Para realizar este trabalho sistemático, utilizaremos fontes documentais académicas (Cairn, JStor, Scopus, Web of Science, ERIC, PsycINFO) e fontes de literatura cinzenta (Google Scholar, teses e dissertações, relatórios de conferências). Por fim, utilizaremos meta-motores de busca (BASE (Bielefeld Academic Search Engine), CORE, Science.gov, MetaCrawler) para recolher dados académicos diretos.

Equações e estratégias de pesquisa

Para realizar uma investigação eficaz sobre a prevenção da violência sexual em instituições de ensino superior, é essencial o desenvolvimento de equações de pesquisa precisas e de estratégias adequadas. Segue-se uma proposta para a construção de equações e estratégias de pesquisa que maximizem as hipóteses de obter informação relevante e de alta qualidade:

Equações de pesquisa

Uma equação de pesquisa é uma combinação de palavras-chave e operadores booleanos (AND, OR, NOT) utilizada para filtrar os resultados de pesquisa em bases de dados e motores de busca. Eis um exemplo de uma equação para o tema em questão:

- **Palavras-chave**: «violência sexual», «assédio», «prevenção», «ensino superior», «universidade», «melhores práticas», «avaliação de programas».
- **Operadores booleanos**:
- ("violência sexual" OR "assédio") AND ("prevenção" OR "intervenção") AND ("ensino superior" OR "universidade" OR "faculdade")
- ("melhores práticas" OR "orientações") AND ("assédio sexual" OR "agressão sexual") AND ("universidade" OR "faculdade")
- ("avaliação de programas" OU "avaliação de resultados") E ("programas de prevenção da violência" OU "educação sobre violência sexual") E ("instituições de ensino superior" OU "universidade" OU "faculdade")

Estratégias de pesquisa

Uma boa estratégia de pesquisa, para além de se basear em bases de dados específicas, requer a definição de modalidades de filtragem que permitam a comparação de dados. Sugerimos:

Data de publicação: Limitar as pesquisas a publicações dos últimos 6 anos para garantir que os dados sejam relevantes e atualizados.

Tipo de documento: Filtrar para incluir apenas artigos de revistas sujeitos a revisão por pares, teses e comunicados de imprensa de universidades ou faculdades.

Idioma: Aceitaremos resultados para documentos em inglês e em todas as línguas das parcerias.

Sinónimos e variantes terminológicas: Utilizamos sinónimos e termos relacionados para alargar a sua pesquisa. Por exemplo, utilize tanto «instituição de ensino superior» como «universidade», ou «assédio sexual» e «agressão sexual». Também utilizaremos truncamento (por exemplo, «educat*» para «educação», «educacional») para incluir diferentes formas de uma palavra.

Tabela para recolha e síntese de resultados

No âmbito do projeto de prevenção da violência sexual em instituições de ensino superior, cada país parceiro (Espanha, Itália, Portugal, França, Bélgica, Suécia, Grécia, Roménia, Alemanha) dispôs de três meses para recolher dados e propor resumos que respondessem a perguntas predefinidas. Estes resumos foram depois utilizados para realizar uma análise de casos e estabelecer uma tipologia de programas de prevenção e dos públicos abrangidos por estas ações.

Processo de recolha de dados

1. **Identificação de casos**: Cada país selecionou estudos de caso em, pelo menos, três cidades diferentes, abrangendo vários tipos de assédio e violência sexuais. Os casos podiam incluir incidentes envolvendo o consumo de drogas ou álcool, bem como discriminação sexista ou homofóbica.
2. **Recolha de dados**: Os parceiros procuraram inquéritos, dados e sondagens sobre assédio e violência de género e de natureza sexual, com especial enfoque nas populações estudantis e nas respostas institucionais.
3. **Elaboração dos resultados**: Cada parceiro preencheu um modelo pré-estabelecido para cada estudo de caso, incluindo uma descrição das ações implementadas, os objetivos, a avaliação das ações, as partes interessadas e os públicos-alvo.

Trabalho de síntese

Após a recolha, os dados foram consolidados para formar uma base de dados comum, permitindo a comparação transnacional. Os dados foram analisados tanto qualitativamente, para compreender o contexto, como quantitativamente, para avaliar a eficácia das várias práticas. Por fim, foi elaborada uma tipologia que teve em conta a sua natureza (sensibilização, prevenção, acolhimento de vítimas, tratamento de queixas, resiliência) e o seu âmbito (local, regional, nacional). Os públicos-alvo destes programas foram analisados para compreender os grupos mais afetados e mais recetivos às diversas intervenções.

A síntese dos estudos de caso e o desenvolvimento de uma tipologia proporcionaram orientações claras para melhorar as estratégias de prevenção da violência sexual nas instituições de ensino superior. Estes esforços de colaboração entre os países participantes enriqueceram a compreensão global das dinâmicas da violência e do assédio no contexto universitário, oferecendo perspetivas valiosas para intervenções eficazes e adaptadas.

Glossário

A definição de um glossário de termos no domínio da prevenção da violência de género e sexual no ensino superior, tal como realizada no projeto PREVHED, é crucial por várias razões. Em primeiro lugar, um glossário garante uma compreensão uniforme dos termos-chave entre todos os participantes no projeto e partes interessadas, o que é essencial para uma comunicação eficaz e uma colaboração interdisciplinar. Definições precisas ajudam a evitar mal-entendidos e garantem que todas as partes interessadas tenham uma base comum de compreensão dos conceitos envolvidos. Em segundo lugar, no contexto da violência sexual e do assédio, os termos podem variar consideravelmente em termos de sensibilidade cultural e conotações jurídicas de um país para outro na Europa. Um glossário ajuda a superar estas diferenças e facilita as discussões transnacionais sobre temas que são frequentemente sensíveis e complexos. Em terceiro lugar, o glossário serve como recurso educativo para quem está envolvido na prevenção da violência, fornecendo definições claras que podem apoiar a formação e o desenvolvimento de políticas. Isto é particularmente útil em ambientes como as universidades, onde a diversidade de estudantes e pessoal pode resultar numa ampla variedade de perspetivas e interpretações.

Por fim, um glossário enriquece a documentação de investigação ao oferecer definições padronizadas que podem ser utilizadas em relatórios, recomendações políticas e publicações académicas, contribuindo assim para o rigor e a precisão da investigação realizada.

A criação de um glossário, especialmente em áreas especializadas como a prevenção da violência sexual e

A violência de género no ensino superior beneficia grandemente de uma abordagem interativa. Este método envolve ativamente várias partes interessadas, garantindo que o glossário não só seja compreensível e aplicável a um público alargado, mas também preciso e contextualmente relevante. Para elaborar o nosso glossário, trabalhámos em três fases: os ativistas do conhecimento responsáveis pelo WP desenvolveram um glossário inicial, que inclui as palavras-chave mais comuns nas revisões da literatura. Para cada entrada, definimos os termos no contexto francês e, em seguida, traduzimo-los para as línguas do consórcio. Cada país parceiro enviou-nos, então, alterações e propostas de palavras, que posteriormente inserimos. Por fim, o glossário foi revisto de forma cega por dois colegas especialistas.

Glossário de termos-chave.

1. **Abuso de autoridade**: Atos ou comportamentos de uma pessoa em posição de poder que excede as suas prerrogativas com o objetivo de controlar, punir injustamente ou exigir favores, incluindo favores sexuais, em troca de privilégios ou vantagens profissionais.

2. **Abuso sexual:** Qualquer ato sexual ou tentativa de obter um ato sexual através de violência, coação ou abuso de uma pessoa que não consinta, ou não possa consentir, no ato.

3. **Ato sexista**: Qualquer ação relacionada com o sexo de uma pessoa, com o objetivo ou efeito de violar a sua dignidade ou de criar um ambiente intimidatório, hostil, degradante, humilhante ou ofensivo.

4. **Agressão sexual:** Qualquer violação sexual cometida com violência, coação, ameaça ou surpresa.

5. **Aliado** da comunidade **LGBTQ+: Uma** pessoa que apoia e defende os direitos e a inclusão dos membros da comunidade LGBTQ+, recorrendo frequentemente à sua posição de privilégio para combater a discriminação e promover a igualdade.

6. **Violação da privacidade:** Qualquer divulgação pública de fotografias ou gravações audiovisuais que invadam a privacidade de uma pessoa sem o seu consentimento. Aparecer nessas fotografias ou gravações.

7. **Bifobia:** Aversão ou hostilidade específica em relação às pessoas bissexuais, que podem ser estigmatizadas tanto nas comunidades heterossexuais como nas homossexuais.

8. **Código de conduta**: Um documento que estabelece as normas de comportamento esperadas dos membros da comunidade universitária, a fim de garantir um ambiente respeitoso e seguro para todos.

9. **Comportamento transgressivo**: o comportamento sexualmente transgressivo refere-se a ações que violam as políticas universitárias estabelecidas relativamente às interações sexuais adequadas entre os membros da comunidade universitária.

10. **Consentimento**: O acordo explícito e informado de uma pessoa para participar numa atividade sexual. O consentimento deve ser dado livremente e pode ser retirado a qualquer momento.

11. **Consentimento digital:** Acordo informado e voluntário para criar, distribuir ou publicar conteúdo digital pessoal ou íntimo. O consentimento digital é crucial para proteger a privacidade e a dignidade dos indivíduos no ambiente online.

12. **Ciberperseguição: Uma** forma de assédio que ocorre num ambiente digital, envolvendo o uso de tecnologias da informação para humilhar, ameaçar, assediar ou constranger uma pessoa. Isto pode incluir a divulgação não consentida de imagens íntimas, roubo de identidade e ameaças online.

13. **Discurso de ódio:** Palavras ou textos que degradam, intimidam ou incitam à violência ou ao ódio contra pessoas com base na sua orientação sexual, identidade de género ou sexo. Esse tipo de discurso pode ser difundido nas redes sociais, nos meios de comunicação social ou em espaços públicos.

14. **Discriminação de género:** Tratamento injusto ou prejudicial com base no género de uma pessoa, resultante, muitas vezes, de estereótipos ou normas tradicionais de género. Esta discriminação pode afetar o acesso a recursos, oportunidades de emprego e participação social.

15. **Discriminação de género:** Tratamento desfavorável ou prejuízo sofrido por uma pessoa devido ao seu género ou identidade de género, o que pode afetar as suas oportunidades e o tratamento que recebe no ambiente universitário.

16. **Discriminação de género:** Ações que colocam uma pessoa em desvantagem com base no seu sexo, afetando frequentemente o acesso à educação, ao emprego e à justiça.

17. **Direito ao esquecimento digital: o** direito dos indivíduos de solicitar a eliminação dos seus dados pessoais ou informações de determinados serviços online, em particular quando estes já não são

relevantes ou necessárias. Este direito é particularmente importante para vítimas de ciberperseguição ou de divulgação não consentida de conteúdos íntimos.

18. **Empoderamento das vítimas:** Processo através do qual as vítimas de violência sexual ou assédio são apoiadas e encorajadas a recuperar o controlo sobre as suas vidas, frequentemente por meio de recursos educativos, apoio psicológico e mecanismos de empoderamento.

19. **Domínio psicológico:** situação em que uma pessoa exerce uma influência coerciva ou manipuladora sobre outra, frequentemente num contexto relacional, diminuindo a capacidade da vítima de tomar decisões livres e informadas. O domínio psicológico pode ser utilizado para controlar as ações, pensamentos e sentimentos da vítima, facilitando frequentemente outras formas de abuso.

20. **Ética da intervenção:** Princípios que orientam as ações dos profissionais que intervêm em situações de violência ou assédio sexual, para garantir que a sua intervenção respeite os direitos e a dignidade das pessoas envolvidas.

21. **Exibição sexual:** Qualquer exibição sexual imposta a terceiros num local acessível à vista do público, bem como o ato de praticar explicitamente um ato sexual, seja ele real ou simulado, num local acessível à vista do público.

22. **Formação de sensibilização**: Programas educativos concebidos para informar os estudantes e o pessoal sobre questões relacionadas com o assédio sexual e sobre como preveni-lo e denunciá-lo.

23. **Assédio administrativo**: Uma forma de assédio em que o autor utiliza as suas funções administrativas ou o seu estatuto dentro da instituição para exercer pressão indevida, criar obstáculos burocráticos ou manipular procedimentos com o objetivo de assediar ou intimidar.

24. **Assédio de género**: Uma forma de assédio baseada no género, na identidade de género ou na expressão de género de uma pessoa. Isto inclui ações, comentários ou gestos destinados a intimidar, denegrir ou humilhar uma pessoa devido ao seu género ou à sua não conformidade com papéis de género estereotipados.

25. **Assédio sexual**: O ato de impor repetidamente a uma pessoa comentários ou comportamentos com conotação sexual ou sexista que, ou violam a sua dignidade por serem degradantes ou humilhantes, ou criam uma situação intimidatória, hostil ou ofensiva.

26. **Assédio telefónico**: Chamadas telefónicas maliciosas ou repetidas.

27. **Homofobia:** Aversão ou hostilidade em relação a indivíduos homossexuais ou àqueles que são percebidos como homossexuais. A homofobia pode assumir a forma de preconceito, rejeição, assédio ou atos de violência.

28. **Impacto psicossocial da violência sexual:** Consequências a longo prazo da violência sexual no bem-estar social e psicológico das vítimas, incluindo dificuldades nas relações interpessoais, isolamento social, problemas de confiança e perturbações mentais, tais como ansiedade e depressão.

29. **Inclusão:** Estratégias e práticas destinadas a garantir que todos os membros da comunidade universitária, independentemente da identidade de género ou orientação sexual, sejam respeitados, valorizados e tenham acesso igualitário às oportunidades disponíveis.

30. **Insultos de caráter sexual e/ou sexista:** Qualquer insulto não público dirigido a uma pessoa ou a um grupo de pessoas devido ao seu sexo ou orientação sexual.

31. **Interseccionalidade da discriminação:** Conceito que descreve a forma como diferentes formas de discriminação (raça, género, classe social, orientação sexual, etc.) se cruzam e interagem, criando experiências únicas e múltiplas formas de desvantagem.

32. **Intimidação sexual:** Comportamento que utiliza o sexo ou a sexualidade para pressionar, humilhar ou manipular uma pessoa, indo além do enquadramento legal do assédio sexual para incluir outras formas de pressão psicológica ou emocional.

33. **Justiça restaurativa: Uma** abordagem à gestão de conflitos e crimes que visa reparar o dano causado, frequentemente através do diálogo entre a vítima e o agressor, para promover a cura e a reconciliação.

34. **Medidas preventivas:** Iniciativas ou políticas implementadas para prevenir a ocorrência de violência ou assédio sexual, incluindo formação, sensibilização e modificação dos ambientes e culturas institucionais.

35. **Não-binaridade:** Identidade de género que não é estritamente masculina nem estritamente feminina; existe fora da dicotomia tradicional homem-mulher.

36. **Agressão sexista:** O ato de impor a uma pessoa qualquer comentário ou comportamento de natureza sexual ou sexista que viole a sua dignidade por ser degradante ou humilhante, ou que crie uma situação intimidatória, hostil ou ofensiva.

37. **De confiança pessoa de apoio**: Indivíduo designado dentro da instituição para oferecer apoio e aconselhamento a pessoas que sejam vítimas ou testemunhas de assédio.

38. **Queixa**: Processo formal através do qual um indivíduo denuncia uma infração, como assédio ou abuso, às autoridades institucionais competentes ou às autoridades policiais, para investigação e tomada de medidas corretivas.

39. **Política de tolerância zero**: Política adotada pelas instituições que estipula que nenhuma forma de assédio sexual é tolerada e que serão tomadas medidas disciplinares contra os infratores.

40. **Prevenção**: Estratégias e práticas concebidas para reduzir e prevenir a ocorrência de assédio sexual no seio da instituição.

41. **Prevenção da violência digital:** Estratégias e medidas implementadas para prevenir formas de violência que utilizam plataformas digitais como vetor. Isto inclui a literacia mediática, a sensibilização para a segurança online e políticas de privacidade reforçadas.

42. **Procedimento legal em casos de violência sexual:** Todas as etapas e ações legais tomadas quando é apresentada uma queixa de violência ou assédio sexual. Isto inclui a apresentação da queixa, a investigação preliminar, o eventual julgamento e a sentença, respeitando sempre os direitos de todas as partes envolvidas.

43. **Proteção das vítimas**: Medidas implementadas para garantir a segurança e o bem-estar das vítimas de assédio sexual, evitando qualquer forma de represália após a apresentação de uma denúncia.

44. **Protocolo de emergência:** Conjunto de procedimentos pré-estabelecidos por uma instituição para responder de forma rápida e eficaz em caso de um incidente de violência sexual ou assédio.

45. **Queerfobia:** Termo geral para descrever o medo, a aversão ou a discriminação em relação a pessoas cujas identidades de género ou orientações sexuais não correspondem às normas sociais tradicionais.

46. **Relações inadequadas:** Interações sexuais entre indivíduos em que existe um claro conflito de interesses, como entre alunos e professores ou entre supervisores e os seus subordinados diretos. Mesmo que estas relações sejam consensuais, podem ser consideradas transgressivas devido ao desequilíbrio de poder inerente.

47. **Relações não consensuais:** Qualquer ato sexual ou tentativa de ato sem o consentimento explícito de todos os envolvidos.

48. **Reparação: O** processo através do qual uma vítima de violência ou assédio recebe uma compensação ou reconhecimento pelos danos sofridos. A reparação pode incluir uma compensação financeira, um pedido de desculpas formal ou outras formas de reconhecimento do dano causado.

49. **Resposta institucional**: Todas as medidas tomadas por uma instituição para responder a denúncias de assédio sexual, incluindo investigação, mediação e sanções.

50. **Resiliência da comunidade: A** capacidade de uma comunidade universitária de se recuperar coletivamente de incidentes de violência sexual ou assédio e sair mais forte, melhorando as estruturas de apoio e as políticas de prevenção.

51. **Espaços seguros e inclusivos:** Implementação de políticas e práticas destinadas a criar ambientes seguros e acolhedores para todos, independentemente do sexo, género ou orientação sexual, em instituições de ensino e outros espaços públicos.

52. **Segurança no campus:** Medidas e políticas concebidas para garantir um ambiente seguro para todos os membros da comunidade universitária, prevenindo atos de violência, assédio e outros comportamentos prejudiciais.

53. **Denúncia**: Procedimento através do qual uma pessoa pode denunciar um caso de assédio sexual à administração da instituição ou às autoridades competentes.

54. **Empoderamento**: Situações em que uma pessoa utiliza o seu poder, autoridade ou influência para controlar ou explorar outra pessoa, frequentemente num contexto sexual, comprometendo assim a autonomia e a liberdade da vítima.

55. **Apoio psicológico pós-traumático:** Serviços e recursos oferecidos às vítimas de violência sexual para as ajudar a superar os efeitos psicológicos das suas experiências. Isto pode incluir terapia, aconselhamento e apoio em grupo.

56. **Transfobia:** Aversão ou hostilidade em relação a pessoas transgénero ou que não se enquadram nos padrões de género. A transfobia pode incluir a negação da identidade de género de uma pessoa, a exclusão, a discriminação ou a violência física.

57. **Trauma psicológico:** Reação emocional grave resultante de um acontecimento extremamente stressante, como a violência sexual ou o assédio. Os sintomas podem incluir ansiedade, depressão, stress pós-traumático e outros distúrbios emocionais e comportamentais significativos.

58. **Violação**: Ato sexual praticado sobre uma pessoa sem o seu consentimento explícito ou quando esta se encontra incapaz de dar consentimento válido, devido a coação física ou psicológica ou em resultado de uma situação de controlo.

59. **Violência baseada no género (VBG):** Termo que abrange qualquer violência dirigida contra uma pessoa devido a normas, papéis ou expectativas de género socialmente construídos. Inclui violência física, sexual, psicológica, económica e emocional.

60. **Violência homofóbica e transfóbica**: Atos de violência, intimidação ou discriminação contra pessoas devido à sua orientação sexual ou identidade de género, reais ou percebidas. Isto inclui agressões físicas, ameaças verbais e outras formas de abuso psicológico ou físico.

61. **Violência baseada no género:** Comportamentos, atos ou práticas baseados na crença de que um sexo é superior ao outro, resultando em preconceito ou desigualdade em relação a uma pessoa ou grupo devido ao seu sexo ou género. Esta violência pode ser física, sexual, psicológica, económica ou sociocultural.

Quadro legislativo e político da Europa

Política de combate à violência de género e à violência sexual

A 8 de março de 2022, a Comissão Europeia apresentou uma proposta legislativa destinada a reforçar a resposta da União Europeia à violência contra as mulheres e à violência doméstica. Esta iniciativa conduziu à adoção da Diretiva (UE) 2024/1385 do Parlamento Europeu e do Conselho, a 14 de maio de 2024, que entrou em vigor a 13 de junho de 2024.

A diretiva estabelece um quadro jurídico europeu comum para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, incluindo disposições relativas à criminalização de certas formas de violência, tais como a mutilação genital feminina, o casamento forçado, o cyberstalking, o assédio cibernético e a partilha não consentida de material íntimo ou manipulado. Reforça igualmente a proteção das vítimas, o acesso à justiça, os serviços de apoio especializados, a prevenção e a coordenação institucional. Os Estados-Membros em causa devem transpor a diretiva para o direito nacional até 14 de junho de 2027.

Este desenvolvimento legislativo é particularmente relevante para o projeto PREV-HED, uma vez que reforça a importância da prevenção, da sensibilização, da responsabilidade institucional e do acesso adequado a procedimentos de denúncia e a serviços de apoio às vítimas nas instituições de ensino superior.

Ao mesmo tempo, a Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025 concretiza o compromisso contínuo da UE de pôr fim à violência contra as mulheres e à violência doméstica. A estratégia salienta a importância de prevenir a violência baseada no género, apoiar as vítimas e responsabilizar os autores. Trata-se de um pilar da ação europeia, que reafirma o compromisso da União em criar um espaço seguro e respeitoso para todos os seus cidadãos.

A UE está igualmente empenhada na luta contra a mutilação genital feminina, atuando não só na Europa, mas também através de diálogos internacionais e do financiamento de projetos destinados a eliminar esta prática. Além disso, através do programa «Cidadãos, Igualdade, Direitos e Valores», a União financia projetos para combater a violência baseada no género e apoia a investigação para desenvolver soluções comuns e partilhar as melhores práticas entre os Estados-Membros. Estas iniciativas refletem a determinação da UE em combater a violência sexual e baseada no género através de uma estratégia abrangente que inclui legislação, cooperação internacional, apoio às vítimas e financiamento direcionado, com o objetivo de garantir a igualdade e a segurança de todos os cidadãos europeus.

A União Europeia e o Conselho da Europa adotaram uma série de iniciativas específicas para combater a violência baseada no género e a violência sexual, incluindo a coação sexual e a violação. Estas ações centram-se na legislação, na sensibilização, na educação e no apoio às vítimas.

O Conselho da Europa instituiu a Convenção de Istambul, um importante instrumento na luta contra a violência contra as mulheres e a violência doméstica. Ratificada por muitos Estados-Membros da UE, esta convenção é a primeira a:

1. Definir legalmente as formas de violência contra as mulheres, incluindo a violação e a coação sexual.
2. Exigir que os Estados-Membros criminalizem tais comportamentos.
3. Implementar medidas preventivas, proteger as vítimas e processar os autores.

A Convenção de Istambul obriga os países signatários a implementar políticas eficazes para prevenir a violência, proteger as vítimas e processar os autores. Abrange áreas como a formação das forças de segurança, o acesso à justiça para as vítimas e a recolha de dados sobre a violência baseada no género.

A União Europeia incorporou as diretrizes da Convenção de Istambul nas suas políticas, ao mesmo tempo que desenvolveu as suas próprias iniciativas:

Diretiva relativa aos direitos das vítimas (2012/29/UE): estabelece normas mínimas em matéria de direitos, apoio e proteção das vítimas de crimes, incluindo as vítimas de violência sexual e de género.

Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025: esta estratégia inclui medidas para combater a violência baseada no género e promover a igualdade de género, salientando a importância da prevenção e da proteção, bem como da perseguição penal dos autores de violência sexual e baseada no género.

Diretiva (UE) 2024/1385 relativa ao combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica: Na sequência da proposta legislativa apresentada pela Comissão Europeia em 8 de março de 2022, a Diretiva (UE) 2024/1385 foi adotada em 14 de maio de 2024 e entrou em vigor em 13 de junho de 2024. Estabelece normas mínimas para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, incluindo a criminalização de certas formas de violência, tais como a mutilação genital feminina, o casamento forçado, o cyberstalking, o assédio cibernético e a partilha não consentida de material íntimo ou manipulado. A diretiva reforça igualmente a proteção das vítimas, o acesso à justiça, os serviços de apoio especializados, a prevenção e a coordenação institucional. Os Estados-Membros em causa devem transpor a diretiva para o direito nacional até 14 de junho de 2027.

A União Europeia e o Conselho da Europa criaram uma série de iniciativas específicas dirigidas a estabelecimentos de ensino e de ensino superior para prevenir e combater a violência sexual e baseada no género. Estas iniciativas visam criar ambientes educativos seguros e inclusivos, promover a igualdade de género e prevenir a violência. Eis algumas ações-chave nesta área:

1. O programa Erasmus+ da UE financia projetos destinados a melhorar a educação e a formação em toda a Europa. O programa apoia também iniciativas específicas para prevenir a violência e o assédio baseados no género nas universidades, incluindo projetos de parceria estratégica que desenvolvem ferramentas educativas, programas de formação para o pessoal e os estudantes e campanhas de sensibilização.
2. A promoção da igualdade de género através da educação é um objetivo importante das políticas e estratégias educativas europeias. As iniciativas educativas que abordam a igualdade de género visam melhorar a compreensão das questões relacionadas com o género, desafiar os estereótipos de género, prevenir a discriminação e a violência baseada no género e fomentar o respeito mútuo entre os estudantes. No ensino superior, estes objetivos são particularmente relevantes para o desenvolvimento de programas de sensibilização e formação, como o PREV-HED

   .
3. A União Europeia e o Conselho da Europa lançaram uma série de campanhas de sensibilização dirigidas especificamente aos jovens e às instituições de ensino. Estas campanhas visam informar os estudantes e o pessoal universitário sobre a violência de género e promover comportamentos respeitosos. Por exemplo, a campanha «Não significa não» visa sensibilizar para as consequências do assédio sexual e promover o consentimento.

Por fim, um número crescente de iniciativas da UE e muitos Estados-Membros desenvolveram os seus próprios programas para as universidades, com vista a combater o assédio sexual e a violência. Por exemplo, alguns países introduziram orientações e protocolos de ação para as universidades, que incluem a formação do pessoal e medidas de apoio às vítimas. Estes esforços demonstram o compromisso da Europa em utilizar a educação como um meio fundamental de combate à violência sexual e de género, com ênfase na prevenção e na educação, desde as fases mais precoces da escolaridade até ao ensino superior.

Legislação e questões políticas sobre o assédio sexual

A União Europeia e o Conselho da Europa têm vindo a trabalhar ativamente na questão do assédio sexual, definindo-o e elaborando diretrizes ou consenso sobre o termo. Estes esforços manifestam-se através de várias iniciativas legislativas e campanhas de sensibilização destinadas a abordar e reduzir o assédio sexual em diversos ambientes, incluindo locais de trabalho, escolas e empresas. A Convenção de Istambul, apresentada pelo Conselho da Europa, constitui uma importante base jurídica, incentivando os Estados-Membros a tomarem medidas concretas para combater o assédio sexual. Esta convenção apela à criminalização do assédio sexual e à adoção de legislação nacional para proteger as vítimas e punir os autores.

Além disso, a União Europeia propôs recentemente, em 2022, uma diretiva destinada a estabelecer normas mínimas de proteção contra a violência contra as mulheres e a violência doméstica, incluindo o assédio sexual. Esta diretiva inclui medidas específicas para criminalizar comportamentos como a violência cibernética e a partilha não consentida de imagens íntimas, ilustrando uma adaptação aos desafios colocados pelas novas tecnologias.

Alguns países europeus destacam-se pelas suas políticas avançadas na luta contra o assédio sexual. Por exemplo, os países nórdicos, como a Suécia, são frequentemente citados pela sua abordagem proativa e pelas suas políticas abrangentes, que incluem programas educativos desde a mais tenra idade e medidas de apoio às vítimas nos locais de trabalho e nos estabelecimentos de ensino. A Suécia é frequentemente citada como um dos países mais progressistas na luta contra o assédio sexual e a violência baseada no género, particularmente em ambientes de trabalho e estabelecimentos de ensino. As políticas suecas são abrangentes e incluem prevenção, educação e apoio às vítimas desde a mais tenra idade.

A Suécia possui leis rigorosas contra o assédio sexual e a violência baseada no género. O quadro jurídico sueco inclui disposições específicas que exigem que os empregadores e as instituições de ensino tomem medidas ativas para prevenir o assédio e proteger as vítimas. Por exemplo, a Lei sueca contra a Discriminação exige que os empregadores elaborem e implementem planos de igualdade para promover a não discriminação e a igualdade de oportunidades. Noutra área, as instituições de ensino suecas

integram programas de igualdade de género e de prevenção do assédio nos seus currículos desde a mais tenra idade. Estes programas visam educar os alunos sobre o respeito mútuo e o reconhecimento de comportamentos inadequados. Por fim, a Suécia oferece apoio substancial às vítimas de assédio sexual e violência, incluindo acesso a conselheiros, serviços de saúde mental e linhas de apoio. São realizadas regularmente campanhas nacionais de sensibilização para informar o público e incentivar as vítimas a denunciar os incidentes.

Comparação dos quadros legislativos entre países europeus.

A França e a Espanha desenvolveram políticas significativas para combater o assédio sexual e a violência de género, particularmente no local de trabalho, nas escolas e nas universidades.

Políticas em França

A França tomou medidas significativas para combater o assédio sexual e a violência de género na sequência do movimento #MeToo. A legislação francesa em matéria de assédio sexual está integrada no Código do Trabalho, bem como no Código Penal, proporcionando um quadro jurídico para que as vítimas denunciem incidentes e procurem justiça. Por exemplo, a lei reforçada em 2012 e as alterações subsequentes clarificaram as definições e reforçaram as sanções contra o assédio sexual no local de trabalho.

Nas escolas e universidades, estão em vigor iniciativas específicas, tais como a formação obrigatória para o pessoal e os estudantes sobre respeito e consentimento. A França também desenvolveu programas educativos para sensibilizar os jovens para o impacto do assédio sexual e promover ambientes educativos respeitosos.

Políticas em Espanha

A Constituição espanhola consagra os princípios da liberdade, do respeito e da igualdade entre os cidadãos nos seus artigos 1.º, n.º 1; 9.º, n.º 2; 10.º, n.º 1; 14.º; 15.º; 18.º, n.º 1; 35.º, n.º 1; e 53.º, n.º 2. Além disso, a Lei Orgânica n.º 1/2004, de 28 de dezembro, estabelece medidas de proteção abrangentes contra a violência de género, nomeadamente nos artigos 33.º a 41.º, definindo essa violência como uma violação dos direitos humanos e uma forma de discriminação.

A Lei Orgânica n.º 3/2007, promulgada em 22 de março de 2007, impõe às administrações públicas a obrigação de eliminar os obstáculos que perpetuam a discriminação, promovendo assim a igualdade efetiva entre mulheres e homens. Isto inclui a implementação de medidas destinadas à proteção e à eliminação da violência de género, da violência doméstica e de todas as formas de assédio sexual (artigos 14.º, n.º 5, e 51). Na mesma linha, a Lei n.º 15/2022, de 12 de julho de 2002, defende a igualdade de tratamento e a não discriminação, proibindo a discriminação com base no sexo, na orientação sexual, na identidade ou

expressão de género (artigo 2.º), e identifica várias formas de violação dos direitos à igualdade (artigo 4.º).

O Decreto-Lei Real n.º 6/2019, de 1 de março de 2019, introduz medidas urgentes para garantir a igualdade de tratamento e de oportunidades no emprego, tanto para as mulheres como para os homens. O Plano para a Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Geral do Estado e nos seus Órgãos Públicos, ratificado em 28 de janeiro de 2011, e o Pacto Estatal contra a Violência de Género de 2017 reforçam ainda mais estes compromissos.

A Lei n.º 15/2022, de 12 de julho de 2002, relativa à igualdade de tratamento e à não discriminação, inclui a definição de assédio discriminatório no artigo 6.º, n.º 4.

A Lei Orgânica n.º 10/2022, de 6 de setembro, obriga as administrações públicas a promover ambientes de trabalho que salvaguardem a liberdade sexual e a integridade moral, exigindo procedimentos de prevenção específicos e canais de denúncia para as vítimas de tais condutas indevidas (artigo 13.º, n.º 1). Exige ainda a realização de campanhas institucionais e a adoção de medidas preventivas contra a violência sexual, nomeadamente em contextos digitais (artigos 9.º e 10.º), e impõe às administrações educativas a promoção de protocolos para a prevenção, deteção e erradicação da violência sexual em contextos educativos, incluindo as universidades (artigo 19.º).

A Lei n.º 4/2023, de 28 de fevereiro, aborda a igualdade real e efetiva das pessoas trans e os direitos das pessoas LGTBI, obrigando as autoridades públicas a implementar medidas que garantam a igualdade de tratamento e a não discriminação (artigo 4.º). Prescreve ainda o desenvolvimento de protocolos de apoio a estudantes trans e medidas contra o bullying transfóbico (artigo 61.º), bem como a proteção abrangente das pessoas em risco de violência ou discriminação (artigo 62.º).

Por último, a Lei Orgânica n.º 2/2023, de 22 de março, centra-se no estabelecimento de um sistema universitário equitativo, estabelecendo pré-requisitos para a igualdade entre mulheres e homens, tais como a elaboração de planos de igualdade e a erradicação das disparidades salariais e do assédio. Estipula ainda que os órgãos e comissões universitários devem assegurar uma representação equilibrada em termos de género e adotar medidas de ação afirmativa (artigo 46.º, n.º 2, alínea l), da Lei Orgânica do Sistema Universitário), a par de garantir a acessibilidade para pessoas com deficiência.

Políticas em Portugal

Em Portugal, foi aprovada a Lei n.º 73/2017 para reforçar as medidas de prevenção e combate ao assédio em locais públicos e privados, incluindo locais de trabalho e instituições de ensino. Esta

lei prevê formação obrigatória para todos os trabalhadores e empregadores e centra-se em mecanismos mais eficazes de denúncia e proteção das vítimas.

Políticas na Roménia

A Roménia, através da sua legislação e de programas educativos, tomou medidas para combater o assédio sexual no local de trabalho e nas instituições de ensino. As orientações nacionais, incorporadas na legislação laboral, exigem que os empregadores criem políticas internas para prevenir e responder ao assédio sexual, garantindo assim um ambiente de trabalho seguro.

Políticas na Grécia

Na Grécia, a Lei da Igualdade de Género (Lei n.º 3488/2006) aborda especificamente o assédio sexual no local de trabalho e nos estabelecimentos de ensino, impondo sanções severas aos autores e proporcionando um quadro de apoio às vítimas. São também realizadas regularmente campanhas de sensibilização pública e programas educativos.

Políticas em Itália

A Itália reforçou a sua legislação com disposições específicas contra o assédio sexual através do Decreto Legislativo n.º 198/2006, que define claramente o assédio sexual e estabelece obrigações para os empregadores no sentido de prevenir e lidar com esse tipo de comportamento no local de trabalho. Iniciativas semelhantes são também observadas nas universidades, com políticas e formação específicas.

Políticas na Bélgica

A Bélgica adotou a Lei do Bem-Estar de 1996, que inclui disposições para combater o assédio sexual no local de trabalho. Esta lei obriga os empregadores a tomar medidas preventivas e proporciona um quadro jurídico às vítimas que pretendam apresentar uma queixa. As universidades e as escolas seguem protocolos rigorosos para garantir um ambiente seguro para todos os estudantes e funcionários.

Política na Áustria

Na Áustria, a Lei da Igualdade de Tratamento exige que os empregadores tomem medidas proativas para prevenir o assédio sexual. Isto inclui o estabelecimento de políticas internas, a formação do pessoal e mecanismos eficazes de reclamação. As universidades são também obrigadas a implementar políticas para prevenir e gerir casos de assédio sexual.

Estas iniciativas demonstram uma abordagem séria e empenhada por parte destes países europeus no combate ao assédio sexual e à violência no local de trabalho e nas instituições de ensino. A implementação destas leis visa criar ambientes onde o respeito e a igualdade sejam promovidos e mantidos.

Os efeitos do movimento #MeToo na luta contra o assédio sexual e a violência

O movimento #MeToo teve um impacto profundo e transformador na Europa, catalisando mudanças significativas na forma como o assédio sexual e a violência sexual são percebidos e geridos, particularmente nas instituições de ensino superior, nos locais de trabalho e na sociedade em geral. O movimento não só sensibilizou para estas questões, como também impulsionou a adoção de nova legislação e políticas, bem como uma mudança cultural que se afasta da tolerância ao assédio sexual e à violência.

No ensino superior, o movimento #MeToo incentivou muitas universidades a rever e reforçar as suas políticas contra o assédio sexual. Por exemplo, muitas instituições introduziram formação obrigatória para o pessoal e os estudantes, com o objetivo de sensibilizar para o consentimento, os direitos das vítimas e os procedimentos de denúncia. Países como o Reino Unido desenvolveram iniciativas específicas, tais como a implementação da ferramenta «Report and Support» em várias universidades, oferecendo uma forma fácil e anónima de denunciar incidentes de assédio ou agressão.

No local de trabalho, o movimento teve um efeito direto na legislação e nas práticas empresariais. Por exemplo, em França, a lei que reforça a luta contra a violência sexual e de género no local de trabalho foi promulgada em 2018, pouco depois de o movimento #MeToo ter ganho força. Esta lei introduziu obrigações mais rigorosas para os empregadores em termos de prevenção do assédio sexual e facilitou o procedimento de denúncia para as vítimas.

Na Suécia, o movimento incentivou uma abordagem mais proativa, com empresas e organizações a reverem as suas políticas internas e a reforçarem a formação para criar ambientes de trabalho seguros e respeitosos.

A nível social, o movimento #MeToo suscitou uma tomada de consciência generalizada, incentivando um diálogo público aberto sobre temas anteriormente considerados tabu. Isto levou a um maior reconhecimento das experiências das vítimas e impulsionou uma mudança geral de mentalidade. Em Espanha e na Itália, por exemplo, o movimento revitalizou os debates sobre os direitos das mulheres e a violência de género, dando origem a marchas e manifestações que exigiam alterações legislativas e um melhor apoio às vítimas.

De um modo geral, o movimento #MeToo influenciou significativamente as políticas e as atitudes na Europa no que diz respeito ao assédio sexual e à violência sexual. Acelerou as reformas legislativas, reforçou as medidas de prevenção e apoio e alterou profundamente a cultura institucional e social em torno destas questões. Embora ainda haja muito a fazer, o movimento

marcou um ponto de viragem na luta contra estes flagelos, com um impulso no sentido de claramente um uma maior equidade e respeito em todos os setores da sociedade europeia.

Estudos de caso de instituições de ensino superior

Uma abordagem estruturada à recolha e análise de dados é essencial para um estudo sistemático das políticas de prevenção da violência e do assédio baseados no género nas universidades. Apresentamos aqui uma metodologia detalhada que utilizámos para recolher dados junto das universidades, tomando como exemplo a universidade com a classificação mais elevada na lista de classificação de Xangai.

Escolha da universidade: O nosso ponto de partida foram as universidades com as melhores classificações no mais recente ranking de Xangai. Esta escolha foi motivada pela presunção de que estas instituições, sendo altamente reconhecidas, poderiam ter desenvolvido políticas avançadas em matéria de prevenção da violência e do assédio.

Recolha de dados: Pesquisámos no site oficial de cada universidade selecionada informações públicas sobre as suas políticas contra a violência e o assédio baseados no género. Localizámos as secções específicas onde as universidades divulgam as suas políticas e medidas contra o assédio sexual e a violência baseada no género.

Análise das políticas: Para cada universidade, validámos os seguintes pontos:

1. Documentámos a forma como cada universidade define e aborda o assédio e a violência, as medidas preventivas em vigor e as obrigações legais cumpridas.
2. Identificámos os mecanismos específicos em vigor para ouvir e apoiar as vítimas, tais como centros de aconselhamento, linhas de apoio e serviços online.
3. Analisámos a forma como o processo de escuta está estruturado, a confidencialidade dos procedimentos e a acessibilidade dos recursos para estudantes e pessoal.

Análise global das iniciativas de prevenção e controlo das universidades.

Apresentamos aqui um quadro que resume as universidades analisadas e as medidas que implementaram para prevenir a violência de género e o assédio sexual:

País	Universidade	Principais medidas de prevenção e apoio
França	Universidade de Paris-Saclay	Política de tolerância zero, unidade de apoio a vítimas de violência sexual e de género, linha de apoio, formações e campanhas de sensibilização.
Suécia	Instituto Karolinska	Política abrangente contra o assédio e a violência, serviços de aconselhamento e apoio psicológico, estrutura organizacional para a comunicação segura de incidentes.
Áustria	Universidade de Viena	Política rigorosa contra o assédio e a violência de género, serviço de apoio específico, sessões de formação, campanhas de sensibilização.
Espanha	Universidade de Barcelona	Política de tolerância zero, sistema específico de acolhimento e apoio, estrutura organizacional para uma comunicação segura, ações preventivas sob a forma de formação e sensibilização.
Portugal	Universidade de Lisboa	Política de tolerância zero, sistema específico de escuta e apoio, estrutura organizacional para facilitar a denúncia segura de incidentes, workshops e campanhas de sensibilização.
Itália	Universidade Sapienza de Roma	Política rigorosa contra o assédio e a violência de género, sistema específico de acolhimento e apoio, estrutura organizacional para a denúncia de incidentes, campanhas de sensibilização e formação.
Alemanha	Universidade de Heidelberg	Política explícita contra o assédio sexual, centro de aconselhamento para vítimas, procedimentos seguros de denúncia, campanhas de sensibilização e workshops educativos.
Grécia	Universidade Nacional e Capodistriana de Atenas	Política clara contra o assédio sexual e a violência de género, sistema de escuta e apoio, organização para facilitar a denúncia segura, programas de formação e sensibilização.

País	Universidade	Principais medidas de prevenção e apoio
Bélgica	Universidade de Ghent	Política de tolerância zero, serviços de acolhimento e apoio às vítimas, estruturas específicas para a denúncia de casos, campanhas de sensibilização e workshops educativos.

Esta tabela resume as iniciativas e políticas implementadas por estas universidades para prevenir e combater o assédio sexual e a violência baseada no género.

Segue-se um resumo estruturado das medidas de prevenção e apoio contra o assédio sexual e a violência de género nas universidades, com base na tabela apresentada.

Políticas de prevenção e definição das políticas

1. **Definição e compromisso**: A maioria das universidades adotou políticas de tolerância zero em relação ao assédio sexual e à violência de género, afirmando claramente que tal comportamento é inaceitável e será tratado com a máxima severidade.
2. **Público-alvo**: As políticas destinam-se a todos os membros da comunidade universitária, incluindo estudantes, docentes e pessoal administrativo.

Sistemas específicos de acolhimento e apoio

1. **Centros de aconselhamento e apoio**: Foram criadas estruturas específicas para prestar apoio psicológico, jurídico e administrativo. Estes serviços incluem consultas confidenciais, assistência em procedimentos jurídicos e administrativos e apoio psicológico.
2. **Estruturas de acolhimento**: As estruturas organizacionais permitem uma comunicação segura e confidencial para as vítimas que desejem denunciar incidentes. São estabelecidos pontos de contacto claros e acessíveis para incentivar a denúncia e a gestão de casos.

Iniciativas de prevenção e formação

1. **Formação e sensibilização**: São organizadas regularmente campanhas de sensibilização e workshops educativos para fornecer informações sobre os direitos individuais, os procedimentos de denúncia e os recursos disponíveis. Estas iniciativas visam também promover uma cultura de respeito mútuo e de não discriminação.
2. **Conteúdo da formação**: Os programas educativos abrangem temas como o consentimento, os direitos individuais, as consequências do assédio e da violência e as melhores práticas para manter um ambiente de respeito.

Estruturas de comunicação e denúncia

1. **Facilitação da denúncia**: As universidades criaram procedimentos e pontos de contacto específicos para facilitar a denúncia segura e confidencial de incidentes. Estas estruturas foram concebidas para garantir a confidencialidade e o tratamento eficiente das queixas, incentivando as vítimas a manifestarem-se sem receio de represálias.

Este resumo demonstra que as instituições de ensino superior estão fortemente empenhadas em proteger os seus membros contra o assédio sexual e a violência baseada no género. As políticas, os sistemas e a formação implementados visam criar um ambiente seguro e respeitoso, ao mesmo tempo que fornecem os recursos necessários para apoiar as vítimas.

Universidade	País	Tolerância zero em relação à violência	Definição clara de assédio	Sensibilização dos estudantes	Sensibilização do corpo docente e do pessoal administrativo	Dispositivos específicos de escuta
Paris-Saclay Universidade	França	X	X	X	X	X
Instituto Karolinska Instituto	Suécia	X	X	X	X	X
Universidade de Viena	Áustria	X	X	X	X	X
Universidade de Barcelona	Espanha	X	X	X	X	X
Universidade de Lisboa	Portugal	X	X	X	X	X

Sapienza Universidade de Roma	Itália	X	X	X	X	X
Universidade de Heidelberg	Alemanha	X	X	X	X	X
Universidade Nacional e Capodistriana de Atenas	Grécia	X	X	X	X	X
Gante Universidade	Bélgica	X	X	X	X	X

Estudos de caso por país

A análise dos estudos de caso baseia-se numa metodologia rigorosa, com vista a garantir uma compreensão exaustiva e estruturada das diferentes iniciativas e práticas destinadas a prevenir e combater o assédio e a violência nas instituições de ensino. Esta metodologia está detalhada em vários documentos e segue as orientações do projeto Erasmus PREVHED.

Utilizámos uma metodologia comum que define os passos e critérios seguidos na seleção e análise dos estudos de caso para o projeto PREVHED. Este projeto tem como objetivo prevenir a violência sexual e o assédio nas instituições de ensino superior na Europa.

Seleção dos casos

A seleção dos estudos de caso baseou-se em critérios específicos para garantir uma representação diversificada e relevante das melhores práticas.

Critérios de seleção

1. **Número de casos:** Cada país parceiro teve de escolher, pelo menos, três casos de boas práticas. Isto garante uma variedade suficiente de exemplos para uma análise comparativa eficaz.
2. **Diversidade geográfica:** Os casos tinham de provir de, pelo menos, três cidades diferentes por país. Este critério garante que as práticas estudadas não se limitam a uma única região e permite-nos examinar uma variedade de abordagens em diferentes contextos geográficos.
3. **Diversidade de tipos de violência:** Os estudos de caso tiveram de abranger vários tipos de assédio ou violência. Isto inclui o assédio sexual, a violência baseada no género, os crimes homofóbicos

, violação individual ou em grupo, etc. Este critério permite analisar um vasto leque de questões e respostas institucionais.

4. **Âmbito temporal:** A seleção dos estudos de caso centrou-se em acontecimentos, práticas institucionais e iniciativas de prevenção documentados a partir de 1 de janeiro de 2016. Este período visava garantir a relevância da análise comparativa, dando prioridade a desenvolvimentos relativamente recentes e a práticas potencialmente aplicáveis às instituições de ensino superior contemporâneas

Recolha de dados

Os dados para os estudos de caso foram recolhidos a partir de múltiplas fontes, a fim de garantir uma análise completa e fiável. Estas fontes de dados são:

1. **Inquéritos e sondagens:** Os parceiros pesquisaram inquéritos, dados e sondagens existentes sobre os temas do assédio e da violência entre o público em geral e os estudantes. Estas fontes fornecem informação quantitativa e qualitativa essencial para compreender a dimensão e as características dos problemas estudados.
2. **Documentos internos:** Os parceiros utilizaram relatórios institucionais internos, publicações, brochuras e sítios Web oficiais dos programas. Estes documentos oferecem uma visão detalhada das políticas, iniciativas e resultados das ações levadas a cabo pelas instituições de ensino superior.
3. **Entrevistas a especialistas:** Foram realizadas entrevistas com líderes de projeto e outras partes interessadas-chave. Estas entrevistas permitem-nos recolher perspetivas aprofundadas e testemunhos sobre as práticas implementadas, os seus desafios e os seus impactos.

Análise de dados

Os dados recolhidos foram analisados sistematicamente para identificar as melhores práticas e compreender a sua eficácia. Os resultados de cada estudo de caso foram estruturados de acordo com um modelo padronizado, incluindo uma introdução, uma descrição dos tipos de violência visados, uma descrição detalhada do caso, considerações estratégicas, reações dos vários intervenientes e uma conclusão.

A metodologia acima descrita garante uma abordagem rigorosa e sistemática à seleção e análise dos estudos de caso no âmbito do projeto PREVHED. Assegura que os resultados obtidos sejam fiáveis, relevantes e aplicáveis em diversos contextos de ensino superior em toda a Europa.

O projeto PREVHED recolheu e analisou estudos de caso sobre práticas de prevenção da violência sexual e do assédio em instituições de ensino superior de vários países europeus.

Segue-se um resumo dos tipos de práticas identificadas, com indicação dos países de origem entre parênteses, incluindo instituições francesas, italianas, suecas, gregas e espanholas.

1. **Sensibilização e formação**
    1. **Campanhas de sensibilização:**
        1. **LUIS*A on Campus (Áustria):** Iniciativa contra o assédio sexual com pontos de apoio espalhados pelo campus da Universidade de Graz. A campanha visa sensibilizar a comunidade universitária e oferecer apoio imediato às vítimas.
        2. **100% Respect (Bélgica):** Programa da Universidade de Mons para sensibilizar a comunidade universitária para comportamentos inaceitáveis e incentivar a denúncia de incidentes.
        3. **Université de Lyon (França):** Campanha «Respect et Bienveillance» para sensibilizar estudantes e pessoal sobre comportamentos adequados e procedimentos de denúncia em caso de assédio ou violência.
    2. **Formação específica:**
        1. **Grupo de Trabalho para a Igualdade de Oportunidades (EOWP) (Áustria):** O EOWP da Universidade de Viena oferece formação regular ao corpo docente e ao pessoal administrativo para prevenir e lidar com incidentes de assédio sexual e discriminação.
        2. **Programa de formação na Universidade de Ghent (Bélgica):** É oferecida formação contínua para prevenir o assédio e a violência, incluindo módulos sobre diversidade e a perspetiva anti-preconceito.
        3. **Universidade de Milão (Itália):** Formação sobre políticas de género e prevenção da violência sexual para o pessoal e os estudantes.
2. **Apoio às vítimas**
    1. **Pontos de contacto e centro de apoio:**
        1. **LUIS*A Spots (Áustria):** Pontos de contacto no campus onde as vítimas podem obter apoio imediato e ser encaminhadas para serviços de aconselhamento externos, como o Centro de Aconselhamento TARA.
        2. **Unidade de assistência psicológica (Bélgica):** Na Universidade de Liège, as vítimas de assédio recebem apoio psicológico assim que o incidente é comunicado.

3. **Universidade de Estocolmo (Suécia):** Centro de apoio aos estudantes que oferece serviços de aconselhamento especializados para vítimas de assédio e violência.

3. Procedimentos de denúncia:

1. **Universidade de Viena (Áustria):** Um procedimento de denúncia claro e bem definido, que permite às vítimas e testemunhas de assédio contactar a EOWP por telefone ou e-mail.
2. **União de Estudantes da Áustria, Universidade de Viena (Áustria):** O coletivo Frauen*Referat fornece informações sobre como reagir à violência e indica pontos de contacto para aconselhamento confidencial em casos de assédio.
3. **Universidade Complutense de Madrid (Espanha):** Procedimento anónimo de denúncia online para incidentes de assédio sexual, com uma equipa dedicada a responder às queixas e a prestar apoio.

4. Colaboração e trabalho em rede:

1. **Universidade de Graz (Áustria):** Colaboração entre o Grupo de Trabalho para a Igualdade de Oportunidades, o Centro de Consultoria TARA e a Coordenação de Estudos de Género para dar uma resposta abrangente a incidentes de assédio.
2. **Universidade de Mons (Bélgica):** O programa «100% Respect» envolve uma estreita colaboração entre estudantes, pessoal administrativo e docente para garantir uma resposta eficaz a todas as situações.
3. **Universidade Nacional e Kapodistriana de Atenas (Grécia):** Parceria com ONG locais para oferecer workshops de sensibilização e serviços de apoio às vítimas de violência sexual.

5. 5. Avaliação e melhoria contínua

1. **Avaliações regulares:**
    1. **LUIS*A on Campus (Áustria):** O projeto inclui avaliações regulares para identificar oportunidades de melhoria, com feedback das pessoas que trabalham nos pontos LUIS*A e inquéritos à comunidade universitária.
    2. **Universidade de Barcelona (Espanha): Implementação de** um sistema de feedback contínuo com inquéritos anuais para avaliar a eficácia dos programas de prevenção e ajustar as estratégias em conformidade.
2. **Feedback e acompanhamento:**

1. **EOWP, Universidade de Viena (Áustria):** Feedback contínuo por parte dos membros da comunidade universitária para monitorizar a eficácia das medidas e ajustar as práticas em conformidade.
2. **Universidade de Lund (Suécia):** Monitorização regular e adaptação dos programas de prevenção com base no feedback dos estudantes e do pessoal.

Os estudos de caso recolhidos no âmbito do projeto PREVHED destacam uma variedade de práticas eficazes para a prevenção e gestão da violência e do assédio sexuais em instituições de ensino superior. Estas práticas incluem campanhas de sensibilização, formação específica, procedimentos claros de denúncia, pontos de contacto para apoio às vítimas e colaborações entre múltiplos parceiros. Cada iniciativa é adaptada ao contexto específico da instituição e beneficia de feedback regular para uma melhoria contínua. A inclusão de instituições francesas, italianas, suecas, gregas e espanholas reforça a diversidade e a riqueza das abordagens analisadas.

França

O projeto PREVHED recolheu e analisou vários estudos de caso em França sobre a prevenção da violência e do assédio sexuais em estabelecimentos de ensino superior. Segue-se um resumo dos estudos de caso de quatro instituições francesas: **Sciences Po Bordeaux, IMT Atlantique, Université de Rouen e CROUS Occitanie.**

Estudo de caso da Sciences Po Bordeaux Descrição dos estudos de caso

1. **Criação de uma célula de vigilância e escuta (2018)**: A Sciences Po Bordeaux criou uma célula de vigilância e escuta em 2018 para apoiar as vítimas de assédio sexual e coordenar os esforços de sensibilização e prevenção. Esta célula desempenha um papel central na disponibilização de um espaço seguro onde as vítimas podem confidenciar, receber apoio e ser encaminhadas para os serviços adequados.
2. **Plataforma de denúncia:** Para facilitar a denúncia de incidentes de assédio, a Sciences Po Bordeaux desenvolveu uma plataforma de denúncia online, permitindo que as vítimas denunciem anonimamente incidentes de assédio sexual. Esta iniciativa visa incentivar mais pessoas a denunciar comportamentos inadequados sem receio de represálias.
3. **Grupo de Trabalho sobre Violência Sexista e Sexual (SGBV):** Um grupo de trabalho dedicado à Violência Sexista e Sexual (SGBV), composto por membros da administração e estudantes, coordena ações de prevenção e sensibilização no seio da instituição. O grupo está a trabalhar no desenvolvimento e na implementação de um plano de ação abrangente para educar e sensibilizar a comunidade universitária para as questões relacionadas com a SGBV.

4. **Referentes de ética e SGBV:** No âmbito das alterações às regras que regem a vida das associações estudantis, a Sciences Po Bordeaux criou referentes de ética e SGBV. Estes referentes são responsáveis por garantir o cumprimento dos princípios de prevenção da violência sexista e sexual no seio das associações estudantis, assegurando assim uma vigilância contínua e proativa em todas as atividades associativas.

5. **Objetivos**:

As iniciativas da Sciences Po Bordeaux visam **sensibilizar** a comunidade universitária para as questões relacionadas com a violência sexual e de género, através de campanhas de comunicação, formação e debates abertos. Ao mesmo tempo, a instituição implementa medidas preventivas para **evitar a violência sexual** antes que esta ocorra, promovendo comportamentos respeitosos e estabelecendo políticas claras. Outro objetivo fundamental é **acompanhar e apoiar as vítimas de** forma eficaz e empática, proporcionando-lhes os recursos necessários para se recuperarem do trauma sofrido. Por fim, a Sciences Po Bordeaux está empenhada em **assegurar uma resposta disciplinar adequada** a cada incidente denunciado, garantindo que os comportamentos inadequados sejam tratados de forma justa e rigorosa.

Método de avaliação:

A avaliação da eficácia destas iniciativas baseia-se no **feedback dos estudantes e do pessoal**. As opiniões e comentários recolhidos permitem-nos medir o impacto das iniciativas e identificar áreas a melhorar. Além disso, é realizada **uma avaliação contínua das ações** para ajustar e aperfeiçoar as estratégias existentes, garantindo que as medidas tomadas se mantêm relevantes e eficazes face às necessidades e desafios em constante mudança. Esta abordagem dinâmica garante uma melhoria constante nos esforços de prevenção e apoio às vítimas da instituição.

Estudo de caso: IMT Atlantique

A IMT Atlantique, uma das principais escolas de engenharia de França, implementou uma série de iniciativas para promover a igualdade de género no ensino superior. Estas incluem a nomeação de pontos de contacto em cada campus para a missão de Igualdade de Género, a participação em ações de sensibilização e prevenção contra a violência de género e sexual, e o estabelecimento de parcerias com outras instituições e associações. A escola participa ativamente na comunicação com escolas secundárias para promover as carreiras de engenharia junto das jovens e organiza projetos de sensibilização para os estereótipos de género, nomeadamente através de ações lúdicas que incentivam as raparigas a interessarem-se pelas áreas científicas e técnicas. Além disso, a IMT Atlantique participa em iniciativas nacionais e locais de combate à violência sexista e sexual, oferecendo atividades de formação e sensibilização.

1. **Violência específica:**
1. **Violência sexual e de género (VSG):** inclui assédio sexual, agressão sexual e discriminação de género.
2. **Abuso verbal e não verbal:** comentários sexistas, piadas inapropriadas, comentários sobre a aparência física e olhares insistentes.
3. **Outras infrações relacionadas:** exposição indecente, cyberstalking e abuso psicológico.
4. **Grupos e associações ativos:**
    1. **CPED (Conférence Permanente des Chargés.e.s de Mission Égalité et Diversité):** Organização que promove a igualdade de oportunidades e a diversidade no ensino superior.
    2. **ANEF (Associação Nacional de Estudos Feministas):** Associação que contribui para a luta contra a violência sexista e sexual.

Descrição do caso

Contexto e factos principais: A IMT Atlantique introduziu estas medidas na sequência dos resultados do Barómetro de 2023 sobre a violência de género e sexual no ensino superior, que indicavam que quase um em cada dez estudantes tinha sido vítima deste tipo de violência. Estas iniciativas estão em consonância com as prioridades nacionais de combate à violência de género e sexual definidas pelo governo e pelo Ministério do Ensino Superior.

Ações implementadas:

1. **Módulo de formação online:** Desenvolvido em colaboração com a CPED e a ANEF, este módulo aborda vários aspetos da violência de género e sexual, incluindo o consentimento e diversos tipos de infrações.
2. **Sensibilização através de animações e vídeos:** Cada capítulo do módulo é introduzido por uma animação que ilustra situações comuns na vida estudantil, complementada por vídeos do curso, questionários e entrevistas com especialistas.
3. **Formação obrigatória:** Este módulo é obrigatório para todos os estudantes, especialmente para os recém-chegados.
4. **Sessões complementares e atividades presenciais:** workshops, teatro-fórum e formação para líderes de associações de estudantes.
5. **Envolvimento em iniciativas nacionais:** Participação no Plano Nacional de Combate à Violência Sexual e de Género (VSG) no ensino superior.

Objetivos:

A IMT Atlantique definiu vários objetivos-chave para combater a violência sexual e de género no seio da sua instituição. O primeiro objetivo é **a sensibilização**, que visa informar os estudantes sobre a violência sexual e de género, a fim de compreender melhor estes fenómenos e o seu impacto. Em segundo lugar, **o objetivo de prevenção consiste em** educar os estudantes sobre comportamentos adequados e os limites do consentimento, contribuindo assim para prevenir essa violência. Em terceiro lugar, o objetivo é **promover uma mudança de comportamento**, incentivando a reflexão sobre atitudes e comportamentos e promovendo interações respeitosas e igualitárias. Outro objetivo fundamental é a **criação de um ambiente seguro**, de modo a contribuir para um ambiente de aprendizagem inclusivo e seguro para todos os membros da comunidade universitária. Por fim, a IMT Atlantique está empenhada em respeitar as orientações nacionais, adequando as suas ações às recomendações governamentais e nacionais para combater a violência de género e a violência sexual.

Métodos de avaliação:

A IMT Atlantique utiliza vários métodos para avaliar a eficácia destas ações. Os conhecimentos são avaliados através de testes e questionários integrados no módulo de formação, para verificar a compreensão dos conceitos relacionados com a violência de género e a violência sexual. O feedback dos participantes é recolhido através dos comentários dos estudantes sobre a utilidade e a relevância do módulo, fornecendo informações valiosas para ajustar e melhorar o programa. As observações no terreno permitem-nos acompanhar as mudanças no comportamento dos estudantes após a sua participação na formação. Por fim, a análise de indicadores de desempenho, tais como o número de denúncias de violência sexista e sexual, a frequência de sessões adicionais organizadas e a taxa de participação dos alunos, fornece dados quantitativos para medir o impacto das ações implementadas.

Envolvimento dos intervenientes

1. **IMT Atlantique:** Conceção, implementação e acompanhamento do módulo de formação.
2. **Associações parceiras (CPED e ANEF):** Colaboração no conteúdo do módulo e conhecimentos especializados sobre violência de género e sexual.
3. **Estudantes:** Principais beneficiários da formação e participantes ativos em atividades complementares.
4. **Docentes e pessoal administrativo:** Sensibilização e prevenção, apoio aos estudantes e facilitação de debates em sala de aula.

A iniciativa da IMT Atlantique para prevenir e combater a violência sexista e sexual no meio estudantil constitui uma resposta proativa e necessária a um problema preocupante no ensino superior. Baseada num módulo de formação online, esta ação visa sensibilizar os estudantes, suscitar o debate e a reflexão e contribuir para a mudança de comportamentos, de modo a promover relações saudáveis no campus.

Os principais objetivos desta boa prática são a sensibilização, a prevenção e o fornecimento de ferramentas e recursos para apoiar as vítimas. As ações implementadas incluem o desenvolvimento de um módulo de formação online, sessões presenciais de sensibilização, workshops, formação para líderes de associações estudantis e intervenções nas escolas para sensibilizar os jovens para os estereótipos de género. Esta iniciativa insere-se numa abordagem global de promoção da igualdade de género no ensino superior, em resposta às diretivas nacionais de combate à violência de género e à violência sexual. A sua avaliação baseia-se na receção positiva que tem tido tanto por parte dos estudantes como das instituições, bem como no acompanhamento de indicadores e no feedback para medir a sua eficácia e impacto.

Estudo de caso: CROUS

Occitanie Descrição do caso

1. **Contexto e elementos-chave:** O CROUS Occitanie implementou uma série de ações para prevenir e combater a violência de género e a violência sexual, em resposta às orientações nacionais e às recomendações do Ministério do Ensino Superior. Estas iniciativas são motivadas pela necessidade de criar um ambiente seguro e respeitoso para todos os estudantes e funcionários nas residências universitárias e nos refeitórios.
2. **Ações implementadas:**

Workshops de sensibilização e campanhas de comunicação: O CROUS organiza regularmente workshops para sensibilizar os estudantes para a violência sexista e sexual. Estes workshops são complementados por campanhas de comunicação que divulgam informações e mensagens sobre o consentimento e o respeito mútuo nas áreas comuns.

Formação do pessoal: Todo o pessoal das residências universitárias e cantinas recebe formação contínua sobre como lidar com incidentes de assédio sexual e como apoiar as vítimas.

Plataforma de denúncia: Uma plataforma de denúncia online permite que as vítimas denunciem anonimamente incidentes de assédio sexual, garantindo um acompanhamento rápido e confidencial.

Parcerias com associações locais: O CROUS colabora com associações locais especializadas no combate à violência de género e à violência sexual para oferecer recursos adicionais e sessões informativas.

Objetivos:

Os principais objetivos do CROUS Occitanie são cursos de formação para funcionários e estudantes, com vista a sensibilizar, educar, desenvolver competências e promover o respeito e a inclusão. Em primeiro lugar, visam sensibilizar os participantes para as questões cruciais do assédio sexual, do consentimento, da violência e da discriminação,

informando-os sobre comportamentos inaceitáveis e direitos individuais. Em segundo lugar, educam os participantes a reconhecer e a responder adequadamente a situações de assédio ou discriminação, recorrendo a exemplos concretos e cenários para uma melhor compreensão. Além disso, oferecem sessões práticas para reforçar competências essenciais, tais como a comunicação, a gestão de conflitos e a autodefesa, permitindo que os participantes se sintam mais confiantes e capazes de lidar com situações difíceis. Por fim, ao enfatizar o respeito mútuo, a diversidade e a inclusão, estes cursos de formação procuram criar um ambiente onde todos se sintam aceites e respeitados, e onde o assédio e a discriminação sejam intoleráveis. Em conjunto, estes esforços contribuem para o desenvolvimento de uma cultura institucional que rejeita o assédio e a discriminação e promove um ambiente seguro e inclusivo para todos os membros da comunidade universitária.

Métodos de avaliação

A avaliação desta ação levada a cabo pelo Crous de Montpellier - Occitanie para prevenir o assédio sexual e combater a discriminação baseia-se em vários indicadores e métodos de avaliação. Eis alguns elementos que poderão ser tidos em conta no processo de avaliação:

- Participação em workshops e cursos de formação:

Avaliar a participação do pessoal e dos alunos em workshops de educação sobre o consentimento, sessões introdutórias de autodefesa, workshops de teatro-fórum e formação aprofundada. Um elevado nível de participação indicaria interesse e apoio a estas iniciativas.

-Feedback dos participantes:

- Recolher feedback qualitativo dos participantes para avaliar a sua satisfação, a relevância do conteúdo e a utilidade percebida da formação e das oficinas no reforço da prevenção e da sensibilização.

-Análise de relatórios:

-Analisar o número de denúncias recebidas pela Cnaé, a linha de apoio profissional, e a natureza das situações denunciadas. Um aumento no número de denúncias poderá indicar uma maior sensibilização e confiança nos sistemas de apoio.

-Eficácia das ferramentas de denúncia:

-Avaliar a facilidade de utilização e a eficácia da plataforma de denúncia de violência. Isto poderá incluir a análise do tempo de resposta, da resolução dos casos e do acompanhamento das vítimas.

-Mudanças percetíveis na cultura organizacional:

-Observar quaisquer mudanças na cultura organizacional do Crous no que diz respeito ao respeito, à inclusão e à prevenção do assédio. Isto pode traduzir-se em feedback positivo por parte dos funcionários e estudantes sobre o seu ambiente de trabalho e de estudo.

-Taxa de reincidência:

-Caso tenham sido comunicados e tratados casos de assédio, avalie a taxa de recorrência desse tipo de comportamento. Uma redução na reincidência poderá indicar uma prevenção e uma gestão de incidentes eficazes.

-Impacto nos resultados da campanha de sensibilização:

-Avaliar o impacto da participação do Crous na campanha nacional sobre o consentimento, analisando a cobertura mediática, o alcance da mensagem e a sensibilização geral na comunidade universitária.

-Alteração do nome próprio:

-Analise o número de pedidos de alteração de nomes próprios tradicionais e avalie a facilidade do processo para os estudantes. Um número crescente de pedidos poderá refletir o reconhecimento das necessidades específicas de cada indivíduo.

-Colaboração com parceiros externos:

-Avaliar a eficácia da colaboração com parceiros externos, como o Centre Communal d'Action Sociale, medindo a acessibilidade e a qualidade dos serviços complementares.

-Monitorização dos indicadores de segurança:

-Analisar os indicadores de segurança nas residências universitárias e nos campus para avaliar o impacto das medidas de prevenção na redução dos incidentes de assédio e violência.

A avaliação deve ser um processo contínuo, permitindo que as intervenções sejam ajustadas e melhoradas de acordo com o feedback e as mudanças na situação.

Envolvimento das partes interessadas

CROUS Occitanie: Conceção, implementação e acompanhamento de workshops de sensibilização e campanhas de comunicação.

Associações locais: Parceria para o conteúdo dos workshops e conhecimentos especializados sobre violência sexista e sexual. Associação «En Avant Toutes».

Estudantes e pessoal: Principais beneficiários dos cursos de formação e participantes ativos em atividades complementares.

Pessoal das residências universitárias e cantinas: Sensibilização e prevenção, apoio aos estudantes e facilitação do diálogo e da denúncia.

O Crous de Montpellier - Occitanie criou uma série de iniciativas para prevenir o assédio sexual e combater a discriminação. Estas incluem workshops sobre consentimento, sessões introdutórias de autodefesa, teatro-fórum, cursos de formação aprofundados e uma unidade de denúncia. O Crous disponibiliza ainda uma linha de apoio gerida por profissionais, uma plataforma de denúncia online e nomeou referentes em matéria de igualdade e diversidade. Oferece ainda um procedimento para a alteração de nomes próprios e uma linha de apoio para lidar com situações de mal-estar, violência ou discriminação. Estas ações são avaliadas através de uma plataforma de escuta e apoio. Os grupos-alvo são o pessoal e os estudantes, e a ação foi implementada a nível regional. As considerações estratégicas incluem uma abordagem proativa para promover o consentimento e prevenir a violência de género e sexual. O método utilizado envolve workshops, formação, uma unidade de denúncia e uma plataforma de escuta.

Estudo de caso: Universidade de Rouen Descrição do caso

A Universidade de Rouen criou um sistema para prevenir e combater o assédio sexual em resposta às recomendações do Ministério do Ensino Superior de 2017 e às orientações da Conferência dos Reitores Universitários (CPU). A iniciativa decorre do reconhecimento de que o assédio sexual é um problema generalizado que afeta toda a sociedade, incluindo as instituições académicas. Em novembro de 2017, foi formado um grupo de trabalho multidisciplinar e intersetorial, composto por membros eleitos da comissão de saúde, segurança e condições de trabalho (CHSCT), médicos, enfermeiros, representantes dos serviços de prevenção, um assistente social, o responsável pela qualidade de vida no trabalho, um consultor de prevenção, o diretor de assuntos jurídicos e estatutários, o diretor de recursos humanos, o diretor-geral de serviços e o vice-presidente.

Medidas implementadas:

1. **Criação de uma unidade de acompanhamento e escuta:** Foi criada uma estrutura dedicada para receber, ouvir, aconselhar e orientar as vítimas de assédio sexual. Esta unidade constitui um ponto de contacto centralizado para as pessoas que enfrentam tais situações.
2. **Elaboração de um guia específico:** Foi elaborado um guia intitulado «Combattre le harcèlement sexuel à l'Université de Rouen Normandie» (Combater o assédio sexual na Universidade de Rouen Normandia), que fornece informações sobre o assédio sexual, os procedimentos a seguir e os recursos disponíveis.

3. **Formação obrigatória:** A formação obrigatória para o pessoal administrativo, docentes e novos colaboradores visa sensibilizar e capacitar para o reconhecimento e a gestão de situações de assédio.
4. **Sensibilização e formação:** São organizadas sessões de sensibilização para estudantes e pessoal, com o objetivo de fornecer informações sobre o reconhecimento do assédio sexual e as medidas a tomar.
5. **Processo de tratamento de queixas:** Existe um processo estruturado para a receção e análise de queixas, que envolve uma comissão especializada capaz de remeter os casos para a instância disciplinar competente ou de informar o Ministério Público.

Objetivos:

Os objetivos das boas práticas da Universidade de Rouen-Normandia contra o assédio sexual são variados e visam criar um ambiente universitário seguro e respeitoso para todos os membros da comunidade. Estes objetivos incluem informar e sensibilizar os estudantes e o pessoal administrativo, docente e técnico sobre a natureza e as consequências do assédio sexual, bem como prevenir tais comportamentos através de formação obrigatória para gestores e novos colaboradores. A universidade compromete-se igualmente a apoiar as vítimas e as testemunhas através da criação de uma unidade de acompanhamento e escuta, e a pôr imediatamente fim aos comportamentos proibidos, tomando as medidas adequadas. Além disso, a universidade assegura que os autores de assédio sexual sejam punidos, quer através de medidas disciplinares internas, quer por via de processo penal. Os esforços de sensibilização estendem-se a todos os níveis, incluindo doutorandos, orientadores de tese e diretores de laboratório, e incluem a dimensão do «assédio sexual» nos cursos de formação em saúde e segurança. Por fim, é amplamente divulgada uma carta de ética contra o assédio sexual, a fim de reforçar o compromisso da universidade no combate a este comportamento inaceitável.

Métodos de avaliação:

A Université de Rouen Normandie acompanha rigorosamente as queixas e os casos de assédio sexual, a fim de avaliar a dimensão do problema e a eficácia dos seus procedimentos de tratamento de queixas. A universidade analisa também os prazos de tramitação para garantir que os casos sejam tratados de forma atempada e eficiente. O feedback dos estudantes, do pessoal administrativo e docente é recolhido regularmente através de questionários de satisfação, a fim de avaliar a qualidade dos serviços prestados pela unidade de acompanhamento e escuta, bem como a utilidade do guia sobre assédio sexual. O impacto da formação obrigatória e das iniciativas de sensibilização é avaliado através de inquéritos de satisfação e avaliações pós-formação. Além disso, a universidade analisa as estatísticas relativas às pessoas e aos recursos utilizados para tratar as queixas e

compara as suas práticas com as normas legais e as melhores práticas recomendadas por organismos nacionais e internacionais.

Envolvimento dos intervenientes:

Eis os grupos e associações ativos na luta contra o assédio sexual neste campus:

CLASCHES (Collectif de Lutte Anti-Sexiste Contre le Harcèlement Sexuel dans l'Enseignement Supérieur): este coletivo atua na luta contra o assédio sexual na URN.

Unidade de vigilância contra o assédio sexual: a URN criou uma unidade de vigilância contra o assédio sexual. Esta unidade desempenha um papel crucial no acolhimento, escuta, aconselhamento e orientação de estudantes e pessoal que se deparam com situações de assédio sexual.

Serviços de medicina preventiva e saúde mental: Os serviços de medicina preventiva para estudantes e para o pessoal também estão envolvidos no apoio às vítimas de assédio sexual, oferecendo recursos e apoio psicológico.

CHSCT (Comité de Higiene, Segurança e Condições de Trabalho): Embora se dedique principalmente a questões de saúde e segurança no local de trabalho, o CHSCT também pode estar envolvido na prevenção e no combate ao assédio sexual no seio da universidade.

Universidade de Rouen: Conceção, implementação e acompanhamento de iniciativas de formação e sensibilização.

Comissão de Luta contra o Assédio Sexual: responsável por analisar queixas e encaminhar os casos para os procedimentos disciplinares adequados.

Unidade de Acompanhamento e Apoio: composta por profissionais das áreas da saúde, recursos humanos e prevenção da discriminação, esta unidade desempenha um papel fundamental no acolhimento e apoio às vítimas.

Estudantes e pessoal: Principais beneficiários dos cursos de formação e participantes ativos em atividades complementares.

Grupos e associações locais: Parceiros que proporcionam conhecimentos especializados e apoio adicionais na luta contra o assédio sexual.

A Universidade de Rouen Normandia implementou uma série de ações e medidas para combater o assédio sexual no seio da instituição. Estas iniciativas incluem a criação de uma unidade de vigilância e apoio, a elaboração de um guia para o combate ao assédio sexual, a sensibilização

e formação para diversos públicos, bem como a implementação de procedimentos para receber, apoiar e tratar casos de assédio. Esta abordagem insere-se num compromisso mais amplo com a igualdade, a diversidade e a inclusão no seio da universidade.

As nossas ações visam informar, sensibilizar, prevenir, apoiar as vítimas e lidar com situações de assédio sexual de forma eficaz e ética. Os cursos de formação destinados a gestores administrativos, docentes e novos colaboradores foram concebidos para reforçar as competências e os conhecimentos necessários para identificar, prevenir e intervir face ao assédio sexual. Estes esforços são apoiados por uma estrutura institucional sólida e pela mobilização de vários intervenientes no seio da universidade.

Em conclusão, a Université de Rouen Normandie está fortemente empenhada na luta contra o assédio sexual, demonstrando a sua vontade de promover um ambiente respeitoso, seguro e inclusivo para todos os membros da sua comunidade académica.

Espanha

Estudo de caso: Universidade Autónoma de Barcelona (UAB)

Descrição do caso:

A Universidade Autónoma de Barcelona (UAB) ocupa o 11.º lugar no ranking mundial em matéria de promoção da igualdade entre homens e mulheres. Desde 2013 que combate ativamente a violência de género. O seu IV Plano de Ação para a Igualdade de Género (2019-2023) aplica-se a estudantes, pessoal universitário e colaboradores de empresas externas que prestam serviços à universidade. O Observatório para a Igualdade gere o protocolo de acolhimento, acompanhamento e apoio às vítimas, garantindo a confidencialidade e a proteção contra represálias.

Ações implementadas:

1. **Pontos de Informação Lila:** instalados em 2018, estes pontos fornecem informações sobre o protocolo de assédio sexual e os serviços de apoio disponíveis. Estão localizados em diferentes áreas físicas da universidade, de modo a serem acessíveis a todos os membros da comunidade universitária.
2. **Campanhas de sensibilização e formação:** São realizadas regularmente campanhas de sensibilização para informar a comunidade universitária sobre o assédio sexual, as suas implicações e como o prevenir. São também organizados cursos de formação para o pessoal e os estudantes, incluindo módulos sobre os direitos das vítimas, os procedimentos de denúncia e o apoio disponível.

Objetivos:

A cada ano letivo, o Point Lila oferece 25 horas de formação ministrada por formadores especializados, com reconhecimento de créditos académicos, para preparar as novas brigadas do Point Lila para o ano seguinte. Esta iniciativa tem múltiplos objetivos. Visa formar estudantes universitários sobre questões cruciais, como a violência de género na vida noturna, através de cursos ministrados pelo Observatoire des Noctámbul@s. Os estudantes aprendem também a utilizar ferramentas e instrumentos para lidar com situações de violência de género em ambientes noturnos e virtuais, sob a orientação do psicólogo do Point Lila e de um técnico do Observatório da Igualdade. Participam ainda na preparação de atividades de sensibilização, como «La Comunitaria», uma sessão autogestionada apoiada pelo Observatório da Igualdade. Os participantes são avaliados com base na assiduidade, na participação em atividades relacionadas e num questionário de avaliação, garantindo uma formação abrangente e rigorosa para combater eficazmente a violência de género.

Métodos de avaliação:

Esta atividade é avaliada em colaboração com o Grupo de Dinamização Comunitária da UAB, a equipa responsável pela organização do evento. No final, são recolhidas estatísticas sobre os materiais distribuídos, a informação e os contactos estabelecidos a partir do Ponto Lila e do Ponto Lila itinerante. Toda esta informação é incluída no relatório final de justificação da subvenção que abrange esta atividade.

Outra forma de avaliação é recolhida após os cursos de formação oferecidos às brigadas, que preenchem um questionário final de satisfação.

Envolvimento dos intervenientes:

Universidade Autónoma de Barcelona: Conceção, implementação e acompanhamento dos pontos de informação, cursos de formação e campanhas de sensibilização.

Observatório da Igualdade: Gestão do protocolo de assédio sexual, acolhimento e apoio às vítimas, coordenação dos pontos de informação Lila. Existe um delegado para a igualdade.

Estudantes e pessoal: Principais beneficiários dos cursos de formação e participantes ativos nas atividades complementares.

Grupos e associações locais: Colaboração para oferecer recursos adicionais e sessões de informação. Existem associações feministas no seio da universidade, que estão listadas num diretório no site da universidade.

O Ponto Lila foi criado para reunir o protocolo antiassédio e antiviolência da UAB, bem como as ferramentas de denúncia e proteção à disposição da comunidade universitária. Envolve ativamente os estudantes através das brigadas que se formam anualmente e reúne os

recursos de aconselhamento, sensibilização e denúncia que a UAB disponibiliza no seu Observatório da Igualdade, nas próprias instalações da universidade, duas vezes por ano. O Observatório oferece assistência psicológica, jurídica e social às vítimas de assédio e violência na UAB ao longo do ano e é responsável pela formação dos novos membros das brigadas. Isto garante que a informação prestada através do stand e do grupo itinerante em eventos noturnos cumpra o protocolo e que possam realizar um trabalho eficaz de sensibilização e denúncia.

Estudo de caso: Universidade de La Laguna

(ULL) Descrição do caso:

A Universidade de La Laguna (ULL) aprovou a criação da sua Unidade para a Igualdade (UIG) em 2010, seguida do seu primeiro Plano para a Igualdade em 2013. O II Plano para a Igualdade (2022-2026) inclui eixos de prevenção e intervenção contra o assédio sexual e baseado no género. O protocolo aplica-se a todos os membros da comunidade universitária e dá prioridade à confidencialidade e à participação ativa.

Ações implementadas:

1. **Campanhas de informação sobre assédio sexual:** São organizados anualmente cartazes, cursos de formação, conferências e sessões de sensibilização para informar os colaboradores sobre o protocolo e incentivá-los a denunciar os casos.
2. **Colaboração com a Ordem dos Psicólogos das Ilhas Canárias:** Presta apoio profissional externo aos casos denunciados.

Objetivos:

Os objetivos desta boa prática consistem em esclarecer o que se entende por assédio sexual (também conhecido como assédio com base no género), fornecer informação sobre as implicações legais e éticas (igualdade, liberdade, justiça) destas infrações e sobre o compromisso da Universidade em tratá-las como inaceitáveis (tolerância zero). É essencial pôr fim ao silêncio em torno destes temas. É igualmente necessário informar os estudantes e o pessoal sobre os recursos da Universidade para a prevenção e intervenção em diversos casos, e encorajá-los a denunciar quaisquer situações e a contactar o Gabinete para obter apoio, aconselhamento e soluções.

Métodos de avaliação:

A avaliação será realizada no final do período de aplicação do II Plano de Igualdade (2026), no âmbito das ações implementadas no eixo dedicado à prevenção do assédio sexual e baseado no género, bem como da violência baseada no género.

Além disso, a Unidade de Igualdade e a OPRAS avaliam anualmente as suas ações, campanhas, etc.

Envolvimento dos intervenientes:

Universidade de La Laguna: Conceção, implementação e acompanhamento de iniciativas de sensibilização e prevenção.

Unidade de Igualdade (UIG) e OPRAS: Gestão de protocolos, acolhimento e apoio às vítimas, coordenação de iniciativas.

Estudantes e pessoal: Principais beneficiários dos cursos de formação e participantes ativos em atividades complementares.

Grupos e associações locais: Colaboração para disponibilizar recursos adicionais e sessões informativas.

A iniciativa da Universidade de La Laguna para prevenir e combater a violência de género e sexual na sua instituição representa uma resposta proativa e necessária a um problema preocupante no ensino superior. Baseada em campanhas de informação, formação contínua para o pessoal e os estudantes e colaboração com profissionais externos, esta ação visa sensibilizar, promover comportamentos respeitosos e prestar apoio eficaz às vítimas. Os principais objetivos desta boa prática são a sensibilização, a prevenção e o fornecimento de ferramentas e recursos para apoiar as vítimas. As ações implementadas incluem campanhas de informação anuais e a colaboração com a Organização de Psicólogos das Ilhas Canárias. Esta iniciativa insere-se numa abordagem global de promoção da igualdade de género no ensino superior, em resposta às diretivas nacionais de combate à violência de género e sexual. A sua avaliação baseia-se na receção positiva por parte dos estudantes e do pessoal, bem como no acompanhamento de indicadores e no feedback para medir a sua eficácia e impacto.

Estudo de caso: Universidade Rey Juan Carlos (URJC) Descrição do caso:

A Universidade Rey Juan Carlos (URJC) criou a sua Unidade de Igualdade em novembro de 2010 para promover a integração da igualdade de género nas suas políticas académicas e iniciativas de ensino superior. O protocolo antiassédio, em consonância com o seu código de ética, defende o direito de todos a um ambiente de trabalho e de estudo livre de assédio e discriminação. A URJC está empenhada em afetar os recursos humanos e materiais necessários para prevenir e lidar com as consequências de tais comportamentos.

Ações implementadas:

1. **Mestrado em prevenção e sensibilização para a violência sexual e de género: Um** programa concebido para colmatar a lacuna de formação na prevenção e gestão da violência sexual

e de género. Este mestrado abrange todas as formas de violência, incluindo as menos visíveis, como a violência simbólica e económica.

2. **Conferências e workshops de sensibilização:** Eventos organizados por ocasião do Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres e outras datas importantes, com sessões informativas sobre drogas de submissão química, violência de género durante a gravidez, etc.
3. **Plano de comunicação anual:** São realizadas campanhas de comunicação contínuas para sensibilizar para as questões relacionadas com o assédio sexual e os recursos disponíveis para a comunidade universitária.

Objetivos:

O principal objetivo da Universidade Rey Juan Carlos (URJC) é promover a educação para a igualdade e erradicar o assédio. Enquanto universidade pública, a URJC está empenhada em promover a educação para a igualdade, em consonância com os valores das sociedades democráticas atuais. A Unidade de Igualdade da URJC apoia a prevenção da violência e do assédio, promovendo conferências científicas, seminários e atividades académicas que incentivem a investigação e a divulgação dos resultados. Estas atividades envolvem toda a comunidade educativa. O objetivo desta investigação é aprofundar o conhecimento científico sobre a violência de género, explicando as suas causas profundas — tanto estruturais como simbólicas — que perpetuam a desigualdade entre homens e mulheres, bem como as suas consequências. A divulgação desta investigação junto da comunidade académica e do público em geral é essencial para sensibilizar e criar um ambiente de tolerância zero em relação ao assédio, à violência e ao sexismo. Estudar estas questões numa perspetiva de género é crucial para desenvolver estratégias de prevenção adequadas, uma vez que a violência e o assédio são manifestações da desigualdade de género.

Métodos de avaliação:

As atividades são avaliadas individualmente pelos participantes. Uma vez que estas atividades estão abertas à comunidade educativa, bem como a profissionais e ao público em geral, beneficiam de um leque alargado de avaliadores.

Os participantes preenchem um questionário anónimo para dar feedback sobre a sua experiência com as atividades.

Envolvimento dos intervenientes:

Universidade Rey Juan Carlos: Conceção, implementação e acompanhamento de campanhas de sensibilização e prevenção.

Unidade de Igualdade: Gestão de protocolos, acolhimento e apoio às vítimas, coordenação de iniciativas.

Estudantes e pessoal: Principais beneficiários dos cursos de formação e participantes ativos nas atividades complementares.

Grupos e associações locais: Colaboração para disponibilizar recursos adicionais e sessões informativas.

Em conclusão, a Universidade Rey Juan Carlos (URJC) está ativamente empenhada em promover a igualdade e erradicar o assédio através da implementação das melhores práticas. O protocolo antiassédio da URJC, em consonância com o seu Código de Ética, garante um ambiente de trabalho e de estudo respeitoso e seguro, onde qualquer forma de assédio e discriminação é intolerável. A Unidade de Igualdade da universidade desempenha um papel central no apoio à investigação e à divulgação de conhecimentos sobre a violência de género, organizando congressos científicos, seminários e atividades académicas que envolvem toda a comunidade educativa. A sensibilização e a educação sobre estes temas não só ajudam a compreender as causas profundas e as consequências do assédio, como também a desenvolver estratégias de prevenção eficazes. Através de várias iniciativas, tais como conferências, cursos de formação e jornadas de sensibilização, a URJC esforça-se por criar um clima de tolerância zero em relação à violência e ao assédio, integrando simultaneamente a perspetiva de género em todas as suas ações para garantir uma verdadeira igualdade entre mulheres e homens.

Itália

Estudo de caso: Universidade de

Bolonha Descrição do caso:

A Universidade de Bolonha criou um serviço dedicado à violência de género em resposta a incidentes graves, como o feminicídio da jovem estudante Emma Pezemo. O serviço foi criado para sensibilizar a comunidade universitária para a violência de género e sexual e para oferecer um espaço seguro de apoio às vítimas. O serviço trabalha em colaboração com organizações locais, como o Centro das Mulheres do Município de Forlì e a «Casa delle donne per non subire violenza» em Bolonha.

Medidas implementadas:

1. **Serviço universitário contra a violência de género:** Oferece entrevistas individuais conduzidas por especialistas em violência de género, uma linha telefónica de apoio e procedimentos de emergência para a proteção imediata das vítimas.

2. **Sensibilização e informação:** Campanhas de comunicação para informar as pessoas sobre a violência de género e os serviços disponíveis, através de cartazes, brochuras e workshops.
3. **Orientação e apoio jurídico:** Fornece informações básicas sobre questões jurídicas e sobre como contactar as autoridades competentes.

Objetivos:

Os objetivos da iniciativa da Universidade de Bolonha são múltiplos e visam criar um ambiente universitário seguro e respeitoso. Em primeiro lugar, reconhecer e prevenir comportamentos inaceitáveis, tais como a discriminação, o assédio sexual e a violência baseada no género no seio da comunidade universitária. Em segundo lugar, a iniciativa visa sensibilizar todos os estudantes, o pessoal técnico e administrativo, o corpo docente e os investigadores para a violência baseada no género, e incentivá-los a denunciar tais comportamentos. Além disso, é prestado apoio concreto às vítimas através de entrevistas individuais, consultas por telefone e, em situações de emergência, procedimentos de proteção imediata. Por fim, a iniciativa inclui formação e informação sobre aspetos jurídicos e sobre como contactar as autoridades competentes, bem como a integração com serviços locais especializados para a prestação de cuidados multidisciplinares. Esta abordagem abrangente visa promover um clima de tolerância zero em relação à violência e apoiar as vítimas de forma eficaz, respeitando o seu anonimato.

Métodos de avaliação:

Na Universidade de Bolonha, estão em vigor vários métodos de avaliação para medir a eficácia das iniciativas contra a violência de género. Estes métodos incluem questionários anónimos distribuídos aos participantes nos serviços e nas atividades de sensibilização, com o objetivo de recolher feedback sobre a sua experiência e satisfação. É também realizado um acompanhamento sistemático dos casos, registando as queixas e avaliando os resultados das medidas tomadas. As avaliações pós-formação medem a aquisição de conhecimentos pelos participantes, enquanto o feedback dos profissionais fornece informações sobre os procedimentos e os desafios encontrados. As estatísticas e os relatórios anuais compilam dados sobre as queixas e os tipos de violência denunciados, permitindo identificar tendências e avaliar o impacto global das iniciativas. Além disso, são realizados regularmente inquéritos de satisfação junto dos utilizadores dos serviços, e as sessões de feedback com a comunidade universitária recolhem sugestões de melhoria. Estes métodos garantem que as iniciativas da Universidade de Bolonha respondem eficazmente às necessidades da comunidade e contribuem para a criação de um ambiente seguro e respeitoso.

Envolvimento dos intervenientes:

O envolvimento das partes interessadas nas iniciativas da Universidade de Bolonha contra a violência de género é essencial para garantir o seu sucesso e eficácia. Os principais intervenientes envolvidos incluem vários departamentos universitários, associações locais e a comunidade universitária no seu conjunto.

Em primeiro lugar, a Universidade de Bolonha mobiliza os seus próprios recursos para implementar serviços e atividades de sensibilização. Isto inclui pessoal especializado no tratamento de casos de violência de género, que oferece apoio e acompanhamento às vítimas através de entrevistas individuais e acompanhamento personalizado. O pessoal administrativo e docente também está envolvido na divulgação de informação e na sensibilização nos seus respetivos departamentos.

Em segundo lugar, associações locais, como o Centro das Mulheres do Município de Forlì e a «Casa delle donne per non subire violenza» de Bolonha, colaboram com a universidade para oferecer uma extensa rede de apoio às vítimas. Estas parcerias ajudam a alargar o acesso aos serviços sociais, de saúde e jurídicos necessários para apoiar as pessoas afetadas pela violência de género.

A comunidade universitária no seu conjunto é também um interveniente fundamental. Os estudantes, o pessoal administrativo e docente participam ativamente em campanhas de sensibilização e atividades organizadas pela universidade, tais como jornadas de formação e conferências. O seu empenho na prevenção e denúncia de comportamentos abusivos contribui para criar um ambiente universitário mais seguro e respeitoso para todos.

Por fim, as iniciativas da Universidade de Bolonha contra a violência de género beneficiam do apoio e da participação das autoridades locais e regionais, bem como das forças de segurança. Esta colaboração reforça a eficácia dos protocolos de segurança e de intervenção rápida implementados para proteger as vítimas e prevenir novos incidentes.

Em suma, o envolvimento ativo e coordenado destes diferentes intervenientes é crucial para o sucesso dos esforços da Universidade de Bolonha no combate à violência de género, criando um ambiente em que a prevenção, o apoio às vítimas e a sensibilização estão no centro das prioridades institucionais e comunitárias.

A ação da Universidade de Bolonha contra a violência de género visa sensibilizar, prevenir a violência e apoiar as vítimas no seio da sua comunidade universitária. A universidade criou um gabinete dedicado à violência de género que oferece serviços gratuitos, incluindo entrevistas individuais, uma linha telefónica de emergência e procedimentos de emergência para a proteção imediata das vítimas. São realizadas campanhas de sensibilização em toda a universidade, que incluem a distribuição de materiais educativos em bibliotecas, serviços administrativos e residências universitárias. A universidade também colabora com associações locais e serviços públicos para oferecer apoio multidisciplinar às vítimas. Ao envolver ativamente a comunidade universitária e

reforçando os protocolos de segurança, a Universidade de Bolonha procura criar um ambiente universitário seguro e respeitoso para todos os seus membros.

Estudo de caso: Universidade «La Sapienza» de Roma Descrição do caso:

A Universidade de Roma «La Sapienza» criou um serviço abrangente para combater o assédio sexual e a violência baseada no género. O serviço está em funcionamento há vários anos e inclui ações de sensibilização, prevenção e apoio às vítimas. O serviço está em conformidade com as políticas nacionais e europeias destinadas a promover a igualdade de género e a combater a violência sexista e sexual. A Universidade definiu uma carta reitoral (código de conduta para o combate ao assédio sexual) e nomeou um conselheiro de confiança para acompanhar os casos de assédio.

Ações implementadas:

1. **Formação e sensibilização:** Formação obrigatória para o pessoal e os estudantes sobre assédio sexual e violência de género, com módulos específicos sobre como reconhecer e responder adequadamente a estas situações.
2. **Serviços de apoio:** Consultas individuais, aconselhamento e apoio jurídico às vítimas de assédio sexual e violência baseada no género.
3. **Campanhas de comunicação:** Organização de campanhas de sensibilização em toda a universidade para fornecer informações sobre os direitos das vítimas e os procedimentos de denúncia disponíveis.

Objetivos:

A Universidade de Roma «La Sapienza» criou um departamento dedicado ao combate ao assédio sexual e à violência de género com vários objetivos principais: O objetivo é informar e educar os membros da universidade sobre as questões da violência de género e do assédio sexual. São realizadas regularmente campanhas de sensibilização para consciencializar estudantes, pessoal académico e administrativo sobre os comportamentos inaceitáveis e as consequências dessa violência. A «La Sapienza» implementa medidas preventivas para evitar a ocorrência de tais atos no seio da universidade. Isto inclui a implementação de políticas e procedimentos claros, bem como formação obrigatória para sensibilizar e educar sobre o respeito pelos direitos e a prevenção dessa violência. A universidade oferece apoio abrangente às vítimas de violência baseada no género e de assédio sexual. Isto inclui apoio psicológico, jurídico e médico, para ajudar as vítimas a recuperar e a protegerem-se. As medidas tomadas pela Universidade de Roma «La Sapienza» fazem parte de uma abordagem mais ampla de promoção da igualdade de género, em consonância com as políticas nacionais e europeias. A universidade está ativamente empenhada em criar um ambiente seguro, respeitoso e inclusivo

para todos os seus membros, contribuindo assim para a luta contra a violência de género e a violência sexual no ensino superior.

Métodos de avaliação:

O protocolo de sensibilização dos estudantes e de criação de um sistema de escuta é avaliado anualmente através de um relatório elaborado pelos conselheiros de confiança, que são os pontos de contacto para as vítimas.

Envolvimento dos intervenientes:

Universidade de Roma «La Sapienza»: Conceção, implementação e acompanhamento de campanhas de sensibilização e prevenção.

Serviço de apoio às vítimas: gestão de protocolos, acolhimento e apoio às vítimas, coordenação de iniciativas.

Estudantes e pessoal: Principais beneficiários dos cursos de formação e participantes ativos em atividades complementares.

Grupos e associações locais: colaboração para disponibilizar recursos adicionais e sessões informativas.

A iniciativa da Universidade de Roma «La Sapienza» para prevenir e combater a violência, fornecendo informação clara e atualizada tanto aos estudantes como ao pessoal.

Portugal

Estudo de caso: Universidade de Coimbra (UC)

Descrição do caso:

A Universidade de Coimbra introduziu um Código de Boa Conduta para prevenir e combater o assédio no local de trabalho. Este código, que cumpre a legislação portuguesa, visa promover um ambiente de trabalho respeitoso e livre de assédio para todos os membros da comunidade universitária, incluindo estudantes, investigadores, estagiários e pessoal.

Medidas implementadas:

1. **Código de Boa Conduta:** O Código de Boa Conduta para a prevenção e combate ao assédio no local de trabalho define os comportamentos a evitar e as medidas a tomar em caso de assédio. O código é um instrumento de autorregulação concebido para prevenir, identificar, eliminar e punir o assédio.

2. **Serviços de aconselhamento e apoio:** A universidade disponibiliza serviços de aconselhamento para vítimas de assédio, com apoio psicológico e jurídico.
3. **Formação e sensibilização:** São organizadas sessões de formação regulares para o pessoal e os estudantes, abrangendo temas como o consentimento, o comportamento adequado e as respostas a situações de assédio.
4. **Mecanismos de denúncia: Estabelecer** procedimentos claros para a denúncia de incidentes de assédio, incluindo medidas de proteção contra retaliações contra quem denuncia.
5. **Campanhas de comunicação:** São realizadas campanhas de sensibilização para informar a comunidade universitária sobre questões relacionadas com o assédio e os recursos disponíveis para as vítimas.

Objetivos:

Os objetivos da implementação do Código de Boa Conduta da Universidade de Coimbra para prevenir e combater o assédio no local de trabalho são múltiplos e essenciais para promover um ambiente de trabalho respeitoso e seguro. Em primeiro lugar, o código visa garantir que todos os membros da comunidade universitária trabalhem num ambiente livre de assédio, incluindo estudantes, investigadores, estagiários e pessoal. Em segundo lugar, implementa ações proativas para prevenir situações de assédio e utiliza o código como ferramenta para identificar e eliminar comportamentos de assédio assim que estes ocorram. São estabelecidas consequências claras para comportamentos inadequados, a fim de dissuadir tais atos. Em caso de assédio, a universidade oferece apoio abrangente às vítimas, incluindo aconselhamento psicológico e jurídico. Além disso, são organizadas formações e campanhas de sensibilização para educar a comunidade universitária sobre o consentimento, o comportamento adequado e as respostas a situações de assédio. Por fim, são criados mecanismos de denúncia acessíveis e protegidos para permitir que as vítimas ou testemunhas comuniquem os incidentes com total segurança. Estes objetivos visam criar uma cultura de respeito e segurança na Universidade de Coimbra, em consonância com os valores da instituição e a legislação em vigor, e refletem o compromisso da universidade em garantir o bem-estar de todos os seus membros e em manter um espaço académico onde a integridade e o respeito mútuo sejam fundamentais.

Métodos de avaliação:

O método utilizado para avaliar as práticas antiassédio na Universidade de Coimbra não é explicitamente detalhado na informação disponível. No entanto, em geral, os métodos de avaliação dos programas antiassédio e de prevenção podem incluir várias abordagens. Estas incluem a recolha de dados através de inquéritos e sondagens aos membros da comunidade universitária, para avaliar a sua perceção do assédio e a eficácia das medidas implementadas. Além disso, poderia ser realizada uma análise das denúncias antes e depois da implementação do código de conduta para

avaliar o impacto na frequência dos incidentes. Avaliações qualitativas, tais como entrevistas com vítimas, testemunhas e autores de assédio, ajudam a compreender a eficácia dos serviços de aconselhamento e apoio. O acompanhamento dos cursos de formação e a avaliação da participação e do feedback sobre as sessões de formação permitem-nos avaliar a sua relevância e aceitação pela comunidade universitária. Por fim, medir o alcance e o impacto das campanhas de sensibilização na comunidade universitária é também prática comum. Estes métodos visam proporcionar uma avaliação abrangente da eficácia das ações implementadas e identificar áreas a melhorar. Para obter informações específicas sobre a Universidade de Coimbra, seria relevante consultar diretamente os recursos da universidade ou publicações académicas relacionadas com as suas práticas.

Envolvimento dos intervenientes:

Pessoal administrativo e docente: Desempenham um papel crucial na implementação de políticas de prevenção e combate ao assédio no dia a dia.

Estudantes: São parte integrante da comunidade universitária e beneficiam igualmente das medidas de prevenção e apoio.

Serviços de aconselhamento e apoio: incluem serviços psicológicos, jurídicos e médicos, que estão à disposição das vítimas de assédio.

Comissão anti-assédio: Esta comissão é frequentemente criada para tratar de casos de assédio, avaliar as políticas existentes e recomendar medidas corretivas, sempre que necessário.

Unidade de Igualdade: responsável por coordenar os esforços para promover a igualdade de género e combater o assédio.

Gabinetes de assistência: estes gabinetes oferecem apoio direto às vítimas, incluindo serviços de escuta e aconselhamento.

Direção da universidade: responsável pela implementação e monitorização das políticas antiassédio.

A iniciativa da Universidade de Coimbra para prevenir e combater a violência de género e sexual na sua instituição é um exemplo de um código de conduta que define e caracteriza as formas de violência sexual. Constitui um ponto de referência comum para docentes, pessoal e estudantes.

Estudo de caso: Universidade de Lisboa

(ULisboa) Descrição do caso:

A Universidade de Lisboa (ULisboa) implementou uma série de medidas para prevenir e combater a violência sexista e sexual entre os estudantes. Estas iniciativas são coordenadas pelo Gabinete para a Igualdade e Inclusão, em colaboração com os serviços de saúde mental e as associações de estudantes. O principal objetivo é criar um ambiente universitário seguro e respeitoso para todos, com foco na prevenção, sensibilização e apoio às vítimas de assédio e violência sexuais.

Ações implementadas:

1. **Gabinete para a Igualdade e Inclusão:** Este gabinete oferece aconselhamento e apoio psicológico e jurídico às vítimas de assédio e violência sexuais, garantindo a confidencialidade e a proteção contra represálias.
2. **Código de conduta:** Adoção de um código de conduta para prevenir e combater o assédio sexual e moral, incluindo medidas disciplinares em caso de violação.
3. **Formação e workshops:** São organizados regularmente cursos de formação obrigatórios para o pessoal e os estudantes sobre consentimento, comportamento adequado e respostas a situações de assédio.
4. **Campanhas de sensibilização:** São realizadas campanhas de sensibilização para informar a comunidade universitária sobre a violência de género e sexual, os direitos das vítimas e os procedimentos de denúncia.
5. **Mecanismos de denúncia: Estabelecer** procedimentos claros para a denúncia de incidentes de assédio, incluindo proteções contra retaliações para quem denuncia.
6. **Parcerias e colaborações:** Colaboração com organizações locais e internacionais para partilhar as melhores práticas e desenvolver estratégias eficazes de prevenção e intervenção.

Objetivos:

Para atingir este objetivo, a ULisboa está a concentrar-se em várias áreas estratégicas: prevenção, sensibilização, apoio às vítimas e coordenação de serviços. Em termos de prevenção, a universidade está a implementar programas para sensibilizar para o assédio sexual e a violência de género através de campanhas, workshops educativos e cursos de formação. Para promover a sensibilização, a ULisboa organiza eventos ao longo do ano letivo para educar os estudantes sobre estas questões e os recursos disponíveis para as vítimas, promovendo um diálogo aberto e uma cultura de respeito. Em termos de apoio, a universidade oferece assistência abrangente às vítimas, incluindo apoio psicológico, jurídico e médico, ao mesmo tempo que incentiva ativamente a denúncia de incidentes e garante procedimentos acessíveis e confidenciais. Por fim, a ULisboa assegura uma coordenação eficaz

entre o Gabinete para a Igualdade e Inclusão, os serviços de saúde mental da universidade e as associações de estudantes, garantindo assim uma resposta integrada aos casos de assédio sexual e violência. Estas medidas ilustram o compromisso da ULisboa em manter um ambiente universitário inclusivo e respeitoso, onde todos os membros da comunidade estudantil possam estudar e trabalhar em segurança, sem receio de assédio ou violência baseados no género.

Métodos de avaliação:

Para avaliar a eficácia destas ações, a Universidade de Lisboa recorre a vários métodos, tais como inquéritos de satisfação, relatórios de atividades apresentados à direção e inquéritos anuais sobre vitimização.

Envolvimento dos intervenientes:

Gabinete para a Igualdade e Inclusão: Este gabinete desempenha um papel central na coordenação dos esforços para promover um ambiente universitário respeitoso e inclusivo. É responsável pelo planeamento, implementação e avaliação de estratégias de combate ao assédio sexual e à violência de género.

Serviços de saúde mental: Os serviços de saúde mental da universidade estão envolvidos na prestação de apoio psicológico às vítimas de assédio sexual e violência. Trabalham em colaboração com outros serviços para oferecer assistência holística aos estudantes em dificuldade.

Associações de estudantes: As associações de estudantes desempenham um papel crucial na sensibilização e mobilização dos estudantes. Apoiam iniciativas de prevenção através da organização de eventos, campanhas de sensibilização e do incentivo ao diálogo aberto sobre questões de assédio sexual e violência de género.

Estudantes: Os estudantes são figuras fundamentais na promoção de um campus seguro e respeitoso. A sua participação ativa em programas de sensibilização e o seu empenho em denunciar incidentes ajudam a criar uma cultura universitária positiva.

Pessoal académico e administrativo: O pessoal académico e administrativo também está envolvido na implementação de políticas e procedimentos para prevenir o assédio sexual e apoiar as vítimas. Desempenha um papel crucial na sensibilização e na formação sobre comportamentos adequados.

A iniciativa da Universidade de Lisboa para prevenir e combater a violência de género e sexual entre os estudantes constitui uma resposta proativa e necessária a um problema preocupante no ensino superior. Baseada num código de conduta, em serviços de aconselhamento, em campanhas de sensibilização e na formação contínua do pessoal e dos estudantes, esta ação visa sensibilizar, promover comportamentos respeitosos

e prestar apoio eficaz às vítimas. Os principais objetivos desta boa prática são a sensibilização, a prevenção e a disponibilização de ferramentas e recursos para apoiar as vítimas. As ações implementadas incluem o desenvolvimento de serviços de aconselhamento, sessões presenciais de sensibilização e formação para líderes de associações de estudantes. Esta iniciativa faz parte de uma abordagem global para promover a igualdade de género no ensino superior, em resposta às diretivas nacionais para combater a violência de género e a violência sexual. A sua avaliação baseia-se na receção positiva que tem tido por parte dos estudantes e do pessoal, bem como no acompanhamento de indicadores e no feedback para medir a sua eficácia e impacto.

Estudo de caso: projeto

UNISEXO Descrição do caso:

O Projeto UNISEXO é uma iniciativa da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) destinada a prevenir a violência sexual no ensino superior em Portugal. O projeto centra-se, em particular, nas relações casuais e nos encontros entre estudantes universitários. O estudo de caso que se segue descreve os objetivos, as metodologias, as atividades e os resultados do projeto, tal como apresentados no documento «Violência e relações de intimidade no ensino superior em Portugal».

Objetivos do projeto UNISEXO

Os principais objetivos do Projeto UNISEXO são os seguintes:

Sensibilização e educação:

Sensibilizar os estudantes e o pessoal académico para a violência sexual. Fornecer

informação sobre as formas de violência sexual, os seus sinais e consequências.

Prevenção: Implementar medidas para reduzir os incidentes de violência sexual nas relações universitárias.

Promover comportamentos respeitosos e relações saudáveis.

Apoio e intervenção: Disponibilizar recursos e serviços de apoio às vítimas de violência sexual.

Incentivar a denúncia e o apoio às vítimas.

Metodologias

Para atingir os seus objetivos, o Projeto UNISEXO recorre a várias metodologias:

Grupos de discussão:

Realização de grupos focais para compreender as perceções e os comportamentos dos estudantes relativamente à violência nas relações íntimas.

Análise das opiniões dos estudantes sobre rituais académicos e dinâmicas de sedução.

Inquéritos e questionários:

Recolha de dados quantitativos sobre a prevalência e os tipos de violência sexual nas universidades.

Workshops e formações:

Organização de sessões educativas para fornecer informação sobre a prevenção da violência sexual e os recursos disponíveis.

Atividades:

O projeto inclui várias atividades destinadas a sensibilizar e educar a comunidade universitária:

Campanhas de sensibilização:

1. Distribuição de material educativo (cartazes, folhetos) sobre a prevenção da violência sexual.
2. Organização de eventos para debater o problema e as possíveis soluções.

Cursos de formação:

3. Sessões de formação para estudantes, docentes e pessoal administrativo sobre o reconhecimento e a prevenção da violência sexual.

Criação de recursos:

4. Elaboração de guias e protocolos para apoiar as vítimas de violência sexual e ajudá-las a aceder a serviços de apoio.

Resultados:

Os resultados do Projeto UNISEXO revelam progressos significativos na luta contra a violência sexual nas universidades portuguesas:

Sensibilização:

As campanhas e a formação conduziram a uma maior sensibilização entre os estudantes para as diferentes formas de violência sexual e para a forma de as prevenir.

Envolvimento dos estudantes:

Grupos de discussão e workshops incentivaram os estudantes a participar ativamente em debates sobre a violência sexual e a apoiar os seus pares.

Desenvolvimento de políticas universitárias:

Algumas universidades começaram a desenvolver ou a reforçar as suas políticas de prevenção da violência sexual e de apoio às vítimas, influenciadas pelas iniciativas do projeto.

O Projeto UNISEXO representa uma iniciativa fundamental na luta contra a violência sexual no ensino superior em Portugal. Ao combinar sensibilização, prevenção e apoio, o projeto visa criar um ambiente universitário mais seguro e respeitoso para todos os estudantes. Os resultados alcançados até ao momento mostram que são essenciais esforços contínuos e coordenados para abordar eficazmente esta questão complexa.

Para informações mais detalhadas, pode consultar-se o documento completo «Violência e relações de intimidade no ensino superior em Portugal», a fim de compreender o âmbito das atividades e dos resultados do Projeto UNISEXO.

Roménia

Estudo de caso: Universidade de Bucareste (UB)

Descrição do caso:

Em janeiro de 2024, a Universidade de Bucareste estabeleceu o seu primeiro procedimento institucional para lidar com incidentes de assédio sexual e discriminação de género. O procedimento, desenvolvido pela Comissão de Ética da universidade em colaboração com o Gabinete para a Inclusão, Igualdade e Oportunidades, visa proporcionar um mecanismo institucional coerente para lidar com potenciais incidentes de assédio sexual na UB.

Ações implementadas:

1. **Gabinete para a Inclusão, Igualdade e Oportunidades:** concebido como um ponto de contacto para estudantes que enfrentam diversas dificuldades, este gabinete oferece serviços de assistência social para integrar e ajudar os estudantes a adaptarem-se ao ambiente universitário.
2. **Procedimento de gestão de incidentes:** O procedimento operacional visa estabelecer um mecanismo eficaz e transparente para investigar incidentes de assédio sexual e discriminação com base no género.
3. **Campanhas de sensibilização:** São realizadas campanhas regulares para informar a comunidade universitária sobre os direitos das vítimas e os procedimentos de denúncia.
4. **Formação e workshops:** São organizadas sessões de formação para sensibilizar o pessoal e os estudantes sobre o comportamento adequado e os limites do consentimento.

Objetivos:

Os objetivos do procedimento da Universidade de Bucareste para a prevenção e o combate ao assédio sexual e à discriminação com base no género são múltiplos e visam criar um ambiente académico respeitoso e seguro para todos os membros da comunidade universitária. Em primeiro lugar, o principal objetivo é definir claramente o que constitui assédio sexual e discriminação com base no género

, sensibilizando a comunidade universitária para estas questões. Em segundo lugar, o procedimento visa prevenir tais comportamentos inaceitáveis, estabelecendo normas de conduta claras e proporcionando formação regular sobre respeito mútuo e igualdade de género.

Outro objetivo importante é garantir um apoio abrangente às vítimas, incluindo assistência psicológica, jurídica e médica. Isto inclui também a proteção contra represálias para quem denunciar incidentes. Além disso, o procedimento visa garantir uma resposta rápida e eficaz aos incidentes denunciados, assegurando uma investigação exaustiva e justa, levada a cabo por comissões específicas nomeadas para o efeito.

Por fim, o objetivo é promover uma cultura de integridade e respeito mútuo na Universidade de Bucareste, através da criação de mecanismos de comunicação transparentes sobre os resultados das investigações e as medidas tomadas para resolver casos de assédio e discriminação. Estes objetivos refletem o compromisso da universidade em manter elevados padrões de bem-estar dos estudantes e de respeito pelos direitos fundamentais de todos no ambiente académico.

Métodos de avaliação:

A ação é avaliada através de procedimentos de avaliação internos e externos. A nível interno, a universidade é avaliada por processos internos.

Externamente, a universidade deve cumprir o quadro jurídico nacional:

Lei n.º 202/2002 relativa à igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens, republicada, com as alterações e aditamentos subsequentes;

Decisão do Governo n.º 262/2019 que aprova as Normas Metodológicas para a aplicação das disposições da Lei n.º 202/2002 relativa à igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens;

Decisão do Governo n.º 1 547/2022 que aprova a Estratégia Nacional para a promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens e para a prevenção e combate à violência doméstica para o período 2022-2027.

Envolvimento dos intervenientes:

Universidade de Bucareste: Conceção, implementação e acompanhamento de campanhas de sensibilização e prevenção.

Gabinete para a Inclusão, Igualdade e Oportunidades: Coordenação de iniciativas e serviços de apoio.

Estudantes e pessoal: Principais beneficiários dos cursos de formação e participantes ativos em atividades complementares.

Grupos e associações locais: colaboração para disponibilizar recursos adicionais e sessões informativas.

O procedimento institucional criado pela Universidade de Bucareste para prevenir e combater o assédio sexual e a discriminação com base no género representa um passo significativo na promoção de um ambiente académico seguro e inclusivo. Lançada em janeiro de 2024, a iniciativa é o resultado de uma estreita colaboração entre a Comissão de Ética da UB e o Gabinete para a Inclusão, Igualdade e Oportunidades. Tem como objetivo estabelecer um mecanismo institucional coerente para lidar com potenciais incidentes de assédio sexual no seio da comunidade académica.

Os objetivos desta boa prática incluem a prevenção de comportamentos inaceitáveis, a sensibilização da comunidade universitária, o apoio às vítimas e a implementação de procedimentos eficazes para a investigação de casos de assédio e discriminação. O procedimento é aplicado a todos os níveis da UB, em todos os departamentos, bem como nas associações de estudantes, estruturas administrativas, institutos de investigação, sindicatos e outras entidades universitárias.

Etapas precisamente definidas para o tratamento de incidentes garantem uma compreensão clara do processo a seguir em caso de denúncia, desde o registo inicial até à comunicação das medidas tomadas. Esta ação é avaliada tanto a nível interno como externo, em conformidade com o quadro jurídico nacional, garantindo a sua conformidade e eficácia.

Esta boa prática envolve toda a comunidade universitária, incluindo estudantes, corpo docente, investigadores e pessoal administrativo, e destina-se particularmente a estudantes em situações vulneráveis. É essencial para promover uma cultura de respeito mútuo e igualdade de género no seio da Universidade de Bucareste. Este procedimento representa uma resposta proativa e bem estruturada aos desafios do assédio sexual e da discriminação com base no género, e demonstra o compromisso da Universidade de Bucareste com a segurança, o bem-estar e a integridade de todos os seus membros.

Estudo de caso: Centrul FILIA

Descrição do caso:

O Centro FILIA desempenha um papel fundamental na prevenção e no combate ao assédio sexual e à discriminação com base no género nas universidades romenas. Em parceria com instituições académicas, o centro desenvolveu mecanismos para sensibilizar, apoiar as vítimas e estabelecer procedimentos claros para a denúncia e o tratamento de incidentes.

Ações implementadas:

1. **Investigação quantitativa:** Identificação das formas como as universidades estatais abordam o assédio sexual nos seus códigos de ética e classificação de acordo com categorias predefinidas: não mencionado, mencionado, definido e procedimentos gerais ou específicos.
2. **Elaboração de códigos de ética:** Desenvolvimento de definições claras e procedimentos específicos para o assédio sexual, para ajudar as vítimas a identificar e a lidar com as suas experiências.
3. **Campanhas de sensibilização:** Organização de campanhas para informar a comunidade universitária sobre os direitos das vítimas e os procedimentos de denúncia disponíveis.
4. **Formação e workshops:** Sessões de formação para o pessoal e os estudantes sobre comportamentos adequados e respostas a situações de assédio.
5. **Mecanismos de denúncia:** Mecanismos de denúncia claros e apoio às vítimas, incluindo proteção contra represálias.

Objetivos:

Os objetivos desta boa prática, que visa prevenir e combater o assédio sexual no ambiente universitário na Roménia, são múltiplos e cruciais. Em primeiro lugar, procura analisar e avaliar a legislação nacional existente para identificar lacunas que permitem que o assédio sexual persista. Em segundo lugar, visa examinar os códigos de ética das universidades romenas para avaliar de que forma abordam especificamente o assédio sexual, verificando a existência de definições claras e procedimentos específicos para lidar com os casos denunciados. Além disso, esta boa prática propõe a formulação de recomendações concretas para as autoridades públicas e as universidades, inspiradas nas melhores práticas e recomendações internacionais, a fim de prevenir e combater ativamente o assédio sexual. Ademais, procura sensibilizar os membros da comunidade académica para as graves consequências do assédio sexual e para os direitos das vítimas, promovendo um ambiente académico seguro, inclusivo e respeitador da dignidade de todos. Por fim, esta iniciativa visa garantir que o ensino superior na Roménia se torne um espaço onde todos os estudantes, independentemente do género, se sintam protegidos e apoiados, através de medidas eficazes para prevenir, denunciar e lidar com incidentes de assédio sexual.

Métodos de avaliação:

Para avaliar a eficácia das boas práticas na prevenção e combate ao assédio sexual nas universidades romenas, foram utilizados vários métodos. Em primeiro lugar, foi realizada uma análise qualitativa e quantitativa dos códigos de ética das universidades para avaliar a forma como abordam o assédio sexual, categorizando as abordagens de acordo com a sua especificidade e a clareza dos procedimentos. Simultaneamente, uma avaliação interna aprofundada examinou as políticas

e procedimentos das universidades, ao mesmo tempo que sensibilizou a comunidade académica para os direitos das vítimas. Além disso, foi realizada uma avaliação externa para compreender como a prática é percebida pelas partes interessadas externas, incluindo autoridades públicas e organizações da sociedade civil. Esta avaliação inclui também uma pesquisa bibliográfica aprofundada, entrevistas com membros da comunidade académica e uma análise comparativa com outras práticas internacionais, com o objetivo de identificar as melhores práticas e formular recomendações para reforçar a prevenção do assédio sexual nas universidades romenas.

Envolvimento dos intervenientes:

Centro FILIA: Conceção, implementação e acompanhamento de ações de sensibilização e prevenção.

Universidades romenas: Colaboração com o Centro FILIA para desenvolver políticas e procedimentos de combate ao assédio sexual.

Estudantes e pessoal: Principais beneficiários dos cursos de formação e participantes ativos em atividades complementares.

Os intervenientes envolvidos nas boas práticas destinadas a prevenir e combater o assédio sexual nas universidades romenas incluem uma série de partes interessadas fundamentais. Em primeiro lugar, estão as próprias universidades, incluindo as suas administrações, os departamentos responsáveis pela ética e pela inclusão e as associações de estudantes. O governo romeno e os seus vários ministérios também estão envolvidos, nomeadamente os responsáveis pela educação, pelos direitos humanos e pela igualdade de género. As organizações da sociedade civil desempenham um papel crucial, em particular as especializadas em direitos das mulheres, igualdade de género e combate à discriminação. Por fim, os próprios estudantes são atores importantes, não só como beneficiários das medidas preventivas, mas também como contribuintes para o processo de sensibilização e implementação de políticas contra o assédio**.**

Em conclusão, a prática de prevenção e combate ao assédio sexual nas universidades romenas apresenta tanto pontos fortes como desafios. Por um lado, demonstra uma vontade de abordar um problema muitas vezes oculto e de promover um ambiente académico seguro e respeitoso para todos os estudantes. As universidades e o governo tomaram medidas para introduzir políticas específicas, elaborar códigos de ética e formar os membros da comunidade académica sobre questões relacionadas com o assédio sexual. Além disso, o envolvimento das organizações da sociedade civil e dos estudantes no processo é um aspeto positivo que promove a sensibilização e a mobilização.

No entanto, subsistem desafios, incluindo a subnotificação de casos de assédio devido à falta de conhecimento dos procedimentos, à estigmatização e ao receio de represálias. A falta de regulamentação clara e uniforme em todas as universidades, bem como a ausência de sanções eficazes para os agressores,

são aspetos que precisam de ser melhorados. Além disso, a necessidade de uma avaliação contínua e de uma maior sensibilização continua a ser fundamental para garantir a eficácia das medidas implementadas.

Em suma, embora se tenham registado progressos, é essencial que as universidades romenas continuem a reforçar as suas políticas, procedimentos e campanhas de sensibilização para criar um ambiente verdadeiramente seguro e inclusivo para todos os estudantes.

Estudo de caso: UEFISCDI (Unidade Executiva para o Financiamento do Ensino Superior, Investigação, Desenvolvimento e Inovação)

Descrição do caso:

A UEFISCDI (Unidade Executiva para o Financiamento do Ensino Superior, Investigação, Desenvolvimento e Inovação) na Roménia criou uma série de iniciativas para combater o assédio sexual e a discriminação de género nas instituições de ensino superior. Estas ações visam criar um ambiente académico inclusivo e seguro para todos os estudantes e funcionários.

Medidas implementadas:

1. **Elaboração de políticas e procedimentos:** Elaboração de políticas claras e procedimentos específicos para prevenir e lidar com incidentes de assédio sexual e discriminação com base no género nas instituições de ensino superior.
2. **Apoio às vítimas:** Criação de serviços de apoio psicológico e jurídico para vítimas de assédio sexual e violência, garantindo a confidencialidade e a proteção contra represálias.
3. **Formação e workshops:** Organização de sessões de formação para o pessoal e os estudantes sobre consentimento, comportamento adequado e respostas a situações de assédio.
4. **Campanhas de sensibilização:** São realizadas campanhas regulares para informar a comunidade universitária sobre os direitos das vítimas, os procedimentos de denúncia e os recursos disponíveis.
5. **Parcerias com universidades:** Colaboração com universidades romenas para integrar políticas de prevenção e combate ao assédio sexual nas suas estruturas administrativas.

Objetivos:

A UEFISCDI implementa esta boa prática para alcançar vários objetivos-chave. Em primeiro lugar, a instituição visa promover a igualdade de género e eliminar a discriminação, garantindo o respeito pelos direitos à dignidade individual e criando um ambiente de trabalho integrado e seguro para os seus funcionários e colaboradores. Ao adotar um Plano de Igualdade de Género, a UEFISCDI compromete-se a garantir igualdade de oportunidades e de tratamento para todos. Além disso, a instituição dá grande ênfase à prevenção e à sensibilização, organizando sessões de comunicação e

programas de sensibilização para informar sobre a discriminação e o assédio sexual. Tem também estabeleceu mecanismos internos robustos de denúncia e apoio psicológico às vítimas, garantindo o anonimato e a proteção dos que apresentam queixas. No que diz respeito aos procedimentos de denúncia, a UEFISCDI criou um procedimento formal que garante um tratamento justo e imparcial das queixas, com investigações internas e a aplicação de sanções adequadas, em conformidade com a legislação em vigor. Por fim, a instituição avalia regularmente a eficácia das suas medidas e propõe melhorias contínuas com base na análise dos dados relativos às queixas, a fim de manter um ambiente de trabalho respeitoso, justo e seguro para todos os seus membros.

Métodos de avaliação:

A UEFISCDI utiliza vários métodos de avaliação para medir a eficácia das suas medidas de prevenção e combate à discriminação e ao assédio sexual. Em primeiro lugar, a instituição avalia regularmente as queixas e os incidentes relacionados com discriminação ou assédio sexual. Cada queixa é cuidadosamente analisada para identificar tendências e tipos de comportamentos problemáticos. Isto permite à UEFISCDI compreender os riscos e adaptar as suas políticas e procedimentos em conformidade.

Em segundo lugar, a UEFISCDI mantém um acompanhamento contínuo e elabora relatórios periódicos. Estes relatórios incluem o número de queixas recebidas, a forma como foram tratadas e os resultados das investigações. São utilizados para avaliar a eficácia das políticas atuais e identificar áreas a melhorar.

A empresa também realiza avaliações periódicas dos seus mecanismos internos de prevenção e gestão de casos de discriminação e assédio sexual. Isto inclui uma revisão detalhada das políticas e procedimentos em vigor, bem como inquéritos de satisfação dos colaboradores para avaliar a sua perceção de um ambiente de trabalho seguro e respeitoso.

Outro método de avaliação essencial é a formação contínua. A UEFISCDI organiza sessões regulares de formação e sensibilização para os seus colaboradores e gestores. Estas sessões visam reforçar a compreensão sobre comportamentos discriminatórios e assédio sexual, bem como sobre as medidas a tomar em caso de queixa. Isto ajuda a promover uma cultura organizacional respeitosa e a informar os colaboradores sobre os seus direitos e os procedimentos à sua disposição.

Por fim, a UEFISCDI solicita regularmente feedback a partes interessadas internas e externas, incluindo grupos de defesa. Este feedback é utilizado para recolher comentários e sugestões sobre políticas e práticas destinadas a prevenir e combater a discriminação e o assédio sexual. Estes métodos de avaliação integrados garantem que a UEFISCDI mantém um ambiente de trabalho justo, respeitoso e seguro para todos os seus colaboradores e parceiros.

Envolvimento dos intervenientes:

Gestão e quadros de direção: A gestão e os quadros de direção da UEFISCDI desempenham um papel crucial no estabelecimento de políticas e na definição de orientações estratégicas para a prevenção e gestão de casos de discriminação e assédio sexual. São responsáveis pela aplicação e cumprimento das políticas no seio da organização.

Comissão de Ética e Conduta: Esta comissão é responsável por analisar os casos de discriminação ou assédio sexual que lhe são comunicados. Avalia as queixas, conduz investigações internas e recomenda sanções ou medidas corretivas com base nos resultados da investigação.

Departamento de Recursos Humanos: O Departamento de Recursos Humanos (RH) da UEFISCDI está envolvido na gestão quotidiana de casos de discriminação e assédio sexual. Trata das queixas, aconselha os colaboradores e acompanha as investigações e as medidas disciplinares.

Consultores jurídicos: Os consultores jurídicos prestam apoio jurídico à UEFISCDI em matéria de políticas antidiscriminação e contra o assédio sexual e ajudam a garantir que todas as medidas tomadas estejam em conformidade com a legislação em vigor.

Conselho de Administração: O Conselho de Administração da UEFISCDI supervisiona as políticas e práticas da organização em matéria de discriminação e assédio sexual. Assegura que sejam atribuídos os recursos necessários para apoiar iniciativas de prevenção e sensibilização.

Colaboradores e gestores: Os colaboradores e gestores desempenham um papel crucial ao comunicarem potenciais incidentes de discriminação ou assédio sexual, ao seguirem as políticas estabelecidas e ao participarem em sessões de formação e sensibilização organizadas pela UEFISCDI.

Grupos de defesa: Grupos externos de defesa, tais como ONG ou associações, podem também ser envolvidos como parceiros ou consultores para ajudar a UEFISCDI a desenvolver políticas eficazes e a melhorar as suas práticas de prevenção e resposta.

A iniciativa da UEFISCDI para prevenir e combater a discriminação e o assédio sexual constitui um passo proativo e necessário no sentido de criar um ambiente de trabalho respeitoso e seguro para todos os seus colaboradores. Ao adotar um plano de igualdade de género e aplicar uma política de tolerância zero em relação ao assédio sexual, a UEFISCDI demonstra o seu compromisso com o respeito pelos direitos individuais e a promoção da igualdade.

Esta iniciativa estabelece políticas claras e mecanismos de comunicação robustos, essenciais para garantir uma resposta rápida e adequada aos incidentes comunicados. Além disso, a formação regular

e a sensibilização dos colaboradores e gestores são componentes essenciais para mudar mentalidades e promover uma cultura organizacional inclusiva e respeitosa.

A adoção de medidas adicionais, tais como a criação de um Comité de Ética e Conduta, demonstra um compromisso com a responsabilização e a transparência na gestão de casos de assédio e discriminação. Ao integrar estas práticas, a UEFISCDI alinha-se com as normas internacionais e as melhores práticas em matéria de direitos humanos e tratamento justo dos colaboradores.

Esta iniciativa da UEFISCDI representa um exemplo positivo de liderança e responsabilidade social na investigação e inovação, e merece ser apoiada e replicada por outras organizações para criar ambientes de trabalho seguros e inclusivos em todo o lado.

Grécia

Estudo de caso: Universidade Aristóteles de Salónica (AUTH)

Descrição do caso:

A Universidade Aristóteles de Salónica (AUTH) introduziu uma série de medidas para combater a violência de género e a violência sexual no seio da sua instituição. Esta iniciativa surgiu na sequência de incidentes de assédio sexual denunciados por estudantes e da necessidade de criar um ambiente universitário seguro e inclusivo. O Plano de Ação para a Igualdade de Género da universidade (2022-2024) foi desenvolvido para estruturar estes esforços.

Ações implementadas:

1. **Plano de Ação para a Igualdade de Género (2022-2024):** Elaborado em colaboração com o projeto europeu «RESET — Redesigning Equality and Scientific Excellence Together», este plano compreende 53 ações/medidas distribuídas por cinco áreas temáticas: ambiente inclusivo e sensível às questões de género, género no ensino e na investigação, equilíbrio de género em cargos de liderança e de tomada de decisão, igualdade de género no recrutamento e no desenvolvimento de carreira, e violência e assédio baseados no género.
2. **Criação de uma autoridade independente:** Criada para tratar de questões de assédio e tratamento discriminatório no seio da universidade.
3. **Comissão para a Igualdade de Género (GEC):** Responsável pela supervisão e implementação das ações previstas no plano de ação para a igualdade de género.

Objetivos:

Os objetivos desta iniciativa consistem em criar um ambiente académico inclusivo e sensível às questões de género, integrar a dimensão de género no ensino e na investigação, promover o equilíbrio de género em cargos de liderança e de tomada de decisão e garantir a igualdade de género no

recrutamento e no desenvolvimento profissional. Um objetivo fundamental é também combater a violência e o assédio baseados no género. Para o efeito, o plano de ação prevê atividades de sensibilização e formação para identificar e denunciar incidentes de discriminação e violência, bem como a criação de diretrizes éticas e sanções adequadas. A implementação deste plano é apoiada pela recolha e análise de dados específicos de género, pelo acompanhamento de indicadores relevantes e pela publicação de relatórios anuais para informar e ajustar os objetivos do plano. Estes esforços são coordenados pela Comissão de Igualdade de Género da universidade, com a participação ativa de toda a comunidade universitária, incluindo o pessoal académico e administrativo, a direção e os estudantes.

Métodos de avaliação:

O método de avaliação desta iniciativa baseia-se em vários elementos-chave. Em primeiro lugar, inclui a recolha e análise de dados específicos de género relativos ao pessoal e aos estudantes. Esta análise permite monitorizar os indicadores relevantes e medir a eficácia das ações implementadas. Em segundo lugar, o método prevê a elaboração e publicação de relatórios anuais sobre os progressos alcançados na concretização dos objetivos do plano de ação para a igualdade de género. Estes relatórios informam todas as partes interessadas sobre os resultados alcançados e quaisquer ajustes necessários. Em terceiro lugar, o acompanhamento e a avaliação contínuos da implementação das ações são essenciais para garantir que as metas sejam cumpridas e para identificar áreas a melhorar. Por fim, embora os dados de avaliação ainda não estejam disponíveis, a ênfase recai sobre a transparência e o envolvimento da comunidade académica neste processo, com supervisão ativa por parte da Comissão para a Igualdade de Género e dos órgãos relevantes da instituição.

Envolvimento dos intervenientes:

A Comissão para a Igualdade de Género (CIG) da Universidade Aristóteles de Salónica é um interveniente central, responsável pela elaboração e supervisão do Plano de Ação para a Igualdade de Género. Esta comissão colabora com projetos europeus como o «RESET — Redesigning Equality and Scientific Excellence Together», que fornecem recursos e conhecimentos especializados para apoiar uma mudança organizacional sustentável.

Além disso, vários órgãos e grupos no seio da universidade estão envolvidos na implementação das ações previstas no plano de ação. Isto inclui **departamentos e faculdades**, que devem integrar as ações nas suas próprias estruturas e políticas. **Os membros do corpo docente e do pessoal administrativo, bem como os estudantes**, são também atores-chave, uma vez que a sua participação ativa é necessária para o sucesso das iniciativas de sensibilização, prevenção e apoio às vítimas.

A reitoria da universidade desempenha um papel fundamental na ativação e coordenação das medidas, garantindo que as ações sejam devidamente implementadas e acompanhadas. As comissões de igualdade de género nas várias faculdades, embora por vezes organizadas de forma independente devido a atrasos nos processos eleitorais, também contribuem para combater o assédio e a discriminação a uma escala mais reduzida.

Por fim, **o Centro de Aconselhamento e Apoio Psicológico da universidade** presta um apoio crucial às vítimas de assédio e discriminação, oferecendo aconselhamento e apoio emocional. Em conjunto, estes intervenientes formam uma rede de apoio e ação destinada a criar um ambiente universitário seguro, respeitoso e equitativo para todos.

A iniciativa da Universidade Aristóteles de Salónica para combater o assédio sexual e promover a igualdade de género representa um passo significativo no sentido de criar um ambiente universitário seguro e equitativo. O desenvolvimento do primeiro Plano de Ação para a Igualdade de Género (2022-2024), apoiado por projetos europeus como o «RESET», demonstra um forte compromisso institucional na prevenção da violência de género e no apoio às vítimas. A criação de autoridades independentes e o estabelecimento de estruturas como a Comissão para a Igualdade de Género demonstram a vontade de sistematizar e institucionalizar a luta contra comportamentos discriminatórios e abusivos.

As ações previstas, que vão desde a sensibilização e a formação até à criação de mecanismos de denúncia e de apoio psicológico, abrangem um vasto leque de medidas necessárias para abordar estas questões de forma holística. Apesar de desafios como os atrasos na formação de novas comissões devido a alterações nos processos eleitorais, os esforços individuais e coletivos dos membros da universidade sublinham a determinação da comunidade académica em combater o assédio e promover a igualdade de oportunidades.

A abordagem integrada e coordenada desta iniciativa poderá servir de modelo para outras instituições, não só na Grécia, mas também a nível internacional, ilustrando como as universidades podem desempenhar um papel crucial na promoção da justiça social e da igualdade de género.

Estudo de caso: Universidade Panteion,

Atenas Descrição do caso:

A Universidade Panteion de Atenas implementou uma série de medidas para combater a violência de género e a violência sexual. Estas iniciativas fazem parte de um esforço mais amplo para promover a igualdade de género e garantir um ambiente universitário seguro e respeitoso para todos os estudantes e funcionários. O Plano de Ação para a Igualdade de Género da universidade visa estruturar estes esforços e dar resposta às necessidades específicas da comunidade universitária.

Ações implementadas:

1. **Plano de Ação para a Igualdade de Género:** Desenvolvido para abordar os vários aspetos da igualdade de género, este plano inclui medidas de sensibilização, prevenção e apoio às vítimas de violência de género e sexual.
2. **Serviço de aconselhamento e apoio:** Um serviço dedicado oferece aconselhamento confidencial às vítimas de assédio e violência sexuais, prestando apoio psicológico e jurídico.
3. **Formação e workshops:** Organização de sessões de formação obrigatórias para o pessoal e os estudantes sobre consentimento, comportamento adequado e respostas a situações de assédio.
4. **Campanhas de sensibilização:** São realizadas campanhas regulares para informar a comunidade universitária sobre a violência de género e a violência sexual, os recursos disponíveis e para incentivar a denúncia de incidentes.

Objetivos:

Os objetivos desta boa prática implementada pela Universidade de Panteion são múltiplos e visam promover um ambiente universitário livre de discriminação e assédio. O primeiro consiste em informar e sensibilizar todos os membros da universidade, incluindo estudantes, pessoal docente e de investigação, bem como o pessoal administrativo, científico e técnico, sobre questões relacionadas com a discriminação de género e a igualdade. Isto é alcançado através da divulgação de informação e da organização de atividades de sensibilização.

Em segundo lugar, um objetivo essencial é orientar e estruturar as medidas a tomar para registar e tratar queixas e denúncias relacionadas com incidentes de discriminação. Isto inclui a criação de mecanismos claros e acessíveis para que as vítimas possam denunciar os incidentes em segurança e receber o apoio necessário.

Outro objetivo crucial é apoiar as vítimas de discriminação. Isto implica proporcionar-lhes recursos, aconselhamento e assistência psicológica para as ajudar a superar os incidentes de assédio ou discriminação de que foram alvo.

Por fim, a implementação de ações preventivas constitui um pilar central desta iniciativa. Estas ações preventivas visam reduzir a ocorrência de comportamentos discriminatórios e de assédio no seio da universidade, através de programas educativos, formação e promoção de uma cultura de igualdade e respeito.

Métodos de avaliação:

Os métodos de avaliação implementados pela Universidade Panteion para garantir a eficácia das suas iniciativas contra a discriminação e o assédio incluem procedimentos de avaliação tanto internos como externos.

Por um lado, a avaliação interna baseia-se em processos institucionais para monitorizar e analisar as ações implementadas. Isto envolve a recolha e análise regulares de dados específicos de género, o acompanhamento de indicadores relevantes e a publicação de relatórios anuais. Estes relatórios permitem monitorizar o progresso em relação aos objetivos e ajustar as ações em conformidade.

Por outro lado, a avaliação externa é realizada por organismos internacionais de classificação de instituições académicas, como o Times Higher Education. Estas avaliações externas oferecem uma perspetiva independente e reconhecida sobre o desempenho da universidade em termos de igualdade de género e de um ambiente de trabalho inclusivo. Permitem-nos também comparar os nossos resultados com os de outras universidades em todo o mundo.

Estes dois níveis de avaliação, interno e externo, garantem uma verificação rigorosa das iniciativas em curso e promovem a melhoria contínua das práticas da universidade em matéria de combate à discriminação e ao assédio.

Envolvimento dos intervenientes:

Comissão de Igualdade de Género (CIG): Esta comissão foi criada ao abrigo da Lei n.º 4589/2019 para promover e garantir a igualdade substancial, propor medidas em prol da igualdade, combater o sexismo, apoiar as vítimas de discriminação e sensibilizar a comunidade universitária para estas questões.

Comissão de Ética: Esta comissão supervisiona as práticas éticas no seio da universidade e colabora com a GEC para tratar de casos de assédio e discriminação.

Estudantes: Os estudantes são simultaneamente beneficiários e participantes ativos em programas de sensibilização e formação. Desempenham um papel fundamental na denúncia de incidentes de discriminação e assédio.

Pessoal docente e de investigação: Estão envolvidos no leccionamento de disciplinas sobre estudos de género e na participação em programas de investigação sobre igualdade e discriminação. Contribuem também para a sensibilização e formação dos estudantes.

Pessoal administrativo, científico e técnico: Este grupo é incluído em programas de formação e sensibilização e também pode denunciar incidentes de discriminação ou assédio.

Psicólogo e «Defensor dos Estudantes»: Estes profissionais estão disponíveis para prestar apoio aos estudantes e ao pessoal que denunciem incidentes de assédio sexual ou discriminação.

Laboratório de Investigação sobre Género: Este laboratório realiza investigação e programas de sensibilização sobre questões de assédio sexual e igualdade de género.

Senado Universitário: desempenha um papel na aprovação de planos de ação para a igualdade de género e na supervisão das iniciativas do GEC.

A iniciativa da Universidade de Panteion para combater a discriminação e o assédio está a revelar-se uma abordagem exemplar e proativa para promover a igualdade de género no seio da instituição. Ao criar estruturas específicas, como o Comité para a Igualdade de Género (GEC) e o Comité de Ética, a universidade demonstra o seu compromisso em criar um ambiente de trabalho e de estudo seguro e inclusivo para todos os seus membros.

As ações implementadas, incluindo programas de sensibilização, cursos e investigação sobre questões de género, bem como o apoio às vítimas, demonstram uma abordagem holística para lidar com e prevenir comportamentos discriminatórios e de assédio. Esta iniciativa não só responde a incidentes de discriminação, como também promove uma cultura de respeito e igualdade.

O envolvimento ativo dos estudantes, do corpo docente, do pessoal administrativo e técnico, bem como a colaboração com profissionais como psicólogos e defensores dos estudantes, garante que a iniciativa esteja bem integrada e apoiada a todos os níveis da universidade.

Apesar dos potenciais desafios, tais como a necessidade contínua de avaliar e melhorar as medidas tomadas, esta iniciativa lança as bases para uma transformação positiva e duradoura na luta contra a discriminação e o assédio, tornando a Universidade Panteion um modelo a seguir por outras instituições académicas.

Estudo de caso: Gabinete THEFYLIS na Universidade Nacional e Kapodistriana de Atenas

Descrição do caso:

O Gabinete THEFYLIS, localizado na Universidade Nacional e Kapodistriana de Atenas, é uma iniciativa dedicada à luta contra a violência sexual e de género. O gabinete foi criado para prestar apoio abrangente às vítimas de assédio sexual e violência de género e para promover a igualdade de género através de várias iniciativas de sensibilização e prevenção.

Ações implementadas:

1. **Apoio às vítimas:** O Gabinete THEFYLIS oferece aconselhamento e apoio psicológico e jurídico às vítimas de assédio sexual e violência de género. As vítimas podem beneficiar de assistência confidencial e acompanhamento personalizado.

2. **Campanhas de sensibilização:** São organizadas regularmente campanhas de sensibilização para informar a comunidade universitária sobre as questões relacionadas com a violência de género e sexual, os direitos das vítimas e os procedimentos de denúncia.
3. **Formação e workshops:** São organizadas sessões de formação obrigatórias para o pessoal e os estudantes, com o objetivo de os sensibilizar para o consentimento, comportamentos adequados e respostas a situações de assédio.
4. **Parcerias e colaborações:** Colaboração com organizações locais e internacionais para partilhar as melhores práticas e desenvolver estratégias eficazes de prevenção e intervenção.

Objetivos:

O principal objetivo da iniciativa THEFYLIS na Universidade Nacional e Kapodistriana de Atenas é combater a violência sexista e sexual e promover a igualdade de género na comunidade universitária. Para atingir este objetivo, o gabinete THEFYLIS implementa várias ações-chave: prestar apoio psicológico e jurídico às vítimas de assédio e violência de género, organizar campanhas de sensibilização para informar sobre os direitos das vítimas e os procedimentos de denúncia, e oferecer formação obrigatória ao pessoal e aos estudantes para os educar sobre o consentimento e o comportamento adequado. Além disso, o gabinete colabora com organizações locais e internacionais para trocar boas práticas e desenvolver estratégias eficazes de prevenção e intervenção. Ao integrar estas atividades num quadro institucional, o gabinete THEFYLIS visa estabelecer uma cultura de respeito e igualdade, garantindo simultaneamente um ambiente de trabalho e de estudo seguro e inclusivo para todos os membros da universidade.

Métodos de avaliação:

O método utilizado para avaliar a iniciativa THEFYLIS na Universidade Nacional e Kapodistriana de Atenas baseia-se em várias abordagens complementares. Em primeiro lugar, inclui a recolha de dados estatísticos detalhados sobre incidentes de violência de género e sexual denunciados no seio da universidade. Estes dados são utilizados para medir a dimensão do problema e a eficácia das medidas tomadas. Ao mesmo tempo, a equipa elabora relatórios anuais que documentam os progressos alcançados, os desafios enfrentados e as medidas tomadas. Inquéritos regulares aos estudantes e ao pessoal, bem como entrevistas qualitativas em grupos focais, complementam esta avaliação, fornecendo feedback e sugestões de melhoria. O acompanhamento dos casos denunciados e das intervenções realizadas pela THEFYLIS permite-nos também avaliar a capacidade de resposta e a eficácia das nossas reações aos incidentes. Por fim, uma avaliação externa realizada por peritos independentes pode proporcionar uma perspetiva objetiva e recomendações adicionais para reforçar o impacto da iniciativa. Em conjunto,

estes métodos proporcionam um quadro abrangente para avaliar e melhorar continuamente as práticas de combate à violência de género e à violência sexual na universidade.

Envolver os intervenientes:

Gabinete THEFYLIS: Trata-se do órgão central responsável pela promoção da igualdade de género e pelo combate à violência de género e à violência sexual no seio da universidade. O gabinete desempenha um papel essencial na implementação de ações e programas.

Comissão para a Igualdade de Género (GEC): Esta comissão apoia as atividades do Gabinete THEFYLIS, aconselhando a direção da universidade sobre as melhores práticas em matéria de igualdade de género e combate à discriminação.

Pessoal académico e administrativo: O corpo docente, o pessoal administrativo e técnico participam em cursos de formação obrigatórios sobre consentimento, comportamento adequado e respostas ao assédio, organizados pelo THEFYLIS.

Estudantes: Os estudantes são, por um lado, beneficiários dos serviços de apoio e das campanhas de sensibilização levadas a cabo pelo Gabinete THEFYLIS e, por outro, participam em sessões de formação sobre violência de género e violência sexual.

Conselheiros psicológicos e jurídicos: Estes profissionais oferecem apoio direto às vítimas de assédio sexual e violência de género, prestando assistência confidencial e acompanhamento personalizado.

Organizações locais e internacionais: A THEFYLIS colabora com organizações externas para partilhar as melhores práticas e desenvolver estratégias eficazes de prevenção e intervenção.

Em conclusão, a iniciativa THEFYLIS na Universidade Nacional e Kapodistriana de Atenas representa uma resposta proativa e estruturada aos desafios colocados pelo assédio sexual e pela violência de género no seio da instituição académica. Ao criar o Gabinete THEFYLIS, a universidade demonstrou o seu firme compromisso com a proteção dos direitos dos seus membros e com a promoção da igualdade de género. O gabinete oferece apoio abrangente às vítimas, incluindo aconselhamento psicológico e jurídico, bem como campanhas de sensibilização e formação obrigatória para toda a comunidade universitária. Ao colaborar com organizações locais e internacionais, a THEFYLIS enriquece as suas práticas e reforça as suas estratégias de prevenção e intervenção. A institucionalização do THEFYLIS pelo Senado da Universidade demonstra uma abordagem séria e sustentável para lidar com estas questões. Para garantir a eficácia contínua desta iniciativa, é essencial proceder a uma avaliação regular das suas ações e adaptar-se às necessidades em constante evolução da comunidade universitária

. A THEFYLIS é um exemplo inspirador de liderança institucional na promoção de um ambiente universitário seguro, respeitoso e igualitário.

Bélgica

Estudo de caso: Universidade de Liège (Bélgica)

Descrição do caso:

A Universidade de Liège (ULiège), na Bélgica, introduziu uma série de medidas para combater a violência sexista e sexual no seio da instituição. Estas iniciativas visam sensibilizar, prevenir e apoiar as vítimas de assédio sexual e de violência baseada no género. O Service de Prévention et de Sécurité (SEPS) desempenha um papel central na coordenação destas ações, em colaboração com outros departamentos da universidade.

Ações implementadas:

1. **Serviço de Prevenção e Segurança (SEPS):** Este serviço oferece aconselhamento e apoio às vítimas de assédio sexual. Organiza também cursos de formação para o pessoal e os estudantes sobre a prevenção da violência sexista e sexual.
2. **Unidade de Acompanhamento e Escuta:** criada para receber e tratar denúncias de assédio sexual e violência de género, esta unidade ouve ativamente as vítimas e encaminha-as para os serviços adequados.
3. **Campanhas de sensibilização:** São realizadas campanhas regulares para informar a comunidade universitária sobre as questões relacionadas com a violência de género e a violência sexual, e para incentivar a denúncia de incidentes.
4. **Sessões de formação e workshops:** São organizadas sessões de formação e workshops para educar a comunidade universitária sobre o comportamento adequado e os limites do consentimento.

Objetivos:

A Universidade de Liège (ULiège) criou uma série de iniciativas para combater o assédio e a violência sexista e sexual no seio da instituição. Os objetivos destas boas práticas são múltiplos e visam criar um ambiente seguro, respeitoso e inclusivo para todos os membros da comunidade universitária.

Em primeiro lugar, estas ações visam prevenir o assédio e a violência, sensibilizando a comunidade universitária para comportamentos inaceitáveis, tais como o assédio sexual, a agressão e a violência de género. Várias campanhas de sensibilização, como a campanha #RESPECT, exposições, conferências, workshops, exibições de filmes e espetáculos, desempenham um papel crucial na sensibilização. Têm como objetivo educar e informar os estudantes, o pessoal e outros membros da

comunidade universitária sobre estas questões, destacando os impactos negativos de tais comportamentos e promovendo uma cultura de respeito e não discriminação.

Em segundo lugar, estas práticas visam apoiar as vítimas, oferecendo-lhes recursos e serviços confidenciais de escuta e apoio. Os estudantes e o pessoal têm acesso a psicólogos e conselheiros para receberem apoio adequado e profissional quando necessário. Além disso, a universidade implementou procedimentos específicos para lidar com queixas de assédio e violência, garantindo a confidencialidade e a proteção das pessoas envolvidas.

Outro objetivo importante destas práticas é promover uma cultura de respeito, igualdade e não discriminação no seio da ULiège. Isto inclui a colaboração com outras instituições, organizações e especialistas para desenvolver estratégias eficazes de prevenção e combate a este tipo de violência. A universidade participa também em projetos de investigação internacionais, como o UniSAFE, para compreender melhor estes fenómenos e aperfeiçoar as suas abordagens.

Por fim, estas ações são fruto de uma estreita colaboração entre vários intervenientes no seio da instituição, incluindo a direção da universidade, o departamento de Qualidade de Vida dos Estudantes, associações estudantis, pessoal administrativo e equipas de investigação. Esta abordagem colaborativa visa maximizar o impacto das iniciativas implementadas e garantir um apoio abrangente aos membros da comunidade universitária.

Métodos de avaliação:

A Universidade de Liège (ULiège) implementou vários métodos de avaliação para medir a eficácia das suas iniciativas de combate ao assédio e à violência de natureza sexual e baseados no género. Estes métodos incluem inquéritos de satisfação e sondagens anónimas junto de estudantes, pessoal e membros da comunidade universitária. Estes inquéritos recolhem opiniões sobre os programas e serviços em vigor, avaliam a satisfação e a eficácia percebida das ações e identificam áreas a melhorar. A análise de relatórios oficiais de assédio e violência sexuais é também uma prática comum para monitorizar tendências, avaliar a gravidade dos casos denunciados e os resultados das investigações disciplinares. A ULiège recorre igualmente a indicadores de desempenho quantitativos e qualitativos para medir o impacto das suas iniciativas, tais como o número de participantes em formações, as taxas de denúncia e as medidas disciplinares adotadas. São realizados estudos de caso aprofundados e avaliações qualitativas para compreender as experiências das vítimas, o seu processo de denúncia e as suas interações com os serviços de apoio. Por fim, a universidade realiza revisões da literatura e comparações internacionais para se inspirar nas melhores práticas globais na prevenção e resposta ao assédio e à violência de género e de natureza sexual em instituições de ensino superior. Estes métodos de avaliação permitem à ULiège adaptar as suas estratégias e melhorar os seus serviços, reforçando assim

reforçando a sua capacidade de promover uma cultura de respeito e igualdade no seio da sua comunidade académica
comunidade**.**

Envolvimento dos intervenientes:

Université de Liège: Conceção, implementação e acompanhamento de iniciativas de sensibilização e prevenção.

Estudantes: Os estudantes são, por um lado, beneficiários dos programas de sensibilização e prevenção e, por outro, desempenham um papel crucial na denúncia de incidentes e na contribuição para as campanhas de sensibilização.

Pessoal académico e administrativo: Professores, investigadores e pessoal administrativo estão envolvidos na implementação de políticas e programas de prevenção. Podem também receber formação para identificar e responder a situações de assédio ou violência.

Serviços sociais: Os serviços sociais da universidade estão envolvidos no apoio às vítimas, incluindo aconselhamento, encaminhamento e gestão de casos.

Departamento jurídico: O departamento jurídico presta apoio jurídico às vítimas e participa na elaboração das políticas da universidade em matéria de assédio e violência.

Serviço de saúde e bem-estar: Este serviço oferece apoio médico e psicológico às vítimas de assédio ou violência.

Departamento de Prevenção e Segurança: Este departamento está envolvido na vigilância e segurança do campus, bem como na sensibilização para a necessidade de prevenir comportamentos de risco.

Representantes dos estudantes: As associações de estudantes podem desempenhar um papel fundamental na sensibilização e na mobilização dos estudantes em torno das questões do assédio e da violência.

Comités de coordenação e grupos de trabalho: São frequentemente criados comités de coordenação e grupos de trabalho para desenvolver políticas, protocolos e programas, bem como para coordenar os esforços de combate ao assédio e à violência de género e sexual.

Autoridades universitárias: Os dirigentes universitários, incluindo o reitor, os vice-reitores e os decanos, desempenham um papel fundamental na definição das políticas e prioridades institucionais para prevenir e combater o assédio e a violência.

A iniciativa da Universidade de Liège (ULiège) para combater o assédio e a violência de género e de natureza sexual parece constituir uma resposta robusta e proativa aos desafios persistentes no ambiente académico. A ULiège implementou um quadro institucional sólido, que inclui políticas claras, protocolos eficazes de denúncia e mecanismos de apoio às vítimas. Esta abordagem integrada inclui também esforços significativos em matéria de sensibilização, formação e parcerias externas, com o objetivo

a criar uma cultura de respeito e igualdade no seio da universidade. No entanto, para garantir a eficácia contínua destas medidas, é crucial que a ULiège mantenha um compromisso permanente com a melhoria contínua, avaliando regularmente as suas políticas e adaptando as suas estratégias para responder às necessidades em constante mudança da comunidade universitária.

Estudo de caso: Universidade de Mons (Bélgica) Descrição do caso:

A Universidade de Mons (UMONS), na Bélgica, criou uma série de iniciativas para combater a violência sexista e sexual. Estas iniciativas são coordenadas pelo Comité d'Accompagnement de la Politique d'Égalité et de Diversité (CAPÉDI), em colaboração com o Service d'Accompagnement et de Support des Étudiants (SASE). O principal objetivo é criar um ambiente universitário seguro e respeitoso para todos os estudantes e funcionários, com ênfase na prevenção, na sensibilização e no apoio às vítimas de assédio e violência sexuais.

Ações implementadas:

1. **Serviço de Aconselhamento e Apoio:** o SASE oferece serviços de aconselhamento confidenciais às vítimas de assédio e violência sexuais. Os estudantes e o pessoal podem obter ajuda para denunciar incidentes e receber apoio psicológico e jurídico.
2. **Unidade de Vigilância e Escuta:** criada para receber e tratar denúncias de assédio sexual e violência de género, esta unidade ouve ativamente as vítimas e encaminha-as para os serviços adequados.
3. **Campanhas de sensibilização:** São realizadas campanhas regulares para informar a comunidade universitária sobre as questões relacionadas com a violência de género e a violência sexual, e para incentivar a denúncia de incidentes.
4. **Sessões de formação e workshops:** são organizadas sessões de formação e workshops para educar a comunidade universitária sobre o comportamento adequado e os limites do consentimento.
5. **Parcerias externas:** colaboração com associações locais para disponibilizar recursos adicionais e organizar eventos de sensibilização.

Objetivos:

A Universidade de Mons (UMONS) está empenhada em criar um ambiente universitário seguro e respeitoso através da implementação de vários objetivos-chave. Em primeiro lugar, visa prevenir e minimizar o assédio em todas as suas formas. Para atingir este objetivo, a UMONS sensibiliza ativamente a sua comunidade académica, incluindo estudantes, pessoal docente e administrativo, para as diferentes manifestações de assédio, as suas consequências e os métodos de prevenção.

Para além da sensibilização, a universidade está empenhada em oferecer apoio eficaz às vítimas de assédio, disponibilizando recursos adaptados para as ajudar a lidar com a sua situação. A UMONS promove também a inclusão e a diversidade, fomentando um ambiente onde todos os membros da comunidade se sintam respeitados e valorizados, independentemente do género, origem étnica, orientação sexual, etc.

Para reforçar a resiliência e o bem-estar dos indivíduos, a universidade implementa mecanismos de apoio e prevenção, destinados a promover o seu bem-estar psicológico e emocional no seio da instituição. Além disso, a UMONS esforça-se por garantir uma resposta justa e equitativa a qualquer situação de assédio denunciada, reforçando assim os mecanismos de denúncia e tratamento de queixas.

Por fim, a universidade organiza regularmente atividades de sensibilização, tais como jornadas de estudo, espetáculos, workshops, cursos de formação e conferências sobre questões de género, diversidade, discriminação e assédio. Estas iniciativas visam informar e educar a comunidade universitária sobre os vários aspetos do assédio e sobre como o prevenir, contribuindo assim para um ambiente universitário respeitoso e inclusivo para todos**.**

Métodos de avaliação:

Isto não é claramente indicado, mas é muito provável que a UMONS tenha implementado um processo de avaliação para medir a eficácia das suas ações de combate ao assédio. Esta avaliação pode assumir várias formas, tais como inquéritos aos estudantes, acompanhamento de queixas e casos denunciados, avaliações de intervenções de sensibilização, análise de dados estatísticos, feedback de parceiros e associações envolvidas, etc.

A implementação de uma avaliação permite à universidade compreender o impacto real das suas ações, identificar áreas a melhorar e tomar decisões com base em dados concretos, de modo a reforçar o seu compromisso com um ambiente universitário seguro e respeitoso para todos.

Envolver os intervenientes

Universidade de Mons: Conceção, implementação e acompanhamento de iniciativas de sensibilização e prevenção.

Comité de Acompanhamento da Política de Igualdade e Diversidade (CAPÉDI): Coordenação de iniciativas e serviços de apoio.

Serviço de Acompanhamento e Apoio aos Estudantes (SASE): Gestão de protocolos, acolhimento e apoio às vítimas, coordenação de iniciativas.

Estudantes e pessoal: Principais beneficiários dos cursos de formação e participantes ativos em atividades complementares.

Grupos e associações locais: Colaboração para disponibilizar recursos adicionais e sessões informativas.

Pessoal administrativo e académico da UMONS: São responsáveis pela conceção e implementação de políticas e ações contra o assédio no seio da universidade. Isto inclui formação no reconhecimento, prevenção e gestão do assédio, bem como o estabelecimento de procedimentos adequados de denúncia e tratamento.

Estudantes: Os estudantes são simultaneamente beneficiários das iniciativas de sensibilização e prevenção e desempenham um papel ativo na denúncia de casos de assédio de que sejam testemunhas ou vítimas. São encorajados a participar em iniciativas de sensibilização e a recorrer aos recursos de apoio que lhes são disponibilizados sempre que necessário.

Associações de estudantes: Colaboram com a universidade na organização de campanhas de sensibilização, eventos e atividades destinados a promover um ambiente respeitoso e inclusivo. Estas associações desempenham um papel crucial no envolvimento dos estudantes e na criação de uma cultura de respeito no seio da comunidade universitária.

Organizações externas: A UMONS trabalha em parceria com associações e organizações externas especializadas no combate ao assédio, tais como associações de defesa dos direitos das mulheres, associações LGBTQIA+, organizações de prevenção do cyberstalking, etc. Estas parcerias permitem-nos trocar boas práticas e reforçar as iniciativas de prevenção.

Autoridades locais e regionais: Em alguns casos, a universidade colabora com autoridades locais e regionais, incluindo serviços de prevenção e agências governamentais, para reforçar as suas ações contra o assédio. Isto pode incluir a partilha de recursos e o desenvolvimento de programas conjuntos.

Futuros pais e pais estudantes, pessoas transgénero, pessoas com deficiência e testemunhas de assédio: Estes grupos específicos são alvo de iniciativas adaptadas às suas necessidades particulares em termos de apoio, reconhecimento da identidade de género, adaptações razoáveis e educação para a prevenção do assédio.

A iniciativa contra o assédio da Universidade de Mons (UMONS) é uma demonstração clara do seu compromisso com a segurança, o respeito e a inclusão no seio da sua comunidade universitária. Através da implementação de uma série de ações coordenadas, a UMONS sensibiliza ativamente os estudantes, o pessoal administrativo e o corpo docente para as várias formas de assédio, ao mesmo tempo que oferece apoio eficaz às vítimas. As parcerias com associações e organismos externos especializados reforçam ainda mais

reforçam estes esforços, permitindo a troca de boas práticas e uma abordagem colaborativa para prevenção e gestão de casos de assédio. Ao envolver também os estudantes, as associações estudantis e as autoridades locais, a UMONS cria um ambiente onde todos se sentem valorizados, respeitados e protegidos, independentemente do seu género, origem étnica, orientação sexual ou qualquer outra característica. Esta iniciativa demonstra um compromisso proativo na promoção de uma cultura de respeito e tolerância e serve de modelo para outras instituições que procuram estabelecer ambientes universitários seguros e inclusivos.

Estudo de caso: Universidade de Ghent

(UGent) Descrição do caso:

A Universidade de Ghent (UGent), na Bélgica, tomou medidas proativas para combater a violência sexista e sexual no seio da sua instituição. Estas iniciativas são coordenadas pelo Gabinete de Género e Diversidade, em colaboração com os serviços de saúde mental e as associações de estudantes. O principal objetivo é criar um ambiente universitário seguro e inclusivo para todos os estudantes e funcionários, com foco na prevenção, na sensibilização e no apoio às vítimas de assédio e violência sexuais.

Medidas implementadas:

1. **Serviços de aconselhamento e apoio:** O Gabinete de Género e Diversidade oferece serviços de aconselhamento confidenciais às vítimas de assédio e violência sexuais. Os estudantes e o pessoal podem obter ajuda para denunciar incidentes e receber apoio psicológico e jurídico.
2. **Programa de formação:** Formação obrigatória para o pessoal e os estudantes sobre assédio sexual e violência baseada no género. Esta inclui módulos sobre consentimento, comportamento adequado e respostas a situações de assédio.
3. **Campanhas de sensibilização:** São realizadas campanhas regulares de sensibilização para informar a comunidade universitária sobre os direitos das vítimas, os procedimentos de denúncia e os recursos disponíveis.
4. **Parcerias externas:** Colaboração com organizações locais e internacionais para disponibilizar recursos adicionais e organizar eventos de sensibilização sobre a prevenção da violência sexual e de género.

Objetivos:

A Universidade de Ghent (UGent) estabeleceu vários objetivos-chave para combater o assédio no seu campus. Em primeiro lugar, a UGent visa sensibilizar ativamente a sua comunidade universitária para os vários aspetos do assédio, incluindo as suas diversas formas e potenciais consequências. Ao sensibilizar os estudantes, o pessoal académico e administrativo, a universidade procura criar uma cultura em que o comportamento inadequado seja reconhecido e rejeitado e em que as vítimas sejam encorajadas a denunciar incidentes. Em segundo lugar, a UGent está firmemente empenhada na prevenção do

assédio através da implementação de programas de formação obrigatórios e de políticas claras contra o assédio, promovendo assim um ambiente inclusivo e respeitoso. Em terceiro lugar, a universidade presta apoio eficaz às vítimas de assédio através de serviços de acompanhamento especializados, consultas confidenciais e aconselhamento sobre os passos a seguir. Em quarto lugar, a UGent esforça-se por reforçar os seus mecanismos de denúncia e tratamento de queixas, garantindo uma resposta justa e profissional a cada caso denunciado. Por fim, a UGent promove a resiliência e o bem-estar da sua comunidade académica, oferecendo apoio contínuo e programas de desenvolvimento pessoal. Estes objetivos visam criar um ambiente universitário seguro, respeitoso e inclusivo para todos os membros da comunidade da UGent, reforçando o compromisso da universidade com a segurança e o bem-estar dos seus estudantes e pessoal.

Métodos de avaliação

A Universidade de Ghent atribui grande importância à avaliação contínua das suas iniciativas de combate ao assédio, com o objetivo de medir a sua eficácia e identificar áreas a melhorar. Esta avaliação é realizada através de vários métodos, incluindo inquéritos regulares de satisfação aos estudantes e ao pessoal, análise de estatísticas sobre os casos denunciados e grupos de discussão com a comunidade universitária. Estes processos permitem à universidade recolher feedback valioso, analisar os dados recolhidos e ajustar as suas ações em conformidade, de modo a garantir a relevância e a eficácia das suas políticas de combate ao assédio. Ao adotar uma abordagem proativa e reativa, a Universidade de Ghent está empenhada em manter um ambiente seguro, respeitoso e inclusivo para todos os seus membros.

Envolver os intervenientes

Universidade de Ghent: Conceção, implementação e acompanhamento de campanhas de sensibilização e prevenção.

Gabinete de Género e Diversidade: Coordenação de iniciativas e serviços de apoio. Serviços de Saúde Mental: Gestão de protocolos, acolhimento e apoio às vítimas, coordenação de iniciativas.

Direção da universidade (reitoria): A direção, incluindo o reitor, está envolvida no desenvolvimento de políticas institucionais contra o assédio e na supervisão geral das iniciativas implementadas.

Serviços administrativos: Os serviços administrativos da universidade estão envolvidos na gestão dos procedimentos de reclamação, na recolha de dados estatísticos sobre casos de assédio e na coordenação das várias ações empreendidas.

Departamentos académicos: Os departamentos académicos estão envolvidos na formação do corpo docente e na sensibilização dos estudantes para comportamentos inadequados.

Serviços de apoio aos estudantes: Serviços como o Trust Point, o Studentenwerk Ghent, o PerC (Permanence Center) e outros serviços de aconselhamento oferecem apoio aos estudantes que enfrentam comportamentos inadequados, discriminação ou outras questões relacionadas com o bem-estar.

Associações de estudantes: As associações de estudantes estão frequentemente envolvidas na organização de campanhas de sensibilização, eventos e atividades para promover um ambiente respeitoso e inclusivo.

Corpo docente e administrativo: O corpo docente e administrativo desempenha um papel crucial na implementação de políticas antiassédio, na gestão dos casos denunciados e na sensibilização para estas questões.

Parceiros externos: Podem ser estabelecidas parcerias com organizações externas especializadas no combate ao assédio, que fornecem recursos adicionais e conhecimentos especializados complementares.

Autoridades locais: Em alguns casos, as autoridades locais, incluindo a cidade de Ghent, podem estar envolvidas na coordenação dos esforços de combate ao assédio, particularmente no que diz respeito a questões de segurança e prevenção.

A prática antiassédio da Universidade de Ghent é exemplar, integrando múltiplas dimensões para garantir um ambiente universitário seguro e respeitoso. Através de políticas institucionais claras, iniciativas de sensibilização e serviços de apoio dedicados, a universidade demonstra o seu compromisso com a prevenção do assédio, o apoio às vítimas e a promoção de uma cultura de respeito e inclusão. A colaboração com parceiros internos e externos reforça ainda mais o impacto destas ações, permitindo uma abordagem holística que responde às diversas necessidades da comunidade universitária. No entanto, para manter e melhorar estes esforços, é essencial uma avaliação contínua para identificar lacunas e ajustar as estratégias com base no feedback recebido. Em resumo, a Universidade de Ghent está ativamente empenhada em criar um ambiente onde todos possam prosperar em segurança, mantendo-se vigilante face aos desafios persistentes relacionados com o assédio.

Suécia

Estudo de caso: Instituto Karolinska

Descrição do caso:

O Instituto Karolinska (KI), na Suécia, uma instituição médica de referência, está ativamente empenhado na luta contra o assédio sexual e a violência de género no ensino superior. Na sequência dos movimentos #MeToo, o KI intensificou as suas iniciativas para criar um ambiente de trabalho

e de estudo seguro e inclusivo. O instituto lançou vários programas e colaborou com diversas organizações para sensibilizar, prevenir e apoiar as vítimas de assédio sexual.

Ações implementadas:

1. **Centro Nacional de Conhecimento sobre Comportamento Sexual Indesejado e Prevenção da Violência Sexual:** Oferecido pelo KI em colaboração com o Hospital Universitário Karolinska, este centro centra-se na prevenção da violência sexual através de intervenções dirigidas a pessoas com fatores de risco.
2. **Formação e sensibilização:** A KI oferece programas de formação e atividades de sensibilização para informar os estudantes e o pessoal sobre os seus direitos, responsabilidades e recursos disponíveis no que diz respeito ao assédio sexual.
3. **Investigação e colaboração:** Participação em programas de investigação e colaboração para gerar conhecimentos e práticas partilhadas sobre o assédio sexual e a vulnerabilidade relacionada com o género no ambiente académico.

Objetivos:

Geração de conhecimento: Um dos principais objetivos do Karolinska Institutet é gerar conhecimento aprofundado sobre o assédio sexual e as vulnerabilidades relacionadas com o género no contexto académico sueco. Este programa de investigação visa compreender os mecanismos subjacentes e identificar os fatores de risco associados. Através desta investigação, o KI espera contribuir para uma melhor compreensão da dinâmica do assédio sexual e para o desenvolvimento de estratégias eficazes para prevenir e lidar com estas situações.

Promoção de **boas práticas**: Outra prioridade do KI é promover boas práticas na prevenção do assédio sexual. O programa incentiva a troca de experiências e estratégias entre instituições académicas. Ao facilitar esta partilha, o KI ajuda outras instituições a implementar medidas concretas para prevenir e gerir casos de assédio sexual. O objetivo é criar uma rede de apoio onde as melhores práticas possam ser adotadas e adaptadas a diferentes contextos institucionais.

Sensibilização: O Karolinska Institutet está ativamente empenhado em sensibilizar a comunidade universitária para as questões relacionadas com o assédio sexual. São regularmente organizadas campanhas de sensibilização para informar estudantes, funcionários e investigadores sobre os seus direitos, bem como sobre os recursos disponíveis para obter ajuda em caso de assédio. Esta sensibilização visa criar uma cultura de respeito mútuo e apoio, onde os membros da comunidade se sintam à vontade para denunciar incidentes e procurar ajuda com total confidencialidade.

Melhoria do ambiente: Ao dar destaque às questões relacionadas com o assédio sexual, o Karolinska Institutet pretende melhorar o ambiente de trabalho e de aprendizagem nas instituições de ensino superior na Suécia. O programa centra-se na criação de medidas concretas para garantir um ambiente seguro, inclusivo e respeitoso para todos. Estes esforços incluem a avaliação regular das políticas e procedimentos existentes, bem como a introdução de novas iniciativas para reforçar a prevenção do assédio sexual.

Métodos de avaliação:

O Karolinska Institutet (KI) realiza uma avaliação contínua das suas iniciativas de combate ao assédio sexual e à violência baseada no género. Esta avaliação inclui vários aspetos essenciais para garantir a eficácia e o impacto das medidas implementadas. Em primeiro lugar, o KI avalia regularmente a eficácia das suas campanhas de sensibilização destinadas a informar e educar a comunidade universitária sobre questões relacionadas com o assédio sexual. Estas avaliações medem o alcance das campanhas, o aumento da compreensão das questões relacionadas com o assédio e a receção geral das mensagens por parte dos estudantes e do pessoal.

O KI analisa, em seguida, os dados relativos aos casos de assédio sexual denunciados para identificar tendências e padrões de comportamento problemático. Esta análise aprofundada permite-nos adaptar medidas preventivas e intervir de forma proativa onde o risco é maior. Além disso, o KI avalia a disponibilidade e a eficácia dos recursos de apoio às vítimas de assédio, tais como conselheiros, linhas de apoio e opções de denúncia anónima. O objetivo é garantir que estes recursos respondam adequadamente às necessidades das vítimas e sejam facilmente acessíveis quando necessário.

O KI também avalia regularmente as suas políticas e diretrizes internas sobre assédio sexual e discriminação. Isto inclui uma revisão das políticas existentes para garantir que estão alinhadas com as melhores práticas e cumprem a legislação sueca. Por fim, o KI recolhe regularmente feedback das partes interessadas, incluindo estudantes, pessoal académico e administrativo, bem como investigadores. Este feedback fornece informações cruciais sobre a experiência das pessoas em relação ao assédio sexual e a eficácia das medidas tomadas para o combater.

Envolver os intervenientes:

Karolinska Institutet (KI): Enquanto instituição académica de referência, o KI é a força motriz por trás de inúmeras iniciativas destinadas a prevenir a violência sexual. Oferece programas de formação, participa em investigação sobre violência sexual e prevenção e estabelece parcerias para criar um ambiente seguro e inclusivo.

Hospital Universitário Karolinska: Em colaboração com o KI, o Hospital Universitário Karolinska está a ajudar a criar o Centro Nacional de Conhecimento sobre Violência Sexual e Prevenção. O hospital contribui para a investigação e o desenvolvimento de práticas eficazes para a prevenção da violência sexual.

Pessoal académico e administrativo do KI: O pessoal do KI participa em programas de sensibilização e formação oferecidos pela instituição para compreender melhor e prevenir a violência sexual.

Estudantes do KI: Os estudantes são também um público-alvo importante, uma vez que representam uma população vulnerável à violência sexual. O KI oferece-lhes programas de sensibilização e formação e incentiva-os a contribuir para a criação de um ambiente seguro, denunciando qualquer comportamento inadequado.

Parceiros externos: O KI colabora com outras organizações, tais como serviços de saúde, governos, organizações sem fins lucrativos e outras universidades, para reforçar os esforços de prevenção da violência sexual. Estas parcerias permitem uma abordagem mais holística e coordenada à prevenção.

As iniciativas de prevenção da violência sexual no Karolinska Institutet (KI) são o resultado de um forte compromisso com a segurança e o bem-estar da comunidade universitária. Graças a uma abordagem multifacetada, o KI implementou várias medidas destinadas a sensibilizar, educar e apoiar os estudantes, o corpo docente e o ambiente universitário no seu conjunto.

Estas iniciativas incluem a criação de um centro nacional de conhecimento, programas de formação e sensibilização, esforços de investigação e o desenvolvimento de políticas e recursos claros. Ao colaborar com outras instituições e utilizar uma abordagem interseccional, o KI reconhece a complexidade da questão da violência sexual e visa criar um ambiente inclusivo e respeitoso para todos.

Estudo de caso: Universidade de

Uppsala Descrição do caso:

A Universidade de Uppsala, na Suécia, tomou medidas significativas para combater o assédio sexual e a violência baseada no género no seu campus. Apesar da reputação progressista da Suécia em matéria de igualdade de género, foram relatados problemas persistentes de assédio sexual na universidade, particularmente no departamento de neurociências, que teve de ser encerrado devido a problemas intratáveis relacionados com o ambiente de trabalho e comportamentos tóxicos.

Medidas implementadas:

1. **Formação sobre como lidar com situações de violência sexual e** baseada no género**: No** âmbito do Plano Nacional de combate à violência sexual e baseada no género no ensino superior e na investigação 2021-2025, são disponibilizadas sessões de formação para sensibilizar e formar a comunidade universitária.
2. **Campanhas de sensibilização e workshops:** São organizadas regularmente campanhas e workshops para sensibilizar para os problemas do assédio sexual e da violência baseada no género, bem como para formar estudantes e pessoal a reconhecer e a responder de forma adequada.
3. **Guias e brochuras:** Distribuição de guias e brochuras específicos para fornecer informação sobre a violência sexista e sexual e sobre como a prevenir.
4. **Colaboração com outras instituições:** Colaboração com instituições suecas e internacionais para partilhar as melhores práticas e desenvolver estratégias eficazes de prevenção e intervenção.
5. **Curso online sobre violência de género e sexual:** Curso online para sensibilizar e formar a comunidade universitária na prevenção da violência de género e sexual.
6. **Mapeamento dos sistemas de prevenção:** Acesso a informações sobre os sistemas de prevenção e tratamento da violência de género e sexual em cada universidade.

Objetivos:

Os objetivos da prática destinada a prevenir a violência, em particular a violência dos homens contra as mulheres, são múltiplos e interligados. Em primeiro lugar, o objetivo principal é sensibilizar os indivíduos e as comunidades para as normas de género prejudiciais e os comportamentos violentos, incentivando assim o questionamento dessas normas nocivas. Ao mesmo tempo, a prática visa influenciar as crenças e os comportamentos dos indivíduos, em particular dos homens jovens, para promover relações mais igualitárias e não violentas, contribuindo assim para mudar atitudes e normas de género que perpetuam a violência.

Além disso, esta prática visa dotar os profissionais das ferramentas e dos conhecimentos necessários para identificar, apoiar e tratar as vítimas de violência, bem como para intervir de forma eficaz em situações de violência. Procura também tornar os recursos e a formação sobre prevenção da violência acessíveis a um público alargado, incluindo profissionais que trabalham em diferentes setores, tais como os serviços sociais, os cuidados de saúde, a educação e a justiça.

Outro objetivo importante é educar e sensibilizar as pessoas sobre a natureza da violência nas relações íntimas, as suas consequências e os recursos disponíveis para ajudar as vítimas. Isto inclui a promoção de comportamentos proativos para intervir e prevenir a violência.

Por fim, esta prática visa avaliar regularmente a eficácia dos programas e intervenções, identificar áreas a melhorar e adaptar as estratégias às necessidades específicas das comunidades e dos grupos-alvo. Essa avaliação e melhoria contínua são cruciais para garantir a eficácia a longo prazo das iniciativas de prevenção da violência.

Métodos de avaliação:

A universidade realiza avaliações regulares da eficácia dos programas e intervenções para medir o seu impacto e identificar áreas a melhorar, ajustando as estratégias em conformidade.

Envolvimento dos intervenientes:

Universidade de Uppsala: Conceção, implementação e acompanhamento de campanhas de sensibilização e prevenção.

Departamento de Neurociências: Inicialmente dedicado a questões de assédio sexual, está agora a ser alvo de reformas para melhorar o ambiente de trabalho.

Governo sueco: O governo sueco está envolvido no desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais para a prevenção da violência e a promoção da igualdade de género. Fornece recursos financeiros e apoio institucional a programas de prevenção em todo o país.

Agências governamentais: Agências como a Agência Sueca para a Juventude e a Sociedade Civil (MUCF) e a Agência Sueca para a Igualdade de Género (Jämställverket) desempenham um papel fundamental na coordenação e no financiamento de iniciativas de prevenção e sensibilização.

Karolinska Institutet (KI): Enquanto instituição académica, o KI está envolvido na investigação e no desenvolvimento de melhores práticas na prevenção da violência, bem como na formação de profissionais e estudantes.

Profissionais dos serviços sociais: Os assistentes sociais estão envolvidos na identificação, no apoio e na intervenção junto das vítimas de violência, bem como na sensibilização do público e na educação da comunidade.

Profissionais de saúde: Os profissionais de saúde desempenham um papel crucial na deteção e no tratamento médico das vítimas de violência, bem como na sensibilização e na formação de outros profissionais de saúde.

Profissionais da educação: Os professores e os gestores escolares estão envolvidos na sensibilização dos jovens para a violência de género através de programas educativos integrados no currículo.

Sistema judicial: Juízes, advogados e outros intervenientes no sistema judicial estão envolvidos na aplicação de leis e políticas para proteger as vítimas e processar os agressores.

Organizações não governamentais (ONG): As ONG desempenham um papel crucial na prestação de serviços de apoio às vítimas, bem como na sensibilização e educação do público sobre a violência de género.

Meios de comunicação social: Os meios de comunicação social desempenham um papel importante na sensibilização do público e na promoção de mensagens positivas sobre a igualdade de género e a prevenção da violência.

Jovens do sexo masculino: Os jovens do sexo masculino são incluídos em programas de educação e sensibilização para desafiar normas de género violentas e promover comportamentos respeitosos e igualitários.

A iniciativa da Universidade de Uppsala para prevenir a violência dos homens contra as mulheres na Suécia representa uma abordagem integrada e multidimensional a um problema social complexo. Combina eficazmente a sensibilização, a formação, a prevenção e a colaboração entre os setores público e privado. Esta abordagem inclui ativamente os jovens do sexo masculino, reconhecendo o seu papel crucial na transformação das normas de género. A formação de profissionais em vários setores é também essencial para melhorar a identificação, o apoio e a intervenção em casos de violência. A avaliação contínua garante que os programas sejam eficazes e baseados em evidências, enquanto a colaboração nacional facilita a partilha das melhores práticas e o desenvolvimento de estratégias eficazes em todo o país. Ao centrar-se na sensibilização e na educação a todos os níveis da sociedade, esta prática visa criar uma mudança cultural duradoura, promovendo a igualdade de género e relações respeitosas desde tenra idade.

Estudo de caso: Universidade de Lund Descrição do caso:

A Universidade de Lund, na Suécia, tomou medidas significativas para combater o assédio sexual e a violência baseada no género. Em resposta a incidentes de assédio e à necessidade de criar um ambiente seguro e inclusivo, a universidade criou uma série de iniciativas de sensibilização, prevenção e apoio às vítimas. A universidade colabora com várias organizações para garantir uma abordagem abrangente e eficaz a estas questões.

Medidas implementadas:

1. **Formação e sensibilização:** Organização de cursos de formação obrigatórios para o pessoal e os estudantes sobre assédio sexual e violência baseada no género, incluindo módulos sobre consentimento, comportamento adequado e respostas a estas situações.

2. **Serviços de aconselhamento e apoio: Criação de** serviços de aconselhamento confidenciais para vítimas de assédio sexual e violência de género, com apoio psicológico e jurídico disponível.
3. **Campanhas de comunicação:** São realizadas regularmente campanhas de sensibilização para informar a comunidade universitária sobre os direitos das vítimas, os procedimentos de denúncia e os recursos disponíveis.
4. **Colaboração com organizações locais:** Trabalho em colaboração com organizações locais para oferecer recursos adicionais e sessões informativas sobre a prevenção da violência sexual e de género.

Objetivos:

Na Universidade de Lund, os objetivos são múltiplos e visam criar um ambiente seguro e respeitoso para todos os membros da comunidade universitária. O principal objetivo é garantir a segurança e o respeito de cada indivíduo no seu ambiente de aprendizagem e de trabalho. Para prevenir incidentes de assédio sexual e violência de género, a universidade implementa iniciativas de sensibilização e educação dirigidas a estudantes, pessoal e docentes. Em caso de incidentes, a universidade está empenhada em prestar apoio adequado às vítimas, oferecendo-lhes acesso a recursos e serviços para as ajudar a superar as consequências destes acontecimentos. Outro objetivo fundamental é promover a responsabilidade no seio da comunidade universitária, responsabilizando os autores pelos seus atos. Além disso, ao estabelecer processos de investigação justos e transparentes, a universidade pretende fomentar a confiança e a transparência, garantindo que as queixas sejam tratadas de forma justa e imparcial. Por fim, ao combater ativamente o assédio sexual e a violência baseada no género, a universidade pretende melhorar a sua cultura institucional, valorizando o respeito, a diversidade e a igualdade de género.

Métodos de avaliação:

A Universidade de Lund utiliza um método de avaliação regular e contínuo para medir a eficácia das suas iniciativas de prevenção e tratamento do assédio sexual e da violência baseada no género. Este método inclui a recolha de dados sobre incidentes denunciados, o feedback das partes interessadas através de inquéritos e grupos de discussão, e a análise dos processos de denúncia e investigação para garantir a sua acessibilidade e transparência. A universidade avalia os resultados das iniciativas em termos de mudança comportamental e atitudinal e compara as suas políticas com as melhores práticas de outras instituições, de modo a alinhar-se com as normas internacionais, participando em projetos como o UniSAFE. Os resultados da avaliação são documentados em relatórios e utilizados para efetuar ajustes e melhorias contínuas. Esta

abordagem estruturada e participativa permite à Universidade de Lund manter um ambiente académico seguro, respeitoso e equitativo.

Envolvimento dos intervenientes:

Universidade de Lund: Conceção, implementação e acompanhamento de ações de sensibilização e prevenção. **O vice-reitor da Universidade de Lund** tem a responsabilidade geral pelo ambiente de trabalho e pode desempenhar um papel crucial na implementação de políticas e medidas preventivas.

Os chefes de departamento e gestores são responsáveis por garantir um bom ambiente de trabalho no seu departamento ou unidade, enquanto os responsáveis pelos programas recebem denúncias de assédio ou assédio sexual e implementam medidas para resolver os problemas.

O corpo docente e os membros do corpo académico desempenham um papel essencial na sensibilização dos estudantes e na promoção de uma cultura de respeito e igualdade.

Os estudantes ajudam a criar um ambiente de respeito mútuo e comunicam os incidentes quando estes ocorrem.

As organizações estudantis e os sindicatos prestam apoio aos estudantes, promovem a sensibilização e defendem políticas e medidas de prevenção eficazes. **Os conselheiros de saúde mental e de apoio às vítimas** oferecem apoio profissional às vítimas de assédio ou assédio sexual e ajudam-nas a lidar com as consequências emocionais destes incidentes. Ao envolver ativamente estas partes interessadas, a Universidade de Lund consegue criar um esforço coletivo para prevenir o assédio e o assédio sexual e garantir um ambiente de trabalho e de estudo seguro e respeitoso para todos os seus membros.

A iniciativa prática de prevenção do assédio e do assédio sexual na Universidade de Lund representa um esforço exemplar e integrado para criar um ambiente académico seguro e respeitoso. Ao dirigir-se a diversos públicos, incluindo estudantes, corpo docente, gestores e orientadores, a universidade garante que todos os segmentos da sua comunidade sejam informados, apoiados e envolvidos. Através de campanhas de sensibilização, programas educativos, procedimentos de denúncia claros e acessíveis e um forte apoio às vítimas, Lund demonstra o seu compromisso com a tolerância zero em relação ao assédio. A metodologia adotada é holística, sistemática e alinhada com as melhores práticas internacionais, nomeadamente através de parcerias como o projeto UniSAFE. Esta iniciativa demonstra também a importância de uma colaboração estreita entre todas as partes interessadas, incluindo organizações estudantis e sindicatos, para reforçar os esforços de prevenção e resposta. Ao avaliar regularmente as suas práticas e adaptar-se ao feedback recebido, a Universidade de Lund está a posicionar-se como líder na promoção de um ambiente universitário justo e seguro.

Áustria

Estudo de caso: Universidade de

Graz Descrição do caso:

Na Universidade de Graz, o Grupo de Trabalho para a Igualdade de Oportunidades, em colaboração com o centro de aconselhamento externo TARA (Centro de Aconselhamento para a Violência Sexual contra Mulheres e Raparigas), lançou a campanha «LUISA *on campus»* em 2023. *A campanha visa sensibilizar, realizar trabalho preventivo e apoiar as pessoas afetadas por assédio e violência sexuais no campus universitário.* Foram criados *pontos LUISA* em todo o campus, onde estudantes, pessoal universitário e qualquer outra pessoa presente podem receber ajuda em caso de assédio ou intimidação.

Ações implementadas:

1. **Pontos LUIS*A:** Foram criados mais de 20 pontos LUIS*A no campus, com pessoal formado para ajudar pessoas em situação de crise. Estes pontos oferecem um espaço seguro e uma escuta sem julgamentos, bem como o encaminhamento para os centros de aconselhamento adequados.
2. **Formação e sensibilização:** O pessoal dos pontos LUIS*A recebe formação específica sobre como apoiar as vítimas e encaminhá-las para serviços de aconselhamento.
3. **Expansão e desenvolvimento futuro:** Serão instalados mais pontos LUIS*A no verão de 2024 e serão criados pontos móveis para os principais eventos universitários e festas de estudantes.

Objetivos:

A campanha «LUISA *no campus»* da Universidade de Graz visa alcançar três objetivos principais. Em primeiro lugar, procura proporcionar **apoio e proteção imediatos** no campus a qualquer pessoa confrontada com uma situação de assédio ou violência sexual. Ao estabelecer pontos de contacto LUISA espalhados pelo campus, a universidade garante uma ajuda rápida e acessível. Em segundo lugar, a campanha visa **sensibilizar toda a comunidade universitária para** o assédio e a violência sexuais, tornando estas questões visíveis e promovendo uma cultura de respeito e tolerância zero. Por fim, a iniciativa visa **prevenir o assédio e a violência**, demonstrando um forte compromisso por parte da universidade e deixando claro que estes atos terão consequências. Através destas ações, a universidade procura não só proteger as vítimas, mas também criar um ambiente seguro e respeitoso para todos.

Métodos de avaliação:

A iniciativa «LUISA on Campus» na Universidade de Graz está sujeita a uma avaliação contínua para identificar oportunidades de melhoria e garantir a qualidade do serviço. Esta avaliação está a decorrer

em várias fases: a primeira, no outono de 2023/24, envolveu um inquérito escrito aos colaboradores dos pontos LUISA para recolher as suas experiências, aspetos positivos, desafios encontrados e necessidades adicionais. A segunda fase, prevista para o verão de 2024, incluirá um inquérito mais abrangente dirigido a toda a gente no campus para obter feedback e opiniões sobre o projeto, bem como sobre aspetos específicos, como a sinalética.

Os métodos utilizados incluem inquéritos escritos, reuniões mensais e mesas redondas abertas para incentivar a troca de informações e o apoio entre os colaboradores dos pontos LUIS*A. São também organizados cursos de formação contínua, que abrangem temas como a legislação em matéria de violência sexual, comunicação e estratégias de desescalada, em cooperação com o Centro de Proteção contra a Violência de Graz.

Os resultados do inquérito revelam uma crescente sensibilização para as questões de infraestruturas (tais como zonas escuras no campus) e um forte desejo de discussões abertas sobre o tema. As avaliações revelam ainda uma necessidade contínua de formação adicional e de intercâmbio regular de informações, o que levou à criação de mesas redondas. A avaliação global indica que os pontos LUIS*A desempenham um papel crucial como centros de primeiro contacto e assistência às vítimas de assédio sexual e violência no campus, com forte apoio da universidade e uma maior sensibilização da comunidade universitária.

A prática é avaliada de forma contínua, utilizando uma variedade de metodologias para assegurar a melhoria constante e a adaptação às necessidades da comunidade universitária, garantindo uma resposta eficaz e humana a situações de emergência e um apoio prolongado às vítimas.

Envolvimento dos intervenientes:

Vários intervenientes-chave estão envolvidos na implementação e gestão do projeto «LUIS*A on Campus» na Universidade de Graz:

O Grupo de Trabalho para a Igualdade de Oportunidades (AKGL) é o principal impulsionador do projeto, com um forte respaldo jurídico a nível nacional. Oferece aconselhamento profissional e apoio às pessoas afetadas por assédio e violência sexuais.

O centro de aconselhamento externo TARA é especializado em violência sexual contra mulheres e raparigas e é um parceiro fundamental no projeto, fornecendo conhecimentos especializados e aconselhamento.

O Gabinete de Coordenação para os Estudos de Género e a Igualdade de Oportunidades publica manuais e material informativo sobre violência sexual. Oferece cursos de formação sobre diversidade, combate ao preconceito, assédio sexual e violência.

A União dos Estudantes Austríacos (ÖH) realiza inquéritos sobre o tema e oferece aconselhamento, apoio e iniciativas de prevenção. Trabalha em estreita colaboração com outros intervenientes para reforçar a eficácia do projeto.

A Câmara Municipal de Graz e o seu presidente estão a prestar apoio institucional e logístico ao projeto e lançaram a campanha original «Luisa ist hier» em bares, piscinas e centros juvenis.

Polícia local: Envolvida ativamente na formação do pessoal dos pontos LUIS*A e na prestação de informações sobre aspetos jurídicos e gestão de crises.

Estes intervenientes trabalham em estreita colaboração para garantir uma resposta coordenada e eficaz a incidentes de assédio sexual e violência no campus. Estão também envolvidos na avaliação contínua do projeto, assegurando que este se adapta às necessidades das vítimas e se integra na cultura universitária.

A iniciativa «LUIS*A on Campus» na Universidade de Graz constitui uma resposta inovadora e proativa ao problema generalizado do assédio sexual e da violência no campus. Ao combinar sensibilização, prevenção e apoio direto, este projeto oferece um modelo holístico para abordar estas questões.

Os pontos LUIS*A, estrategicamente localizados em todo o campus, funcionam como centros de primeiros socorros para as vítimas, garantindo assistência imediata e segurança em situações de emergência. Geridos por pessoal qualificado, estes pontos oferecem um espaço seguro e imparcial onde as vítimas podem receber apoio personalizado e ser encaminhadas para os centros de aconselhamento adequados.

A iniciativa conta com a cooperação de vários intervenientes, incluindo o Grupo de Trabalho para a Igualdade de Oportunidades, o Centro de Aconselhamento TARA, o Gabinete de Coordenação para os Estudos de Género e a Igualdade de Oportunidades, a União Nacional de Estudantes da Áustria (ÖH), bem como as autoridades municipais e a polícia. Esta colaboração garante uma resposta coordenada e eficaz aos incidentes e contribui para uma cultura universitária mais segura e inclusiva.

O impacto do projeto é reforçado pela formação regular do pessoal, por ferramentas e listas de verificação para lidar com situações de crise e por uma avaliação contínua destinada a melhorar o projeto. Os resultados preliminares revelam uma maior sensibilização entre o pessoal e os estudantes, o reconhecimento da importância de abordar estas questões abertamente e um forte empenho em apoiar as vítimas.

O «LUIS*A on Campus» demonstra uma abordagem abrangente e estruturada no combate ao assédio e à violência sexuais no ambiente académico. Ao basear-se numa forte colaboração interinstitucional e ao disponibilizar recursos imediatos e acessíveis, a Universidade de

Graz está a estabelecer um padrão exemplar de prática que poderá ser adotado por outras instituições em todo o mundo.

Estudo de caso: Universidade de Viena Descrição do caso:

Na Universidade de Viena, foi implementada uma série de iniciativas para combater a violência sexual e baseada no género. Estas iniciativas são coordenadas pelo Gabinete para a Igualdade, pelo Gabinete para a Igualdade de Oportunidades e pelo Conselho para o Género e a Diversidade. O principal objetivo é criar um ambiente universitário seguro e respeitoso para todos os estudantes e funcionários, com foco na prevenção, na sensibilização e no apoio às vítimas de assédio e violência sexuais.

Medidas implementadas:

1. **Serviços de aconselhamento e apoio:** O Gabinete para a Igualdade oferece serviços de aconselhamento confidenciais às vítimas de assédio e violência sexuais. Os estudantes e o pessoal podem obter ajuda para denunciar incidentes e receber apoio psicológico e jurídico.
2. **Campanhas de sensibilização:** São realizadas regularmente campanhas de sensibilização no campus para informar a comunidade universitária sobre as questões relacionadas com a violência de género e a violência sexual, os recursos disponíveis e os procedimentos de denúncia.
3. **Formação obrigatória:** É organizada formação obrigatória sobre prevenção do assédio e da violência sexuais para todos os novos estudantes e membros do pessoal. Estes cursos incluem módulos sobre consentimento, comportamento adequado e respostas adequadas a situações de assédio.

Objetivos:

O Grupo de Trabalho para a Igualdade de Oportunidades (EOWP) da Universidade de Viena tem como objetivo promover a igualdade de tratamento e combater a discriminação, o assédio sexual e o bullying no seio da universidade. Os principais objetivos são definidos pela Lei Austríaca da Igualdade de Tratamento e pela Lei Universitária, bem como pelo Plano de Ação Positiva para a Promoção das Mulheres e da Igualdade de Género.

O primeiro objetivo é **prevenir e combater todas as formas de discriminação,** assédio e violência no campus. Isto inclui a criação de um ambiente respeitoso e tolerante, livre de discriminação, onde o assédio, sob qualquer forma, não seja tolerado.

Um segundo objetivo **é informar, aconselhar e apoiar** os membros da universidade que sejam vítimas de discriminação, assédio sexual ou intimidação. Isto inclui a prestação de aconselhamento pessoal e confidencial, bem como o encaminhamento para serviços de aconselhamento especializados, internos e externos.

Um terceiro objetivo é **monitorizar os procedimentos de aplicação das regras de igualdade** de tratamento e **igualdade** de género no seio da universidade. Isto envolve também a publicação de um relatório anual sobre as atividades do EOWP, incluindo recomendações para os órgãos da universidade.

O EOWP da Universidade de Viena desempenha um papel crucial na garantia de um ambiente académico inclusivo, respeitoso e seguro para todos os seus membros. Esta prática está consagrada na legislação nacional e faz parte de uma rede nacional de iniciativas semelhantes nas universidades austríacas.

Métodos de avaliação:

Atualmente, não há informações detalhadas disponíveis sobre os métodos de avaliação específicos utilizados pelo Grupo de Trabalho para a Igualdade de Oportunidades (EOWP) da Universidade de Viena...

Envolvimento dos intervenientes:

O Grupo de Trabalho para a Igualdade de Oportunidades (EOWP) da Universidade de Viena é composto por vários intervenientes-chave, cada um dos quais desempenha um papel crucial na garantia da igualdade de oportunidades e na abordagem de questões relacionadas com a discriminação e o assédio. Segue-se uma descrição dos principais intervenientes envolvidos:

Membros do EOWP: O EOWP é composto por 25 membros efetivos e 50 membros suplentes. A composição é cuidadosamente equilibrada de modo a incluir representantes de diferentes segmentos da comunidade académica:

1. Representantes dos estudantes: Estes membros trazem a perspetiva dos estudantes, garantindo que as preocupações e necessidades dos estudantes sejam tidas em conta nas decisões e ações do EOWP.
2. Representantes do corpo docente da universidade: Os professores participam no EOWP para representar os interesses do corpo docente e garantir que as políticas de igualdade de oportunidades sejam integradas nas práticas académicas e administrativas.
3. Representantes de professores associados e do pessoal académico na investigação e no ensino: Estes membros representam os interesses do pessoal académico e dos investigadores sem vínculo permanente, um grupo frequentemente vulnerável à discriminação e à desigualdade.
4. Representantes do pessoal geral da universidade: Estes representantes asseguram que as políticas do EOWP abranjam também o pessoal administrativo e técnico, garantindo assim uma abordagem inclusiva.

Gestores do EOWP

1. Presidente e equipa: O presidente do EOWP, juntamente com a sua equipa, supervisiona as operações do dia-a-dia, coordena iniciativas e assegura que os objetivos do EOWP sejam

cumpridos.

2. Gabinete de aconselhamento sobre assédio sexual e assédio moral: Este gabinete, que faz parte da EOWP, é especificamente responsável por prestar aconselhamento e apoio às vítimas de assédio sexual e assédio moral.

Colaboração externa

1. Serviços de aconselhamento internos e externos: A EOWP colabora com outros serviços de aconselhamento dentro da universidade e com organizações externas para prestar apoio adicional quando necessário.
2. Rede Nacional ARGE GLUNE: Enquanto membro da rede nacional de Grupos de Trabalho para a Igualdade de Oportunidades (ARGE GLUNE), a EOWP participa em reuniões nacionais e cursos de formação, permitindo a troca de boas práticas e a coordenação de esforços a nível nacional.

Público-alvo

1. Estudantes, investigadores e pessoal académico: Todos os membros da comunidade universitária, incluindo estudantes, investigadores, pessoal académico e administrativo, bem como candidatos a emprego, são potenciais beneficiários dos serviços do EOWP.
2. Orientadores e docentes: Os orientadores e docentes são também alvo de formação e aconselhamento sobre como lidar com incidentes de discriminação e assédio.

A diversidade de intervenientes envolvidos no EOWP permite uma abordagem holística e inclusiva para lidar com questões de discriminação e assédio na Universidade de Viena. Graças à colaboração de representantes de todos os setores da comunidade universitária e às ligações com redes nacionais, o EOWP presta um apoio abrangente e eficaz para promover a igualdade de oportunidades e uma cultura de respeito.

A prática do Grupo de Trabalho para a Igualdade de Oportunidades (EOWP) na Universidade de Viena representa uma iniciativa exemplar na promoção da igualdade de oportunidades e no combate à discriminação e ao assédio. Criado em 1991 e consolidado pela Lei das Universidades de 2001 e pela Lei da Igualdade de Tratamento, o EOWP funciona como um órgão colegial independente no seio da universidade. A sua composição diversificada, que inclui representantes de estudantes, professores, pessoal académico e administrativo, garante uma abordagem inclusiva e representativa em relação aos vários componentes da comunidade universitária.

O EOWP presta aconselhamento confidencial, apoio e orientação às vítimas de discriminação e assédio, colaborando simultaneamente com serviços de aconselhamento internos e externos. Desempenha também um papel fundamental na sensibilização e prevenção através de formações e workshops. A rede nacional

ARGE GLUNE, da qual a EOWP faz parte, permite a troca de boas práticas e a coordenação à escala nacional, reforçando assim o impacto das suas ações.

Em suma, o EOWP da Universidade de Viena constitui uma resposta estruturada e proativa aos desafios da igualdade de oportunidades no ensino superior, garantindo um ambiente de trabalho e de estudo respeitoso e tolerante, isento de todas as formas de discriminação.

Estudo de caso: Departamento das Mulheres da União dos Estudantes da Áustria, Universidade de Viena Descrição do caso:

O Departamento das Mulheres da Universidade de Viena, parte da União dos Estudantes Austríacos (ÖH), funciona como um coletivo autónomo, independente de partidos políticos. O departamento centra-se no trabalho em rede queer-feminista, de migrantes e antirracista. Serve como um espaço de autoempoderamento para mulheres cis, lésbicas, pessoas trans e intersexuais, tanto dentro como fora da instituição académica. O Departamento das Mulheres proporciona um ponto de contacto acessível para estes grupos, consoante os eventos e o contexto.

Medidas implementadas:

1. **Serviços de aconselhamento e apoio:** O Departamento das Mulheres oferece serviços de aconselhamento confidenciais a vítimas de assédio e violência sexuais. Estudantes e funcionários podem obter ajuda para denunciar incidentes e receber apoio psicológico e jurídico.
2. **Campanhas de sensibilização e publicações:** Divulgação de informação através da publicação de um relatório anual, no qual são apresentados locais, espaços, iniciativas, grupos, coletivos e projetos queer_feministas em Viena. As brochuras e o site fornecem informação sobre como reagir à violência e sobre os pontos de contacto disponíveis.
3. **Promoção de teses queer/feministas/antirracistas:** O Departamento das Mulheres apoia financeiramente teses sobre temas queer_feministas e antirracistas, contribuindo para promover a investigação e o ativismo nestas áreas.

Objetivos:

O Departamento das Mulheres da União de Estudantes Austríaca (ÖH) da Universidade de Viena tem como objetivo criar um ambiente universitário inclusivo e seguro para pessoas que se identificam como FLINTA (mulheres, lésbicas, intersexuais, não binárias, trans e agénero). A missão da iniciativa é disponibilizar pontos de contacto independentes em todas as universidades, assegurar uma proteção abrangente às vítimas de violência sexualizada e garantir que as pessoas afetadas tenham sempre o poder de interpretar a sua experiência de violência sexualizada. O departamento também está a promover campanhas de sensibilização

formação em sensibilização para o corpo docente a ser incorporada na legislação laboral e para que os serviços de psicoterapia gratuitos sejam alargados. Por fim, é vital que as vítimas não sofram consequências negativas quando falam sobre as suas experiências. Em suma, os objetivos desta iniciativa abrangem a prevenção, o apoio às vítimas, a sensibilização e a promoção de um ambiente universitário mais seguro e justo para todos os membros da comunidade FLINTA.

Métodos de avaliação:

Até à data, não há informações específicas disponíveis relativas a uma avaliação formal das iniciativas do Departamento das Mulheres da União dos Estudantes Austríacos (ÖH) na Universidade de Viena. Nos documentos disponíveis, não é mencionado qualquer método de avaliação detalhado. A falta de informação sobre avaliações formais significa que o impacto desta prática poderia beneficiar de uma análise mais sistemática para medir a sua eficácia e identificar áreas a melhorar. Para otimizar esta iniciativa, seria benéfico introduzir mecanismos de avaliação, tais como inquéritos de satisfação dos beneficiários, acompanhamento de casos e análises de impacto, a fim de avaliar a eficácia das ações implementadas e a evolução das situações de assédio e discriminação no campus.

Envolvimento dos intervenientes:

Os principais intervenientes envolvidos nas iniciativas do Departamento das Mulheres da União dos Estudantes Austríacos (ÖH) na Universidade de Viena são os seguintes:

União dos Estudantes da Áustria (ÖH): Trata-se da organização representativa oficial de todos os estudantes na Áustria. O Departamento das Mulheres é parte integrante da ÖH e representa os interesses dos estudantes FLINTA (Mulheres, Lésbicas, Intersexuais, Não-binários, Transgéneros, Agénero).

Departamento das Mulheres da ÖH: Trata-se de um coletivo autónomo que trabalha independentemente de partidos políticos e conflitos políticos. Centra-se na rede queer_feminista, de migrantes e antirracista, e oferece um ponto de contacto acessível para pessoas cisgénero, lésbicas, trans e intersexuais na Universidade de Viena.

Coletivos e iniciativas queer_feministas: O Departamento das Mulheres colabora com vários coletivos e iniciativas queer_feministas em Viena, oferecendo apoio financeiro, organizacional e de conteúdo a projetos e grupos.

Estudantes e pessoal universitário: O Departamento das Mulheres tem como objetivo apoiar todos os membros da comunidade universitária que enfrentam discriminação sexista, racista, homofóbica, transfóbica ou outras formas de discriminação.

Professores e pessoal académico: Embora não sejam fornecidas informações específicas sobre a reação dos professores e do pessoal académico, o Departamento das Mulheres também trabalha para sensibilizar e formar o corpo docente sobre questões de assédio e discriminação.

Redes nacionais e locais: O Departamento das Mulheres está também ligado a redes nacionais e locais que trabalham em questões de igualdade e antidiscriminação nas universidades austríacas.

O Departamento das Mulheres da ÖH na Universidade de Viena é apoiado por uma rede diversificada de atores, incluindo a própria ÖH, coletivos queer_feministas, estudantes e pessoal universitário. Este coletivo autónomo oferece apoio crucial aos estudantes FLINTA, promovendo a igualdade, prestando aconselhamento e apoio personalizado e fazendo campanha por mudanças institucionais para eliminar o assédio e a discriminação no campus.

O Departamento das Mulheres da União de Estudantes Austríaca na Universidade de Viena desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade e no combate à discriminação no campus. Enquanto coletivo autónomo, oferece um apoio valioso às estudantes FLINTA (Mulheres, Lésbicas, Intersexuais, Não-binárias, Transgénero, Agénero), prestando aconselhamento pessoal, apoio financeiro a projetos e defendendo políticas inclusivas. O Departamento das Mulheres trabalha em colaboração com vários coletivos queer_feministas e desempenha um papel ativo na sensibilização e formação do pessoal universitário sobre questões de assédio e discriminação. Esta prática é crucial não só para apoiar os estudantes individualmente, mas também para promover mudanças sistémicas destinadas a criar um ambiente universitário mais inclusivo e respeitoso para todos.

Considerações e análises das políticas universitárias contra a violência sexual

Nível de mobilização — Consenso e dissenso

Nível de mobilização

A análise dos vários estudos de caso permite-nos classificar as universidades de acordo com o nível de mobilização dos países na luta contra a violência sexual. Esta mobilização reflete-se em iniciativas, estruturas, programas de sensibilização e ações preventivas.

Forte mobilização

Estas universidades demonstram uma forte mobilização com iniciativas variadas, bem estruturadas e contínuas:

Áustria:

Universidade de Graz: iniciativa LUIS*A on Campus para combater o assédio sexual, com pontos de apoio espalhados pelo campus.

Universidade de Viena: O EOWP oferece formação regular para prevenir e gerir incidentes de assédio sexual.

Bélgica:

Universidade de Mons: programa «100% Respect» para sensibilizar a comunidade universitária.

França:

Crous Occitanie: Oficinas de sensibilização e formação contínua para o pessoal.

Sciences Po Bordeaux: Criação de uma «Cellule de Veille et d'Écoute», uma plataforma de denúncia online. Universidade de Rouen: Sistema de prevenção e combate ao assédio sexual.

Universidade ITM Atlantic: Nomeação de pontos de contacto para a igualdade de género e formação obrigatória.

Itália:

Universidade de Bolonha: Serviço universitário contra a violência de género, campanhas de sensibilização e apoio jurídico.

Universidade de Roma «La Sapienza»: Formação obrigatória e serviços de apoio às vítimas.

Espanha:

Universidade Autónoma de Barcelona (UAB): IV Plano de Ação para a Igualdade de Género, pontos de informação Lila.

Universidade de La Laguna (ULL): Unidade de Igualdade, campanhas de informação anuais.

Universidade Rey Juan Carlos (URJC): Mestrado em prevenção e sensibilização para a violência sexual, palestras e workshops.

Portugal:

UNISEXO: Iniciativa para prevenir a violência sexual no ensino superior, com campanhas de sensibilização e formação.

Universidade de Lisboa (ULisboa): Gabinete para a Igualdade e Inclusão, adoção de um código de conduta.

Universidade de Coimbra: Código de conduta, serviços de aconselhamento e apoio.

Média de mobilização

Estas universidades têm iniciativas significativas, mas talvez menos variadas ou intensas:

Bélgica:

Universidade de Ghent: Formação contínua para prevenir o assédio e a violência.

Universidade de Liège: Unidade de apoio psicológico para vítimas de assédio. **Grécia**:

Universidade Aristóteles de Salónica: Plano de Ação para a Igualdade de Género, criação de uma autoridade independente.

Itália

Universidade Sapienza — Faculdade de Telecomunicações: Formação e serviços de apoio às vítimas

.

Mobilização em desenvolvimento

Estas universidades estão a começar a implementar iniciativas, mas estas ainda se encontram em fase de desenvolvimento:

Grécia:

Universidade Panteion: Iniciativas em desenvolvimento para combater o assédio sexual.

Universidade de Atenas: Lançamento de programas de sensibilização e apoio.

Roménia:

Universidade de Bucareste (UB): Gabinete para a Inclusão, Igualdade e Oportunidades, campanhas de sensibilização.

Centrul FILIA: Elaboração de códigos de ética e campanhas de sensibilização.

UEFISCDI: Políticas claras e apoio às vítimas.

Conclusão

A mobilização contra a violência sexual nas universidades varia de país para país e de instituição para instituição. As iniciativas vão desde campanhas de sensibilização e cursos de formação obrigatórios até à criação de células de apoio e plataformas de denúncia. Uma mobilização forte reflete-se em programas estruturados e contínuos, enquanto as mobilizações médias e em desenvolvimento demonstram esforços significativos, mas ainda requerem melhorias e alargamento para se tornarem plenamente eficazes.

Mobilização forte	Mobilização Média	Mobilização em desenvolvimento
Universidade de Graz (Áustria)	Universidade de Ghent (Bélgica)	Universidade Panteion (Grécia)
Universidade de Viena (Áustria)	Universidade de Liège (Bélgica)	Universidade de Atenas (Grécia)
Universidade de Viena: Grupo de Trabalho para a Igualdade de Oportunidades (Áustria)	Universidade de Mons (Bélgica)	Universidade de Bucareste (UB) (Roménia)
Crous Occitanie (França)	Universidade Aristóteles de Salónica (Grécia)	Centro FILIA (Roménia)
Sciences Po de Bordéus (França)	Universidade Sapienza – Faculdade de Telecomunicações (Itália)	UEFISCDI (Roménia)
Universidade de Rouen (França)		
Universidade IMT Atlantique (França)		
Universidade de Bolonha (Itália)		
Universidade Autónoma de Barcelona (Espanha)		
Universidade de La Laguna, nas Canárias (Espanha)		
Universidade Rey Juan Carlos (Espanha)		
UNISEXO (Portugal)		
Universidade de Lisboa (Portugal)		

Forte mobilização	Média de mobilização	Mobilização em desenvolvimento
Universidade de Coimbra (Portugal)		

Figura 1 - A mobilização das universidades na luta contra a violência sexual

Explicações

Mobilização forte: Estas universidades criaram uma variedade de iniciativas bem estruturadas, incluindo células de apoio, plataformas de denúncia, cursos de formação obrigatórios e campanhas de sensibilização contínuas.

Mobilização média: Estas universidades têm iniciativas significativas, mas talvez menos variadas ou menos intensas do que as classificadas na categoria «Mobilização forte».

Mobilização em desenvolvimento: Estas universidades estão a começar a implementar iniciativas, mas estas ainda se encontram na fase de desenvolvimento ou implementação, e ainda há trabalho a fazer para alcançar um nível forte de mobilização.

Consenso e dissenso nas práticas de combate à violência sexual no ensino superior

As práticas de combate à violência sexual no ensino superior revelam tanto consenso como dissenso entre as universidades estudadas. Segue-se um resumo dos pontos de convergência (consenso) e divergência (dissenso).

Consenso ou dissenso em matéria de políticas

Existe um consenso significativo sobre a importância da sensibilização, da educação, do apoio às vítimas, dos procedimentos de denúncia e das políticas institucionais para combater a violência sexual no ensino superior. No entanto, persiste o dissenso quanto à variedade e ao âmbito das iniciativas, ao nível de implementação, ao envolvimento das partes interessadas e aos métodos de avaliação e monitorização. As melhores práticas surgem de universidades com programas bem estruturados, que envolvem diversas partes interessadas e utilizam mecanismos de feedback para ajustar e melhorar as suas estratégias.

Sensibilização e educação:

Consenso: A maioria das universidades criou campanhas de sensibilização para informar e educar estudantes e pessoal sobre a violência sexual e o assédio. Por exemplo, as universidades de Graz (Áustria), Lisboa (Portugal) e Barcelona (Espanha) realizam campanhas contínuas e utilizam suportes visuais para sensibilizar as suas comunidades.

Formação específica:

Consenso: Muitas universidades oferecem formação específica para prevenir e gerir incidentes de violência sexual. A Universidade de Viena (Áustria), a Universidade de Ghent (Bélgica) e o IMT Atlantique (França) organizam cursos de formação regulares para o pessoal e os estudantes.

Apoio às vítimas:

Consenso: Quase todas as universidades criaram pontos de contacto ou serviços de apoio às vítimas. Por exemplo, os serviços de apoio da Universidade de Bolonha (Itália) e as unidades de assistência da Universidade de Liège (Bélgica) prestam apoio psicológico e jurídico.

Procedimentos de denúncia:

Consenso: Estão amplamente adotados procedimentos claros para a denúncia de incidentes de assédio sexual. As universidades de Viena (Áustria) e de Coimbra (Portugal) dispõem de mecanismos bem definidos para a denúncia e o tratamento de queixas.

Códigos de conduta e políticas:

Consensual: Várias universidades adotaram códigos de conduta ou políticas específicas para combater a violência sexual. Entre os exemplos contam-se o código de conduta da Universidade de Coimbra (Portugal) e as políticas da Universidade de Bucareste (Roménia).

Âmbito e variedade das iniciativas:

Não consensual: As iniciativas variam amplamente em termos de âmbito e diversidade. Por exemplo, algumas universidades, como a Sciences Po Bordeaux (França), dispõem de grupos de trabalho e plataformas online, enquanto outras, como a Universidade de La Laguna (Espanha), se concentram principalmente em campanhas anuais.

Nível de implementação:

Divergente: O nível de implementação e a intensidade dos esforços variam. As iniciativas em universidades como a de Graz (Áustria) e a de Barcelona (Espanha) estão bem estabelecidas e estruturadas, enquanto as da Universidade Panteion (Grécia) e da Universidade de Bucareste (Roménia) ainda se encontram em fase de desenvolvimento.

Envolvimento dos intervenientes:

Divergente: O envolvimento dos vários intervenientes (estudantes, corpo docente e associações locais) varia. Algumas universidades, como a Universidade de Mons (Bélgica), envolvem fortemente os estudantes nos seus programas, enquanto outras, como algumas universidades gregas, apresentam uma participação menos ativa.

Avaliação e acompanhamento:

Dissonante: Os métodos de avaliação e acompanhamento da eficácia das iniciativas não são uniformes. Enquanto algumas instituições, como a Universidade de Barcelona (Espanha), implementam sistemas de feedback contínuo e inquéritos regulares, outras universidades têm abordagens menos estruturadas.

Análise dos objetivos perseguidos por todos os casos na luta contra a violência sexual no ensino superior:

A análise dos vários estudos de caso revela uma convergência nos objetivos perseguidos pelas universidades e instituições para combater a violência sexual. Segue-se um resumo dos objetivos comuns e específicos identificados nos estudos de caso:

1. Objetivos

de sensibilização:

Informar: Aumentar a sensibilização para as questões relacionadas com a violência sexual entre estudantes e pessoal académico.

Educar: Fornecer informação sobre as formas de violência sexual, os seus sinais e as consequências para as vítimas e para a comunidade.

Exemplos:

LUIS*A on Campus (Universidade de Graz, Áustria): Campanhas de sensibilização e pontos de apoio.

Sciences Po Bordeaux (França): Campanha de comunicação para sensibilizar a comunidade universitária.

2. Objetivos

de prevenção:

Reduzir os incidentes: Implementar medidas para reduzir os incidentes de violência sexual.

Promover comportamentos respeitosos: Incentivar relações saudáveis e respeitosas entre estudantes e pessoal.

Exemplos:

Universidade de Rouen (França): Cursos de formação obrigatórios e elaboração de um guia específico.

Universidade de Bolonha (Itália): Campanhas de sensibilização e formação contínua para prevenir a violência sexual.

3. Apoio e intervenção

Objetivos:

Fornecer recursos: Oferecer serviços de apoio psicológico e jurídico às vítimas. **Incentivar a denúncia**: Criar um ambiente em que as vítimas se sintam seguras para denunciar os incidentes.

Exemplos:

Unidade de assistência psicológica (Universidade de Liège, Bélgica): Apoio psicológico imediato às vítimas.

Projeto UNISEXO (Portugal): Recursos e serviços de apoio às vítimas de violência sexual.

4. Criação de um ambiente seguro Objetivos:

Segurança e inclusão: Criar um ambiente de aprendizagem inclusivo e seguro para todos os membros da comunidade universitária.

Conformidade com as diretrizes nacionais: Adotar políticas em conformidade com as recomendações governamentais e nacionais.

Exemplos:

Universidade de Coimbra (Portugal): Código de conduta e serviços de aconselhamento.

Universidade de Bucareste (Roménia): Procedimento para a gestão de incidentes de assédio sexual.

5. Mudança de comportamento Objetivos:

Incentivar a reflexão: Promover a reflexão sobre as atitudes e comportamentos dos estudantes e do pessoal.

Fomentar interações respeitosas: Estabelecer interações respeitosas e igualitárias no seio da comunidade universitária.

Exemplos:

IMT Atlantique (França): Atividades de formação e sensibilização para a mudança de comportamento.

Universidade de La Laguna (Espanha): Campanhas de informação anuais e sessões de sensibilização.

6. Desenvolvimento e reforço de políticas

Objetivos:

Elaborar políticas claras: Elaborar políticas e procedimentos específicos para prevenir e lidar com incidentes de assédio sexual.

Integração das políticas: Integrar estas políticas nas estruturas administrativas da universidade.

Exemplos:

UEFISCDI (Roménia): Desenvolvimento de políticas claras e procedimentos específicos.

Universidade Rey Juan Carlos (Espanha): Protocolo antiassédio em conformidade com o Código de Ética.

Os objetivos perseguidos pelas várias instituições na luta contra a violência sexual no ensino superior revelam uma abordagem holística que combina sensibilização, prevenção, apoio, criação de um ambiente seguro, mudança de comportamentos e desenvolvimento de políticas. Estes objetivos visam criar uma cultura de respeito e segurança, prestar apoio adequado às vítimas e reduzir a incidência da violência sexual nas universidades. As iniciativas implementadas por cada instituição estão adaptadas aos seus contextos específicos, mas partilham objetivos comuns para combater eficazmente este grave problema.

Barreiras e resistência à mudança

As dificuldades na implementação de medidas para prevenir a violência e o assédio sexual nas universidades europeias podem ser atribuídas a uma série de causas, que vão desde diferenças culturais e institucionais até variações nos quadros jurídicos e nos recursos disponíveis. Segue-se uma análise das principais causas destas disparidades:

Diferenças culturais e sociais

Valores e normas sociais:

As perceções e atitudes em relação ao assédio sexual e à violência baseada no género variam consideravelmente de país para país. Em alguns países, estes comportamentos podem ser minimizados ou normalizados, enquanto noutros são estritamente condenados.

O estigma associado à denúncia de incidentes pode ser mais forte em algumas culturas, dissuadindo as vítimas de se manifestarem.

Variações nos quadros jurídicos

Legislação nacional:

Cada país europeu tem as suas próprias leis e regulamentos relativos ao assédio sexual e à violência baseada no género. Estas leis podem variar em termos de definição, âmbito de aplicação e sanções.

Alguns países podem ter uma legislação mais progressista e abrangente, enquanto outros podem ter leis menos desenvolvidas ou menos rigorosas.

Recursos disponíveis

Financiamento e infraestruturas:

Os recursos financeiros e humanos disponíveis para programas de prevenção e apoio variam de universidade para universidade. As instituições com melhor financiamento podem oferecer serviços mais abrangentes e eficazes.

As universidades em países ou regiões com orçamentos limitados para a educação podem ter dificuldade em dedicar recursos suficientes a estas iniciativas.

Prioridades institucionais

Compromisso administrativo:

O nível de empenho das administrações universitárias no combate ao assédio sexual e à violência de género pode variar. Algumas instituições podem considerar estas questões uma prioridade, enquanto outras podem considerá-las secundárias em relação a outras questões.

A falta de políticas institucionais claras e de liderança pode levar a uma implementação desigual das medidas de prevenção.

Estruturas organizacionais

Complexidade organizacional:

A estrutura organizacional das universidades pode influenciar a implementação das políticas de prevenção. As instituições com estruturas hierárquicas complexas podem deparar-se com obstáculos à coordenação e comunicação eficazes.

As diferenças na governação universitária, tais como a autonomia institucional, também podem afetar a forma como as políticas são adotadas e implementadas.

Educação e sensibilização

Níveis de conhecimento e formação:

Os níveis de conhecimento e sensibilização sobre questões relacionadas com o assédio sexual e a violência baseada no género podem variar. As instituições que investem em programas de formação regulares para o pessoal e os estudantes estão mais bem preparadas para prevenir e gerir estes incidentes.

A falta de formação específica sobre estes temas pode levar a uma compreensão insuficiente e a uma implementação ineficaz das políticas de prevenção.

Influência das ONG e dos parceiros externos

Papel das Organizações Não Governamentais:

As ONG e outros parceiros externos desempenham um papel crucial na promoção da igualdade de género e na prevenção da violência baseada no género. O nível de colaboração entre as universidades e estas organizações pode variar, influenciando a qualidade e a eficácia das medidas implementadas.

Os países ou regiões com uma forte presença e apoio ativo por parte das ONG podem beneficiar de programas mais robustos e bem coordenados.

Conclusão

As disparidades na implementação de medidas para prevenir a violência e o assédio sexual nas universidades europeias resultam de um conjunto complexo de fatores culturais, jurídicos, financeiros, organizacionais e educativos. Para superar estas disparidades, é essencial promover a harmonização de práticas e políticas em toda a Europa, tendo simultaneamente em conta os contextos locais específicos. O compromisso contínuo a todos os níveis, desde a administração universitária até aos decisores políticos, é crucial para criar um ambiente académico seguro e inclusivo para todos.

Políticas nacionais de combate à violência sexual e de género

A violência sexual e baseada no género constitui um importante problema social, que exige respostas concertadas e diversificadas por parte dos governos. As políticas nacionais adotadas pelos países abaixo indicados testemunham estratégias diversificadas e rigorosas para combater estas formas de violência, cada uma adaptada aos contextos culturais e legislativos específicos dessas nações.

9.3.1 Áustria

As políticas nacionais da Áustria para combater a violência sexual e de género são multifacetadas e incluem tanto legislação específica como iniciativas de prevenção e apoio às vítimas. Segue-se uma visão geral das principais políticas e medidas em vigor:

Leis e regulamentos específicos:

Lei Austríaca da Igualdade de Tratamento (Bundes-Gleichbehandlungsgesetz - B-GlBG): Esta lei proíbe todas as formas de discriminação, incluindo a discriminação baseada no género. Define a violência sexual como uma forma de discriminação ilegal e prevê vias de recurso para as vítimas.

Lei Federal de Proteção contra a Violência (Gewaltschutzgesetz): Adotada em 1997, esta lei oferece proteção jurídica contra a violência doméstica e de género. Prevê ordens de afastamento e medidas de proteção temporárias para as vítimas de violência, bem como apoio psicossocial e jurídico gratuito através de centros especializados em todo o país.

Iniciativas e organizações especializadas:

Gabinetes de aconselhamento sobre sexualidade: Estes gabinetes são responsáveis pela educação sexual nas escolas austríacas desde 1970, em conformidade com o Regulamento Geral sobre Educação Sexual.

Seguem as diretrizes da OMS e da UNESCO e têm como objetivo promover uma atitude positiva em relação à sexualidade, ao respeito próprio e à compreensão das relações.

Acolhimentos para mulheres autónomas (AÖF): Estes acolhimentos oferecem apoio a mulheres vítimas de violência doméstica, incluindo apoio psicossocial e jurídico e alojamento seguro. Em 2023, a AÖF registou 41 tentativas de homicídio de mulheres e 27 homicídios de mulheres, 25 dos quais são considerados «feminicídios».

Campanhas de sensibilização e prevenção:

Campanhas universitárias: Iniciativas como a LUIS*A, em Graz, sensibilizam e previnem a violência sexual e de género nos campus universitários. Oferecem também apoio às vítimas e promovem ambientes de aprendizagem respeitosos.

Campanhas de prevenção da violação: Estas campanhas visam especificamente a prevenção da violação entre os jovens, centrando-se na educação, na sensibilização e na capacitação dos jovens.

Monitorização e estudos:

Estudos e estatísticas: Estudos realizados por organizações como a União dos Estudantes Austríacos (ÖH) mostram que a violência sexual e de género continua a ser frequente, particularmente em ambientes académicos. Estes estudos ajudam a identificar tendências e a orientar as políticas públicas.

A Áustria dispõe de um quadro jurídico robusto e de iniciativas ativas para prevenir e responder à violência sexual e de género. No entanto, subsistem desafios, nomeadamente em termos de sensibilização, prevenção e apoio contínuo às vítimas. Os esforços centram-se na proteção dos direitos individuais, na promoção da igualdade de tratamento e na eliminação de estereótipos e comportamentos discriminatórios.

9.3.2 Bélgica

As políticas nacionais de combate à violência sexual e de género na Bélgica estão bastante bem desenvolvidas e incluem várias leis, iniciativas e planos de ação específicos. Segue-se um resumo dos principais pontos a considerar:

Legislação reforçada:

Lei de 21 de março de 2022 que altera o Código Penal: esta lei introduziu alterações significativas no quadro legislativo em matéria de direitos penais de natureza sexual. Define claramente crimes como a violação, a violação da integridade sexual, o assédio sexual, etc.

A Lei de 21 de março de 2007 relativa à recolha de provas em casos de violência sexual estabelece as condições e os procedimentos para a recolha de provas forenses em casos de violência sexual.

Lei de 22 de maio, 2014 sobre o sexismo visa combater o assédio sexual no espaço público.

Plano de Ação Nacional (PAN) 2021-2025:

Adotado em novembro de 2021, este plano coordena os esforços das autoridades federadas e integra as recomendações da Convenção de Istambul.

Reforçar a assistência e o apoio às vítimas através dos Centros de Atendimento à Violência Sexual (CPVS), que oferecem cuidados médicos e psicológicos, bem como assistência policial.

Iniciativas específicas no ensino superior:

Circular n.º 8256: Tem como objetivo prevenir e combater o assédio e a violência sexuais nos estabelecimentos de ensino superior.

Sensibilização da Comitard-es: Projetos para sensibilizar os membros da Associação de Círculos Estudantis (ACE) para a violência de género e sexual.

Formação para Delegados Eco-Responsáveis: Formação específica para reduzir os riscos associados a comportamentos sexuais ou sexistas em festas estudantis.

Apoio às vítimas:

Várias organizações e linhas de apoio, como a SOS Viol, oferecem apoio essencial às vítimas e sensibilizam para o problema da violação.

Campanhas de sensibilização:

São realizadas regularmente campanhas para sensibilizar para a violência sexual e promover comportamentos respeitosos e responsáveis.

Formação profissional:

Desde 2020, é obrigatória a formação dos magistrados sobre violência sexual e doméstica, com o objetivo de reforçar a assistência judicial às vítimas.

Análises e desafios:

Apesar destas medidas, subsistem desafios importantes, tais como a baixa taxa de denúncias, a predominância de agressores conhecidos e as críticas à eficácia do atual quadro jurídico.

A Bélgica implementou um quadro jurídico sólido, iniciativas específicas no ensino superior, campanhas de sensibilização e apoio às vítimas para combater a violência sexual e de género. No entanto, continuam a ser necessárias melhorias para reforçar a proteção das vítimas, aumentar as taxas de denúncia e alterar as normas culturais e sociais que sustentam essa violência.

9.3.3 Espanha

A Espanha tem uma abordagem proativa e abrangente no combate à violência sexual e de género. Eis as principais políticas nacionais implementadas:

1. **Quadro legislativo**
    1. **Lei Orgânica n.º 1/2004**: Trata-se de uma lei pioneira em matéria de medidas de proteção abrangentes contra a violência de género. Abrange vários aspetos, tais como o direito das vítimas a assistência jurídica gratuita, medidas de proteção e disposições específicas para o tratamento da violência doméstica nos tribunais.
    2. **Lei da Liberdade Sexual (2021)**: Conhecida como a lei do «só sim é sim», esta legislação visa prevenir e combater a violência sexual. Baseia o consentimento sexual numa afirmação explícita e elimina qualquer ambiguidade na interpretação do consentimento em processos judiciais.
2. **Sistemas de apoio e proteção às vítimas**
    1. **Serviços de apoio integrados**: Espanha disponibiliza serviços que incluem centros de assistência jurídica, psicológica e social para vítimas de violência sexual e de género.
    2. **Redes de apoio às vítimas**: redes especializadas, como a Réseau d'Attention aux Femmes Victimes de Violence de Genre, disponibilizam abrigos, aconselhamento e apoio contínuo.
3. **Educação e prevenção**

1. **Programas educativos**: As iniciativas nas escolas e universidades visam educar os jovens sobre a igualdade de género, o respeito mútuo e o consentimento. Estes programas incluem também a formação de educadores para detetar e intervir em casos de violência baseada no género.
2. **Campanhas de sensibilização**: regulares e de grande impacto, estas campanhas visam mudar as atitudes da sociedade e sensibilizar o público para as questões relacionadas com a violência de género e a violência sexual.

3. **Formação profissional**
    1. **Formação específica**: Agentes das forças de segurança, profissionais de saúde e agentes judiciais recebem formação especializada para responder de forma adequada a casos de violência sexual e de género.
4. **Colaboração interinstitucional**
    1. **Coordenação entre instituições**: Espanha promove uma abordagem coordenada que envolve vários ministérios e organismos, incluindo a colaboração com ONG e

associações feministas, para garantir que as políticas e medidas sejam efetivamente implementadas.

5. Acompanhamento e avaliação

1. **Observatório da Violência de Género**: Este órgão é fundamental para monitorizar, avaliar e publicar relatórios periódicos sobre a eficácia das políticas e medidas contra a violência de género em Espanha.

Estes esforços refletem o compromisso de Espanha em combater a violência de género e sexual de forma holística, procurando proteger as vítimas e, ao mesmo tempo, trabalhar para mudar as normas culturais e institucionais que permitem que essa violência persista.

9.3.4 França

Em França, as políticas nacionais de combate à violência sexual e de género foram concebidas para dar resposta aos complexos desafios da sociedade moderna e têm como objetivo prevenir essa violência, proteger as vítimas e levar os autores à justiça. Segue-se uma visão geral das principais políticas nacionais neste domínio:

Leis específicas contra a violência sexual:

Lei de 6 de agosto de 2012 sobre o assédio sexual: esta lei define claramente o assédio sexual, estabelece as sanções associadas e os procedimentos para a denúncia e tratamento desses casos. É complementada pela circular de 7 de agosto de 2012, que especifica os comportamentos considerados assédio sexual.

Lei de 3 de agosto de 2018 que reforça a luta contra a violência sexual e baseada no género: esta lei alargou as definições de violência sexual, introduziu novos crimes e reforçou as penas para os agressores. Melhora também os mecanismos de denúncia, protege as vítimas e prevê sanções específicas para certas formas de violência.

Lei de 4 de agosto de 2014 para a igualdade efetiva entre mulheres e homens: embora centrada na igualdade de género, esta lei aborda também a luta contra a violência e a discriminação baseadas no género, reforçando o quadro legislativo geral.

Código Penal (artigos 222-33 e seguintes) e Código do Trabalho (artigos L1153-1 a L1153-6): Estes códigos estabelecem as bases jurídicas para definir, prevenir e punir o assédio sexual nos contextos penal e profissional.

Sistemas institucionais:

Missões para a Igualdade entre Mulheres e Homens no Ensino Superior: Obrigatórias desde 2013, estas missões desempenham um papel fundamental na sensibilização e na implementação de medidas contra o assédio sexual em instituições de ensino superior.

Unidades universitárias de acolhimento e prevenção: criadas para apoiar as vítimas e promover um ambiente de aprendizagem seguro e respeitoso.

Campanhas de prevenção:

Campanhas universitárias e escolares: Estas campanhas visam sensibilizar para comportamentos inadequados na comunidade estudantil e escolar, fornecer informações sobre mecanismos de denúncia e promover um ambiente de respeito.

Campanhas específicas de prevenção de violação: Estas dirigem-se especialmente aos jovens, incluindo estudantes, para lhes fornecer as informações necessárias sobre o consentimento e a prevenção da agressão sexual.

Educação sexual:

Artigo L. 312-16 do Código da Educação francês: a educação sexual é obrigatória nas escolas francesas. Tem como objetivo prevenir a violência sexista e sexual, proporcionando aos jovens os conhecimentos e as competências de que necessitam para se protegerem e respeitarem os outros.

Inquéritos e dados:

Barómetro 2023 do Observatório Estudantil das Violências Sexistas e Sexuais: Esta ferramenta fornece dados sobre a prevalência da violência no ensino superior, ajudando a adaptar as políticas de prevenção.

Estas políticas nacionais demonstram o empenho da França no combate à violência de género e sexual através de uma combinação de quadros legislativos, disposições institucionais, campanhas de prevenção e educação sexual. Apesar destas medidas, subsistem desafios, nomeadamente em termos de sensibilização, denúncia e apoio às vítimas, o que exige uma vigilância contínua e melhorias constantes na implementação destas políticas.

9.3.5 Grécia

A luta contra a violência sexual e de género na Grécia centra-se em várias áreas principais, incluindo medidas legislativas, educativas e de apoio às vítimas. Segue-se uma visão geral das políticas nacionais em vigor:

1. A Grécia aprovou várias leis para reforçar a proteção contra a violência sexual e de género, em conformidade com as normas internacionais e europeias:
2. **Lei de Proteção das Vítimas de Violência Doméstica**: esta legislação oferece maior proteção às vítimas, incluindo o acesso a ordens de proteção e apoio jurídico.
3. **Adesão à Convenção de Istambul**: a Grécia é signatária da Convenção do Conselho da Europa sobre a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica

, que compromete o país a tomar medidas preventivas e a oferecer serviços de apoio às vítimas.

4. **Centros de apoio às vítimas**: A Grécia criou centros de apoio que oferecem aconselhamento e apoio jurídico e psicológico às vítimas de violência sexual e de género.
5. **Linhas de apoio**: Estão disponíveis linhas telefónicas específicas para prestar assistência imediata às vítimas, encaminhando-as para os recursos adequados e ajudando-as nos procedimentos administrativos e jurídicos.
6. **Educação e sensibilização**: São implementados programas de sensibilização em escolas, universidades e através de campanhas públicas para educar a população sobre os direitos individuais, a prevenção da violência e os meios de proteção disponíveis.
7. **Formação profissional**: A polícia, os profissionais de saúde e os assistentes sociais recebem formação específica para lidar com casos de violência sexual e de género de forma eficaz e sensível.
8. **Colaboração interinstitucional**: É incentivada uma estreita colaboração entre a polícia, o poder judicial, os serviços de saúde e as organizações não governamentais, a fim de garantir uma resposta coordenada e eficaz aos casos de violência sexual e de género.
9. **Acompanhamento das políticas**: Estão em vigor mecanismos de acompanhamento e avaliação para garantir a eficácia das políticas e práticas adotadas, permitindo que sejam feitos ajustes com base em dados concretos e feedback.

Estas políticas estão em constante evolução para melhor responder às necessidades das vítimas e para se adaptarem aos novos desafios no domínio da violência sexual e de género. A Grécia continua a trabalhar no sentido de reforçar as suas capacidades institucionais e comunitárias nesta área crucial.

9.3.6 Itália

Na Itália, as políticas nacionais de combate à violência sexual e de género consistem num quadro legislativo robusto, em medidas de prevenção, no apoio às vítimas e na colaboração com organizações de defesa dos direitos das mulheres. Segue-se uma visão geral detalhada das principais iniciativas e leis em vigor:

Um quadro legislativo mais robusto

Lei n.º 66/1996: Esta lei foi uma das primeiras a abordar explicitamente a violência sexual em Itália. Estabelece sanções severas para os autores de tais atos e simplifica o quadro jurídico relativo aos crimes sexuais.

Decreto-Lei n.º 93/2013 (Lei n.º 119/2013): Conhecida como a «Lei do Feminicídio», esta legislação reforça as medidas de proteção às vítimas de violência doméstica e de género. Em particular, introduz o conceito de «perseguição».

Lei n.º 69/2019 (Code Rouge): Esta lei introduz procedimentos acelerados para casos de violência doméstica e de género. Alarga a definição de violência de género para incluir atos como a «pornografia de vingança» (divulgação não consensual de imagens íntimas).

Sensibilização e Prevenção

Programas educativos e campanhas de sensibilização: São organizadas campanhas nacionais e locais para sensibilizar o público para a violência de género. Estas incluem programas educativos em escolas e universidades, destinados a prevenir comportamentos violentos e a promover a igualdade de género.

Formação de profissionais: Os profissionais da saúde, da educação e da justiça recebem formação específica para melhor identificar e prestar apoio às vítimas de violência sexual e de género.

Apoio às vítimas

Acolhimentos e linhas de apoio: Estão disponíveis acolhimentos para vítimas de violência em toda a Itália. As linhas de apoio oferecem apoio imediato e anónimo.

Plataforma digital de denúncia: Uma plataforma que permite às vítimas comunicar incidentes online e falar com agentes da polícia ou gendarmes com formação na luta contra a violência sexual e doméstica.

Iniciativas específicas para o ensino superior

Observatório Estudantil das Violências Sexuais e Sexistas: Este observatório investiga, sensibiliza e toma medidas contra a violência sexual e de género nos estabelecimentos de ensino superior.

Plano de ação plurianual 2021-2025: Este plano visa prevenir e combater a violência de género e sexual no ensino superior e na investigação. Inclui medidas específicas para melhorar a segurança e o apoio aos estudantes.

Colaboração com organizações de mulheres

Parcerias com ONG e grupos de defesa dos direitos das mulheres: O governo trabalha em estreita colaboração com várias organizações para prevenir a violência de género e apoiar as vítimas. Estas parcerias permitem a criação de programas comunitários e iniciativas de sensibilização.

Políticas de apoio e reabilitação

Apoio psicológico e jurídico: As vítimas de violência sexual e de género têm acesso a apoio psicológico e jurídico gratuito para as ajudar a superar o trauma e a orientar-se no sistema jurídico.

Medidas de proteção: Estão disponíveis medidas de proteção, tais como ordens de afastamento e abrigos seguros, para proteger as vítimas dos seus agressores.

As políticas nacionais da Itália para combater a violência sexual e de género são integradas e diversificadas, com o objetivo de oferecer proteção abrangente às vítimas, prevenir a violência através da educação e da sensibilização e punir severamente os agressores. Estas iniciativas demonstram o compromisso da Itália em erradicar a violência de género e promover a igualdade e a segurança para todos os seus cidadãos.

9.3.7 Portugal

Em Portugal, a luta contra a violência sexual e de género é uma questão fundamental que assenta numa combinação de leis, políticas públicas e iniciativas de sensibilização. Segue-se uma visão geral das principais políticas e medidas em vigor:

1. **Quadro legislativo e regulamentar**
    1. **Lei contra a violência doméstica**: reforçada ao longo dos anos, esta lei visa proteger as vítimas e punir os autores de violência doméstica, incluindo a violência sexual e de género. Inclui medidas como ordens de proteção e a obrigação de as forças de segurança intervirem imediatamente em caso de ameaça.
    2. **Leis** contra **o assédio**: Portugal também legislou contra o assédio sexual, tanto na esfera privada como na profissional, impondo sanções severas aos infratores.
2. **Sistemas de apoio e proteção às vítimas**
    1. **Rede nacional de apoio às vítimas**: Esta inclui centros de apoio que oferecem assistência jurídica, psicológica e social às vítimas de violência baseada no género.
    2. **Linhas de apoio**: Estão disponíveis linhas telefónicas gratuitas 24 horas por dia para vítimas de violência doméstica e sexual, oferecendo apoio imediato e encaminhamento para os serviços adequados.
3. **Educação e prevenção**
    1. **Educação para a igualdade de género**: os programas educativos estão integrados no sistema escolar desde a mais tenra idade, com o objetivo de promover a igualdade de género e o respeito mútuo.

2. **Campanhas de sensibilização pública**: O governo e as ONG lançam regularmente campanhas para sensibilizar o público para a violência sexual e de género, incentivar as testemunhas a denunciar os casos e desestigmatizar a procura de ajuda por parte das vítimas.

4. Formação profissional

1. **Formação para profissionais das forças de segurança e da saúde**: estes grupos recebem formação específica para identificar os sinais de violência baseada no género e para oferecer uma resposta adequada e sensível às necessidades das vítimas.
2. **Parcerias com ONG**: O governo trabalha em estreita colaboração com organizações não governamentais e associações de mulheres para desenvolver políticas e práticas mais eficazes.
3. **Cooperação internacional**: Portugal participa em iniciativas e programas europeus e internacionais para reforçar as medidas contra a violência de género.
4. **Observatórios da violência**: Existem instituições dedicadas ao acompanhamento de casos de violência doméstica e de género, com o objetivo de avaliar a eficácia das políticas e ajustar as abordagens de acordo com os resultados obtidos e com novos estudos.

Estas medidas refletem o compromisso contínuo de Portugal com a criação de uma sociedade mais segura e igualitária, com ênfase na prevenção, no apoio às vítimas e na responsabilização dos agressores.

9.3.8 Roménia

Na Roménia, a luta contra a violência sexual e de género tem vindo a ganhar importância nos últimos anos, com a adoção de nova legislação e políticas, bem como com o reforço das medidas existentes. Seguem-se as principais iniciativas e políticas nacionais em vigor:

1. **Legislação sobre violência doméstica**: a Roménia adotou leis específicas para combater a violência doméstica, incluindo a violência baseada no género. Estas leis prevêem medidas de proteção imediatas para as vítimas, tais como ordens de proteção de emergência e proibições de contacto com as vítimas.
2. **Leis sobre assédio sexual**: O Código Penal da Roménia inclui disposições específicas que criminalizam o assédio sexual, proporcionando um quadro jurídico para proteger as vítimas e processar os agressores.
3. **Centros de apoio às vítimas**: Centros especializados oferecem apoio jurídico, psicológico e médico às vítimas de violência sexual e de género. Estes centros trabalham frequentemente em colaboração com ONG locais.
4. **Linhas de apoio**: A Roménia disponibiliza linhas de apoio que prestam assistência e aconselhamento às vítimas de violência.

5. **Programas educativos nas escolas**: São integrados programas no currículo escolar para sensibilizar os jovens para a igualdade de género, o respeito mútuo e as consequências da violência sexual e de género.
6. **Campanhas de sensibilização**: O governo e as ONG organizam regularmente campanhas para sensibilizar o público para estas questões, incentivar a denúncia de casos de violência e reduzir a estigmatização das vítimas.
7. **Formação específica para a polícia e o pessoal judicial**: É ministrada formação para ajudar estes profissionais a compreender melhor e a lidar com casos de violência sexual e de género, enfatizando a necessidade de uma abordagem sensível e respeitosa para com as vítimas.
8. **Cooperação interinstitucional**: Os ministérios, as autoridades locais, os serviços policiais, os sistemas de saúde e as ONG trabalham em conjunto para dar uma resposta coordenada aos casos de violência sexual e de género.
9. **Participação em iniciativas internacionais**: A Roménia participa em projetos e programas europeus e internacionais destinados a melhorar as políticas e práticas na luta contra a violência de género.
10. **Observatório Nacional sobre a Violência de Género**: Esta instituição é responsável por monitorizar os casos de violência, avaliar a eficácia das políticas implementadas e propor melhorias com base nos dados recolhidos.

Estas políticas são essenciais para que possamos avançar rumo a uma sociedade onde a violência sexual e de género seja efetivamente combatida e onde as vítimas recebam o apoio de que necessitam para superar as consequências destes atos. A Roménia continua a trabalhar no aperfeiçoamento das suas estruturas e políticas para melhor proteger os seus cidadãos.

9.3.9 Suécia

As políticas nacionais de combate à violência sexual e de género na Suécia são sólidas e multifacetadas, abrangendo investimento financeiro, reformas legislativas, programas educativos e iniciativas específicas para proteger grupos vulneráveis. Segue-se uma visão geral das principais medidas e políticas:

Investimentos e iniciativas financeiras

600 milhões de coroas suecas investidas: O governo sueco atribuiu mais de 600 milhões de coroas suecas em 2024 para reforçar os esforços de combate à violência doméstica e à violência relacionada com a honra. Estes fundos destinam-se a uma variedade de iniciativas, incluindo apoio às vítimas, prevenção e melhoria das instalações de acolhimento para vítimas de violência.

Maior proteção para crianças e jovens

Proteção e apoio às crianças expostas à violência: As iniciativas incluem a prevenção da violência nas escolas, a melhoria do conhecimento sobre a exposição das crianças à violência e a prevenção da exploração sexual de jovens LGBTI. Estas medidas visam proporcionar uma proteção holística às crianças e aos jovens.

Melhoria dos centros de acolhimento e apoio coordenado

Qualidade dos centros de acolhimento: Estão a ser envidados esforços para melhorar a qualidade dos centros de acolhimento, em particular para crianças, vítimas de violência com deficiência e pessoas em situações de violência relacionada com a honra. É também prestado apoio coordenado para ajudar as vítimas a interagir com as autoridades e a receber ajuda prática.

Políticas para a igualdade económica

Análise das condições económicas: O governo está a analisar as condições económicas das jovens mulheres e dos jovens homens para promover a igualdade no mercado imobiliário, como parte da abordagem global à igualdade de género.

Legislação e jurisprudência

Legislação sobre crimes sexuais: Desde 1 de julho de 2018, a legislação sueca em matéria de crimes sexuais baseia-se no princípio de que todas as relações sexuais devem ser voluntárias. O capítulo 6 do Código Penal sueco regula os crimes sexuais, prevendo penas severas para a violação e outros crimes sexuais.

Iniciativas no ensino superior

Projeto GenderSAFE: Este projeto, financiado pela Comissão Europeia, visa combater a violência baseada no género no ambiente académico. Desenvolve métodos para criar ambientes seguros e inclusivos na investigação e no ensino superior.

Conhecimentos obrigatórios sobre violência: Desde 2018, os programas de licenciatura de determinadas profissões (tais como médicos, advogados e assistentes sociais) incluem conhecimentos obrigatórios sobre a violência dos homens contra as mulheres e a violência doméstica, em conformidade com a Convenção de Istambul.

Prevenção e sensibilização

Campanhas para prevenir a violência sexual nas universidades: Estão em vigor várias iniciativas, tais como guias temáticos e linhas de apoio, para prevenir a violência sexual e apoiar as vítimas nas universidades.

Campanhas dirigidas aos jovens: campanhas como «O ciúme não é romântico» sensibilizam para a violência nas relações, envolvendo tanto os próprios jovens como os adultos que fazem parte das suas vidas.

Educação sexual

Programas escolares: A educação sexual é obrigatória na Suécia, abrangendo temas como saúde sexual, consentimento e relações. Os programas são concebidos para serem inclusivos e para irem além das normas heteronormativas, reconhecendo a diversidade das sexualidades.

Formação de professores: Os professores recebem formação para abordar questões relacionadas com a sexualidade e as relações de forma inclusiva e respeitosa, de modo a garantir uma educação sexual de qualidade para todos os alunos.

Combate ao assédio

Assédio online e offline: O governo sueco e várias organizações estão a trabalhar ativamente para prevenir o assédio online e offline. Existem leis específicas, campanhas de sensibilização e iniciativas educativas para combater o cyberstalking e o assédio sexual.

A Suécia adota uma abordagem abrangente e sistemática no combate à violência sexual e de género, envolvendo reformas legislativas, investimento financeiro, programas educativos e campanhas de sensibilização para criar uma sociedade mais segura e igualitária.

A luta contra a violência sexual e de género é uma prioridade fundamental para os governos de muitos países, ilustrando um compromisso coletivo com a erradicação destas violações dos direitos humanos fundamentais. As políticas nacionais na Áustria, França, Bélgica, Itália, Suécia, Portugal, Grécia e Espanha demonstram uma abordagem multifacetada, combinando quadros legislativos rigorosos, medidas de proteção e apoio às vítimas e iniciativas de sensibilização e educação.

Estes países adotaram leis rigorosas e agravaram as penas para os autores de atos de violência, reforçando simultaneamente os sistemas de proteção e apoio às vítimas. A ênfase colocada na formação de profissionais da saúde, da justiça e da educação garante um melhor reconhecimento e acompanhamento das vítimas. Além disso, as campanhas de sensibilização e os programas educativos visam mudar mentalidades e promover uma cultura de respeito e igualdade.

A importância da cooperação entre governos, organizações não governamentais e a sociedade civil é essencial para uma abordagem integrada e eficaz. Iniciativas específicas, tais como plataformas de denúncia online, centros de apoio às vítimas de violência sexual e observatórios especializados, ilustram a inovação e a adaptabilidade das estratégias nacionais face a estes desafios.

É imperativo manter e intensificar estas ações para alcançar uma verdadeira mudança social e garantir a segurança e o bem-estar de todos.

Melhores práticas e orientações para ações de prevenção, apoio e resiliência.

Tipologia de boas práticas na área da violência e do assédio sexual em instituições de ensino superior.

A prevenção da violência sexual no ensino superior baseia-se em estratégias de prevenção primária destinadas a reduzir a incidência de comportamentos violentos antes que estes ocorram. Estas estratégias são geralmente agrupadas em três abordagens principais: prevenção da vitimização, prevenção da prática de violência e a abordagem do «testemunho ativo» ou do «espectador». Cada abordagem visa diferentes aspetos da dinâmica da violência sexual, mas todas têm como objetivo criar um ambiente universitário seguro e respeitoso.

Prevenção da vitimização

A prevenção da vitimização centra-se nas potenciais vítimas de violência sexual, frequentemente estudantes do sexo feminino. Esta abordagem inclui programas educativos e formação em autodefesa para reduzir o risco de vitimização.

1. **Programas educativos**: Estes programas visam informar os estudantes sobre os riscos da violência sexual, desconstruir estereótipos e mitos sobre a violação e promover estratégias de redução de risco. As sessões podem incluir discussões sobre o consentimento, o reconhecimento de situações potencialmente perigosas e como reagir a uma agressão.
2. **Formação em autodefesa**: Estes cursos combinam técnicas físicas e competências psicológicas para ajudar os participantes a defenderem-se em caso de agressão. Os programas de autodefesa ensinam não só técnicas de defesa física, mas também como expressar firmemente a recusa e reforçar a autoconfiança.
3. **Mudança das normas sociais**: Para além de reduzirem diretamente o risco de violência, estes programas procuram alterar as normas sociais em torno da agressão sexual. Ao sensibilizar os estudantes para as desigualdades de género e ao capacitá-los, os programas visam criar uma mudança cultural mais ampla.

Embora alguns críticos argumentem que estes programas podem ser interpretados como uma forma de culpar as vítimas, são, ainda assim, essenciais para dotar os estudantes das ferramentas necessárias para se protegerem e lidarem com ambientes potencialmente perigosos.

Prevenir a prática da violência

A prevenção da prática da violência centra-se nos potenciais agressores, que são frequentemente homens. Esta abordagem procura mudar as atitudes e os comportamentos que conduzem à violência sexual.

1. **Envolver os homens**: Os programas de prevenção dirigem-se aos homens para os envolver na luta contra a violência sexual. Pretendem alterar as perceções erradas das normas sociais e os estereótipos de masculinidade que podem incentivar a violência sexual.
2. **Educação sobre o consentimento**: Estes programas incluem lições sobre a noção de consentimento, a comunicação nas relações sexuais e a gestão da raiva. Procuram esclarecer o que é o consentimento informado e contínuo e incentivar um comportamento respeitoso.
3. **Mudança das normas sociais**: Os programas baseados nas normas sociais procuram corrigir perceções erradas sobre as atitudes e comportamentos dos seus pares. O seu objetivo é mostrar que a maioria dos homens desaprova a violência sexual, reduzindo assim a tolerância percebida em relação a esse tipo de comportamento.
4. **Workshops e formação interativa**: As intervenções podem incluir workshops interativos, formação online e campanhas de marketing social. Estas ferramentas educativas são concebidas para serem envolventes e relevantes, de modo a maximizar o seu impacto nas atitudes e comportamentos dos participantes.

A abordagem do «testemunho ativo»

A abordagem do «testemunho ativo» envolve qualquer pessoa que tenha testemunhado uma agressão sexual ou os seus sinais de alerta. Este método incentiva os indivíduos a intervir para prevenir ou impedir uma situação potencialmente violenta.

1. **Educação e sensibilização**: Os programas para testemunhas sensibilizam os participantes sobre a prevalência da violência sexual, os sinais de alerta de situações de risco e como intervir com segurança. Têm como objetivo aumentar a sensibilização das testemunhas e a sua disposição para agir.
2. **Desenvolvimento** de **competências de intervenção**: Os participantes aprendem técnicas concretas de intervenção, seja distraindo o agressor, ajudando diretamente a vítima ou pedindo ajuda. Estas competências são frequentemente ensinadas através de dramatizações e cenários interativos.
3. **Promoção da responsabilidade coletiva**: A abordagem «Bystander» baseia-se na ideia de que todos têm um papel a desempenhar na garantia da segurança da comunidade. Ao promover a responsabilidade coletiva, estes programas procuram criar uma cultura em que o comportamento violento seja imediatamente identificado e contestado pelos pares.
4. **Impacto mensurável**: Estudos demonstram que os programas «Bystander» podem aumentar o conhecimento sobre a violência sexual, reduzir a adesão aos mitos sobre a violação e aumentar os comportamentos de intervenção. Os participantes estão mais propensos a denunciar comportamentos suspeitos e a intervir para ajudar as vítimas.

Quais são os critérios para maximizar a eficácia de uma boa prática?

Nation et al. realizaram uma revisão aprofundada dos programas de prevenção primária para jovens e identificaram nove características sistematicamente associadas a programas de prevenção eficazes. Estes critérios fornecem um quadro de referência para avaliar e melhorar os programas de prevenção da violência sexual nas universidades. Os critérios detalhados são os seguintes:

1. **Abrangente**: Um programa eficaz deve adotar uma abordagem holística, combinando diferentes estratégias e intervindo a vários níveis (individual, relacional, comunitário e social). Por exemplo, um programa pode incluir workshops educativos, campanhas de sensibilização e adaptações ao ambiente físico para aumentar a segurança.
2. **Métodos variados**: É importante incluir uma variedade de métodos de ensino para envolver os participantes. Isto pode incluir discussões interativas, dramatizações, vídeos educativos e atividades práticas. Uma abordagem multimodal ajuda a manter o interesse dos participantes e a reforçar as mensagens-chave.
3. **Intensidade e duração suficientes**: Os programas devem ser suficientemente longos e intensos para terem um impacto duradouro. Sessões regulares e repetidas são mais eficazes do que uma única intervenção. A duração e a frequência das intervenções devem ser adequadas para permitir uma integração genuína de conhecimentos e competências.
4. **Baseados em teorias reconhecidas**: Os programas devem basear-se em teorias comportamentais e sociais comprovadas, tais como a teoria da aprendizagem social ou a teoria das normas sociais. Estes fundamentos teóricos proporcionam um quadro sólido para compreender e influenciar o comportamento.
5. **Oportunidades para relações positivas**: Os programas devem oferecer oportunidades para desenvolver relações positivas entre participantes e formadores. A interação social e o apoio mútuo podem reforçar a aprendizagem e a aplicação das competências adquiridas.
6. **Momentos adequados**: As intervenções devem ser agendadas em momentos relevantes na vida dos participantes. Por exemplo, sessões de orientação para novos estudantes ou workshops durante períodos de elevada atividade social no campus podem revelar-se particularmente eficazes.
7. **Relevância sociocultural**: Os programas devem respeitar e integrar as crenças, os valores e as normas culturais dos participantes. Isto significa adaptar os conteúdos e os métodos aos contextos culturais específicos das diferentes populações de estudantes.
8. **Avaliados e baseados em resultados**: Os programas devem incluir mecanismos de avaliação para medir a sua eficácia. A utilização de dados e resultados para aperfeiçoar e melhorar as intervenções é essencial para garantir o seu sucesso a longo prazo.

9. **Pessoal bem formado**: Os formadores devem ser qualificados e bem formados para ministrar os programas. A qualidade do ensino e a capacidade dos formadores para envolver os participantes são cruciais para o sucesso do programa.

Newlands e O'Donohue publicaram, em 2016, uma revisão crítica da literatura sobre a prevenção da violência sexual, apresentando recomendações específicas para os administradores universitários. Esta revisão centra-se em programas implementados em campus universitários americanos e oferece perspetivas valiosas, embora algumas recomendações exijam adaptação ao contexto francês ou a outros países. As principais recomendações incluem:

1. **Programas separados por sexo**: Newlands recomenda a utilização de programas de prevenção separados por sexo, dirigidos especificamente a homens e mulheres de forma distinta. As intervenções destinadas aos homens devem centrar-se na prevenção da perpetração, enquanto as destinadas às mulheres devem incluir elementos de prevenção da vitimização e de autodefesa.
2. **Abordar o consumo de álcool**: Deve ser dada especial atenção à relação entre o consumo de álcool e a violência sexual. Os programas devem incluir componentes destinados a reduzir o consumo excessivo de álcool e a sensibilizar os estudantes para o risco acrescido de agressão sexual associado ao álcool.
3. **Educação sobre o consentimento**: Os programas de prevenção para homens devem dar grande ênfase à educação sobre o consentimento. Isto inclui discussões sobre o significado do consentimento, como obter um consentimento claro e entusiástico e por que razão é crucial respeitar os limites uns dos outros.
4. **Autodefesa para mulheres**: Os programas destinados às mulheres devem incluir elementos de autodefesa para lhes proporcionar as competências necessárias para se protegerem em caso de agressão. Isto pode incluir técnicas físicas, bem como estratégias para reforçar a autoconfiança e a capacidade de dizer «não» com firmeza.
5. **Contexto sociocultural**: As diferenças culturais entre os campus americanos e os de outros países, como a França, devem ser tidas em conta. Os programas devem ser adaptados para responder às especificidades culturais e sociais de cada contexto universitário.
6. **Avaliação contínua**: Tal como nos critérios de Nation et al., Newlands salienta a importância da avaliação contínua da eficácia dos programas. Os dados recolhidos devem ser utilizados para aperfeiçoar e adaptar as intervenções, garantindo que estas se mantêm relevantes e eficazes.

Ao combinar os critérios de Nation et al. com as recomendações de Newlands, as universidades podem desenvolver e implementar programas de prevenção da violência sexual que sejam abrangentes, personalizados e eficazes. Estas abordagens, baseadas em evidências e teorias sólidas, podem ajudar a criar

, onde todos os estudantes possam aprender e desenvolver-se sem a ameaça da violência sexual.

Melhores práticas na luta contra a violência sexual no ensino superior recolhidas pelos parceiros.

Estas melhores práticas distinguem-se pela sua abordagem holística e pela sua capacidade de combinar sensibilização, prevenção, apoio e avaliação contínua. Implementam ações estruturadas e envolvem ativamente a comunidade universitária, tornando-as particularmente eficazes na luta contra a violência sexual no ensino superior.

Segue-se um resumo das melhores práticas identificadas nos estudos de caso, com uma explicação do que as torna exemplos de boas práticas.

1. LUIS*A on Campus (Universidade de Graz, Áustria)

Resumo do projeto: O LUIS*A on Campus é uma iniciativa destinada a combater o assédio sexual na Universidade de Graz. O programa inclui pontos de apoio espalhados pelo campus, onde as vítimas podem obter apoio imediato e ser encaminhadas para serviços de aconselhamento externos, como o Centro de Aconselhamento TARA.

Por que é uma boa prática:

1. **Acessibilidade**: Os pontos de apoio são facilmente acessíveis no campus, oferecendo apoio imediato às vítimas.
2. **Colaboração**: A parceria com serviços externos especializados melhora a qualidade do apoio prestado.
3. **Sensibilização**: A visibilidade dos pontos de apoio contribui para sensibilizar a comunidade universitária.

2. 100% Respeito (Universidade de Mons, Bélgica)

Resumo do projeto: O programa «100% Respeito» da Universidade de Mons visa sensibilizar para comportamentos inaceitáveis e incentivar a denúncia de incidentes. Inclui campanhas de comunicação e formação para o pessoal e os estudantes.

Por que é uma boa prática:

1. **Abrangente**: Abrange a sensibilização, a formação e a denúncia.
2. **Envolvimento da comunidade**: Envolve ativamente estudantes e pessoal, reforçando uma cultura de respeito.
3. **Visibilidade**: As campanhas de comunicação dão maior visibilidade aos esforços de prevenção.

3. Cellule de vigilância e apoio (Sciences Po Bordeaux, França)

Resumo da ação: A Sciences Po Bordeaux criou uma unidade de monitorização e apoio às vítimas de assédio sexual, com uma plataforma de denúncia online e um grupo de trabalho dedicado à violência sexual e de género (SGBV).

Por que razão se trata de uma boa prática:

1. **Apoio centralizado**: Um único ponto de contacto para as vítimas.
2. **Anonimato e confidencialidade**: A plataforma de denúncia online permite que as vítimas denunciem incidentes de forma anónima.
3. **Ação coletiva**: O grupo de trabalho inclui membros da administração e estudantes, promovendo uma abordagem colaborativa.

4. Serviço Universitário contra a Violência de Género (Universidade de Bolonha, Itália)

Resumo da ação: A Universidade de Bolonha criou um serviço dedicado ao combate à violência de género, que oferece entrevistas individuais, uma linha de apoio telefónica e procedimentos de emergência para proteger as vítimas.

Por que razão se trata de uma boa prática:

1. **Apoio multidimensional**: Combina apoio psicológico, uma linha de apoio telefónica e proteção imediata.
2. **Capacidade de resposta**: Os procedimentos de emergência garantem uma resposta rápida aos incidentes.
3. **Apoio jurídico**: Oferece aconselhamento jurídico às vítimas, o que é crucial para a sua proteção e recuperação.

5. Plano de ação para a igualdade de género (Universidade Autónoma de Barcelona, Espanha)

Resumo da ação: A Universidade Autónoma de Barcelona criou um plano de ação para a igualdade de género, gerido pelo Observatório para a Igualdade. O plano inclui pontos de informação, campanhas de sensibilização e formação regular para o pessoal e os estudantes.

Por que razão se trata de uma boa prática:

1. **Estrutura sólida**: O plano está bem estruturado e abrange vários aspetos da igualdade de género.
2. **Pontos de informação**: Os pontos de informação «Lila» tornam os recursos acessíveis a todos os membros da comunidade universitária.
3. **Compromisso contínuo**: As campanhas e os cursos de formação são realizados regularmente, garantindo uma sensibilização contínua.

6. Procedimento institucional de gestão de incidentes (Universidade de Bucareste, Roménia)

Resumo da ação: A Universidade de Bucareste estabeleceu um procedimento institucional para a gestão de incidentes de assédio sexual, com um Gabinete para a Inclusão, Igualdade e Oportunidades que oferece serviços de assistência social e organiza campanhas de sensibilização.

Por que razão se trata de uma boa prática:

1. **Mecanismo claro**: O procedimento de gestão de incidentes está bem definido e é transparente.
2. **Assistência social**: O gabinete oferece uma vasta gama de serviços de assistência social, apoiando os estudantes de diversas formas.
3. **Sensibilização ativa**: As campanhas regulares aumentam a compreensão e o reconhecimento dos incidentes de assédio sexual.

7. Projeto UNISEXO (Portugal)

Resumo do projeto: O Projeto UNISEXO, coordenado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), visa prevenir a violência sexual nas universidades portuguesas através de campanhas de sensibilização, formação e grupos de discussão.

Por que razão é uma boa prática:

1. **Abordagem abrangente**: Combina sensibilização, educação e apoio.
2. **Participação dos estudantes**: Os grupos de discussão incentivam o envolvimento ativo dos estudantes.
3. **Desenvolvimento de políticas**: Influencia o desenvolvimento de políticas universitárias para a prevenção da violência sexual.

Resumo dos métodos de avaliação

As modalidades de avaliação utilizadas pelas universidades nas suas iniciativas de combate à violência sexual combinam métodos quantitativos e qualitativos para oferecer uma visão abrangente da eficácia dos programas. A avaliação dos conhecimentos, o feedback dos participantes, as observações no terreno, a análise de indicadores de desempenho e os sistemas de feedback contínuo são essenciais para garantir que as iniciativas não só sejam implementadas de forma eficaz, mas também melhoradas continuamente, em consonância com as necessidades e o feedback da comunidade universitária. Estas abordagens holísticas garantem que as ações se mantenham relevantes e tenham impacto na luta contra a violência sexual no ensino superior.

Os métodos utilizados para avaliar as ações implementadas pelas universidades no combate à violência sexual são cruciais para medir a sua eficácia e identificar áreas que necessitam de melhorias. Segue-se um resumo dos diferentes métodos de avaliação utilizados, com base nos estudos de caso analisados:

1. Avaliação de conhecimentos

Objetivo:

Verificar a compreensão dos conceitos relacionados com a violência de género e a violência sexual entre os participantes na formação.

Exemplos:

1. **Universidade de Rouen (França)**: Testes e questionários integrados nas sessões de formação.
2. **Universidade de Bolonha (Itália)**: Testes e questionários para avaliar a compreensão dos participantes.

Por que funciona:

1. **Medição do impacto**: quantifica a aprendizagem e a retenção de informação.
2. **Feedback imediato**: Proporciona aos formadores feedback direto sobre a eficácia da formação.

2. Feedback dos participantes

Objetivo:

Recolher impressões e comentários dos participantes para ajustar e melhorar os programas.

Exemplos:

1. **Universidade de Bucareste (Roménia)**: Recolha de feedback dos estudantes e do pessoal.
2. **Universidade de Lisboa (Portugal)**: Feedback dos participantes sobre a utilidade e a relevância da formação e das campanhas de sensibilização.

Por que funciona:

1. **Melhoria contínua**: Ajuda a identificar pontos fortes e áreas a melhorar.
2. **Envolvimento dos participantes**: Incentiva a participação ativa e a sensação de serem ouvidos.

3. Observações no terreno Objetivo:

Monitorizar as mudanças no comportamento dos estudantes e do pessoal após a participação em formações e workshops.

Exemplos:

1. **IMT Atlantique (França)**: Acompanhamento das mudanças comportamentais após a formação.
2. **Universidade de La Laguna (Espanha)**: Observações sobre os efeitos das campanhas de informação e dos cursos de formação.

Por que funciona:

1. **Avaliação qualitativa**: Proporciona uma visão sobre os comportamentos reais e as mudanças culturais.
2. **Prova de impacto**: Demonstra a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

4. Análise de indicadores de desempenho

Objetivo:

Medir o impacto das ações através de estatísticas e dados quantitativos.

Exemplos:

1. **Universidade de Barcelona (Espanha)**: Inquéritos anuais para avaliar a eficácia dos programas de prevenção.
2. **Universidade de Coimbra (Portugal)**: Análise dos materiais distribuídos, da informação divulgada e das denúncias de violência sexista e sexual.

Por que funciona:

1. **Objetividade**: os indicadores quantitativos fornecem uma medida objetiva do impacto.
2. **Avaliação comparativa**: Compara os resultados de um ano com os do ano seguinte.

5. Sistemas contínuos de feedback e monitorização

Objetivo:

Implementar sistemas de feedback contínuo para ajustar as estratégias em tempo real.

Exemplos:

1. **LUIS*A on Campus (Universidade de Graz, Áustria)**: Avaliações regulares e feedback das pessoas que trabalham nos pontos LUIS*A.
2. **EOWP da Universidade de Viena (Áustria)**: Feedback contínuo para monitorizar a eficácia das medidas.

Por que funciona:

1. **Reatividade**: Permite ajustar rapidamente as ações em resposta ao feedback.
2. **Compromisso sustentável**: Mantém o compromisso e o envolvimento da comunidade universitária.

Fatores favoráveis e obstáculos à eficácia das ferramentas de prevenção

A eficácia das ferramentas de prevenção da violência sexual nas universidades depende de vários fatores. É fundamental identificar tanto os fatores que podem reforçar o impacto destas ferramentas como os obstáculos que podem limitar a sua eficácia. Segue-se uma análise detalhada dos principais fatores e obstáculos.

Fatores favoráveis à eficácia das ferramentas de prevenção

Abordagem holística e integrada: Os programas de prevenção mais eficazes são aqueles que adotam uma abordagem holística, abrangendo uma gama completa de temas, desde a educação sobre o consentimento até à gestão de conflitos e ao reconhecimento de comportamentos de risco. Um conteúdo variado e abrangente ajuda a abordar as múltiplas facetas da violência sexual e a preparar os estudantes para diferentes situações.

Personalização do conteúdo: Adaptar os programas às especificidades culturais e contextuais dos alunos ajuda a tornar as mensagens mais relevantes e impactantes. Isto pode incluir exemplos e cenários locais, bem como discussões sobre normas culturais específicas e a sua influência no comportamento.

Inclusão de testemunhos e relatos pessoais: O recurso a testemunhos de vítimas ou relatos pessoais pode humanizar as estatísticas e tornar os riscos e impactos da violência sexual mais tangíveis para os alunos. Pode também promover uma maior empatia e uma consciência mais profunda.

Utilização de dados baseados em evidências: A incorporação de dados e investigação baseados em evidências nos programas de prevenção ajuda a conferir credibilidade às mensagens e a demonstrar a importância e a urgência da prevenção da violência sexual.

Métodos interativos: Os programas que utilizam métodos de ensino interativos, tais como jogos de representação, discussões em pequenos grupos e simulações, são geralmente mais eficazes. Estas abordagens permitem que os alunos pratiquem as competências aprendidas e se envolvam ativamente com o material.

Frequência e repetição das sessões: As intervenções regulares e repetidas são essenciais para reforçar as mensagens e garantir que a informação seja retida a longo prazo. Sessões periódicas ao longo do ano letivo podem ajudar a manter a sensibilização e a vigilância.

Formação por pares: Os programas liderados por pares podem ser particularmente eficazes, uma vez que os alunos são frequentemente mais recetivos às mensagens transmitidas pelos seus pares. Os formadores pares podem servir de modelos a seguir, demonstrando que a prevenção da violência sexual é uma responsabilidade coletiva.

Utilização de tecnologias modernas: A integração de ferramentas digitais, tais como aplicações móveis, plataformas de e-learning e redes sociais, pode tornar os programas mais acessíveis e envolventes para os alunos. As tecnologias também podem facilitar o acompanhamento e a avaliação das intervenções.

Barreiras à eficácia das ferramentas de prevenção

Viés de otimismo

O viés de otimismo, em que os indivíduos subestimam o seu próprio risco de passar por experiências negativas, pode limitar a eficácia dos programas de prevenção. Os estudantes podem acreditar que nunca serão vítimas ou autores de violência sexual, o que reduz o seu empenho e a seriedade com que encaram os programas.

Mitigação do viés: Para contrariar este viés, os programas devem incluir elementos que tornem os riscos pessoais mais visíveis e reais. Por exemplo, a utilização de estatísticas locais ou de testemunhos de pares pode ajudar a reduzir a sensação de invulnerabilidade.

Privação de liberdades

Intervenções percebidas como demasiado restritivas ou intrusivas podem provocar resistência ou oposição entre os estudantes. Os programas que parecem limitar as liberdades pessoais ou impor comportamentos podem ser rejeitados.

Equilíbrio entre liberdade e segurança: Os programas devem ser concebidos de forma a equilibrar a promoção de comportamentos seguros sem parecerem restritivos. Envolver os estudantes no desenvolvimento dos programas e obter o seu feedback pode ajudar a conceber intervenções respeitosas e bem aceites.

Intervenções paternalistas

As intervenções percebidas como paternalistas, em que os alunos são tratados como crianças ou indivíduos incapazes de tomar decisões responsáveis, podem afastar o público-alvo. Esta perceção pode diminuir a eficácia do programa, gerando resistência ou indiferença.

Respeito e empoderamento: Os programas devem adotar uma abordagem de respeito e empoderamento, tratando os estudantes como parceiros na prevenção da violência sexual. Incentivar a responsabilidade pessoal e coletiva pode reforçar o empenho e a eficácia das intervenções.

Para maximizar a eficácia das ferramentas de prevenção da violência sexual nas universidades, é essencial tirar partido dos alavancadores identificados e superar potenciais obstáculos. Ao adaptar os conteúdos e os métodos de ensino, envolvendo ativamente os estudantes e respeitando a sua autonomia, os programas podem tornar-se instrumentos poderosos para criar ambientes universitários seguros e respeitosos.

Discussão e recomendações

A investigação comparativa realizada no âmbito do PREV-HED mostra que a violência sexual e o assédio são abordados através de um leque de respostas institucionais no ensino superior europeu. As práticas analisadas incluem políticas de igualdade, campanhas de sensibilização, programas de formação, procedimentos de denúncia, pessoas de contacto designadas e serviços de apoio especializados. Em conjunto, estas abordagens refletem o entendimento de que as universidades têm responsabilidades que vão além da resposta a incidentes individuais. A prevenção diz também respeito às condições em que os estudantes aprendem, o pessoal trabalha e as relações académicas se desenvolvem.

No entanto, a existência de uma política ou protocolo não demonstra, por si só, que a proteção seja eficaz. Um procedimento pode estar formalmente disponível, mas continuar a ser difícil de encontrar, compreender ou utilizar. Da mesma forma, uma instituição pode comunicar um compromisso com a prevenção do assédio sem disponibilizar tempo suficiente do pessoal, conhecimentos especializados ou coordenação para o implementar

de forma consistente. A questão central é, portanto, a relação entre os compromissos institucionais e as experiências daqueles que se espera que neles confiem.

O relatório defende uma abordagem em que a prevenção esteja integrada na governação universitária, na oferta educativa e nas práticas organizacionais do dia a dia. As atividades de sensibilização, os serviços de apoio e os mecanismos de denúncia devem formar um sistema coerente. A sua eficácia depende, em parte, do facto de os membros da comunidade universitária compreenderem os respetivos objetivos e poderem transitar entre eles sem obstáculos desnecessários.

Compreender o silêncio através das relações de poder e da confiança institucional

Uma importante implicação da investigação é que a violência sexual e o assédio não podem ser entendidos exclusivamente como problemas interpessoais. Os ambientes universitários incluem relações de autoridade e dependência que envolvem avaliação, supervisão, emprego, oportunidades de investigação e progressão profissional. Estas relações podem influenciar o facto de uma pessoa reconhecer uma experiência como inaceitável, sentir-se capaz de procurar aconselhamento ou considerar a possibilidade de apresentar uma denúncia formal.

Os estudantes podem recear consequências para as suas notas, acesso a estágios ou relações com o corpo docente. Os doutorandos e os funcionários podem estar preocupados com a supervisão, as referências, a renovação do contrato ou o desenvolvimento da carreira. Tais preocupações tornam a confiança institucional uma condição central para a prevenção e o apoio.

Consequentemente, os baixos números de denúncias não devem ser automaticamente interpretados como prova de um ambiente seguro. Podem também refletir uma consciência limitada, incerteza quanto aos procedimentos ou dúvidas sobre as consequências da denúncia. Por outro lado, um aumento nas denúncias pode indicar maior visibilidade e maior confiança nos mecanismos disponíveis. Os dados relativos às denúncias requerem, portanto, uma interpretação contextual.

Esta análise também destaca a importância de evitar uma expectativa restrita de que os indivíduos tenham de iniciar um procedimento formal antes de receberem assistência. A informação, o aconselhamento confidencial e o apoio adequado devem ser distinguidos da denúncia formal. As pessoas precisam de explicações claras sobre as suas opções, os limites da confidencialidade e as possíveis consequências de cada passo.

Estabelecer a ligação entre o primeiro contacto, o apoio especializado e os procedimentos institucionais

Os estudos de caso ilustram diferentes formas de organizar o acesso à assistência. Exemplos como os mecanismos de escuta e apoio analisados na Sciences Po Bordeaux, o Grupo de Trabalho para a Igualdade de Oportunidades da Universidade de Viena e o LUIS*A on Campus da Universidade de Graz fornecem elementos para refletir sobre a visibilidade, a acessibilidade e o encaminhamento.

No entanto, estas estruturas devem ser diferenciadas de acordo com as suas funções. Uma iniciativa de primeiro contacto pode ajudar alguém a identificar um problema e a encontrar o apoio adequado. Um serviço especializado pode prestar assistência psicológica, social ou jurídica. Um órgão de denúncia pode receber informações e dar início a um processo institucional. Estas funções podem complementar-se, mas não são intercambiáveis.

Um desafio prático fundamental consiste, portanto, em clarificar as responsabilidades e as ligações entre os serviços. Sem esta clarificação, as pessoas podem ter de repetir o seu relato desnecessariamente, contactar vários serviços ou receber informações inconsistentes. Um percurso bem organizado deve reduzir estas dificuldades, respeitando simultaneamente as escolhas da pessoa e as responsabilidades de cada serviço.

As parcerias com organizações externas podem reforçar este percurso. As associações especializadas podem oferecer conhecimentos especializados e formas de apoio que uma instituição não consegue proporcionar internamente. Tal cooperação requer acordos claros em matéria de encaminhamento, partilha de informação e respetivas responsabilidades dos profissionais universitários e externos.

A diversidade europeia como base para uma transferência contextualizada

A dimensão comparativa do relatório revela diferenças nos quadros jurídicos, nas estruturas institucionais, na terminologia e nos recursos disponíveis. As instituições também variam em termos de dimensão, governação, populações estudantis e relações com serviços externos. Estas diferenças afetam a forma como os mecanismos de prevenção e apoio podem ser organizados.

A contribuição europeia do PREV-HED reside na identificação de questões comuns e de princípios úteis nestes contextos. O glossário, o quadro documental e os estudos de caso comparativos constituem uma base para debater definições, reconhecer desafios recorrentes e examinar possíveis respostas.

A transferência deve, por conseguinte, ser entendida como um processo de adaptação. Não se pode partir do princípio de que uma iniciativa desenvolvida numa universidade funcione da mesma forma noutro local. A sua relevância depende das condições que a sustentam: competências do pessoal, recursos, autoridade institucional, parcerias externas e compatibilidade com os procedimentos locais.

Consequentemente, o relatório defende uma combinação de princípios educativos comuns e de informação verificada a nível local. A formação comum pode abordar questões como o consentimento, o assédio, as relações de poder e as respostas adequadas, enquanto a orientação institucional deve identificar os contactos e os procedimentos aplicáveis em cada contexto.

Traduzir a investigação em prática educativa

A investigação do WP3 fornece uma base para a conceção de formação que estabeleça uma ligação entre a compreensão conceptual e o discernimento prático. Conhecer uma definição é necessário, mas os participantes também precisam de oportunidades para analisar situações, reconhecer comportamentos problemáticos e compreender como reagir no âmbito das suas funções.

A aprendizagem baseada em casos, a discussão orientada, os exercícios práticos e a autoavaliação podem apoiar este objetivo. A abordagem do «testemunho ativo» é igualmente relevante, pois alarga a prevenção para além das pessoas diretamente afetadas. Incentiva os membros da comunidade universitária a refletir sobre como podem reconhecer situações preocupantes, procurar ajuda ou intervir de forma adequada, sem se exporem a si próprios nem aos outros a riscos adicionais.

A formação deve distinguir entre níveis de responsabilidade. Estudantes, docentes, supervisores, pessoal administrativo e pessoal especializado não necessitam de uma preparação idêntica. Todos precisam de pontos de referência comuns, enquanto os responsáveis por receber denúncias ou gerir procedimentos necessitam de competências e apoio adicionais.

As atividades educativas devem também ser conduzidas com cuidado. Não se deve esperar que os participantes revelem experiências pessoais, e os exemplos devem ser selecionados e apresentados de forma a respeitar as diferentes origens e possíveis experiências de violência. O objetivo é desenvolver a compreensão e a capacidade de ação num ambiente de aprendizagem seguro.

Estas considerações explicam a relação entre o relatório de investigação e os materiais de formação PREV-HED subsequentes. As conclusões do relatório ajudam a determinar os objetivos de aprendizagem, a selecionar situações relevantes e a esclarecer a distinção entre sensibilização, primeira resposta, encaminhamento e intervenção especializada.

Considerar a inclusão para além da disponibilidade de recursos

Tornar os recursos publicamente disponíveis é um passo importante, mas a disponibilidade por si só não garante que todos possam utilizá-los. A língua, a deficiência, a falta de familiaridade com os sistemas institucionais, as barreiras digitais e a confiança limitada nos serviços universitários podem afetar o acesso.

Os estudantes internacionais, por exemplo, podem não estar familiarizados com a terminologia local ou ter dúvidas sobre quais os procedimentos que se aplicam a eles. Outras pessoas podem enfrentar formas sobrepostas de

discriminação ou dependência que tornam mais difícil a procura de assistência. Os materiais de prevenção devem, por isso, evitar partir do princípio de que todos os utilizadores têm o mesmo conhecimento, recursos ou liberdade de ação.

A abordagem multilingue do PREV-HED oferece uma base útil para alargar o acesso. O seu valor depende da clareza linguística, da terminologia consistente e da atenção ao significado institucional dos conceitos traduzidos. Uma apresentação acessível e formas alternativas de obter informação continuam a ser necessárias a par da oferta multilingue.

A participação dos estudantes pode ajudar a identificar estas barreiras. Envolver os estudantes e as suas associações na revisão de exemplos e materiais de comunicação pode melhorar a relevância e a usabilidade. Esta participação deve complementar a responsabilidade institucional, em vez de transferir o fardo da prevenção para os estudantes.

Interpretação das evidências e reconhecimento dos limites metodológicos

O relatório reúne uma base documental substancial para comparar abordagens institucionais. O seu quadro analítico comum apoia a identificação de características recorrentes, diferenças e possíveis vias para o desenvolvimento educativo. No entanto, as conclusões devem ser interpretadas em relação às evidências disponíveis.

Os documentos institucionais descrevem, em geral, políticas, procedimentos previstos e atividades. Não estabelecem necessariamente a consistência com que estas disposições funcionam nem a forma como as pessoas as vivem. A informação de avaliação é desigual entre os casos, e o material documental não fornece uma base uniforme para classificar as instituições ou medir a redução da violência.

O termo «boas práticas» deve, por conseguinte, ser utilizado tendo em conta a solidez das evidências que o sustentam. Uma prática pode ser relevante devido à sua conceção, acessibilidade ou disposições institucionais, enquanto os seus resultados a longo prazo continuam a não estar suficientemente documentados.

A distinção entre implementação, aprendizagem e resultados mais amplos é particularmente importante. Os números relativos à participação mostram o alcance; os resultados da avaliação podem indicar a aprendizagem; o feedback dos utilizadores pode identificar a relevância percebida ou as barreiras. Nenhuma destas medidas, considerada isoladamente, demonstra uma redução da violência sexual. A investigação fornece uma base estruturada para a ação e para uma avaliação mais aprofundada, em vez de um único modelo validado aplicável a todas as instituições.

- **Recomendações**

Estabelecer uma responsabilidade institucional clara e sustentada

As instituições de ensino superior devem definir como a prevenção é gerida, quem é responsável pela implementação e como os serviços coordenam o seu trabalho. As responsabilidades devem ser apoiadas por tempo do pessoal, conhecimentos especializados adequados e recursos identificáveis.

Uma revisão periódica deve verificar se os procedimentos continuam a ser compreensíveis, se os contactos estão atualizados e se os mecanismos de encaminhamento funcionam conforme previsto. O envolvimento da direção da universidade, do corpo docente, dos serviços de apoio e dos representantes dos estudantes pode ajudar a manter a continuidade para além de iniciativas individuais ou mudanças de pessoal.

Tornar o acesso à informação e ao apoio simples

As instituições devem apresentar um percurso claro que distinga os pedidos de informação, o apoio inicial, a assistência especializada e a denúncia formal. Os utilizadores devem ser capazes de identificar quem contactar, o que cada serviço pode oferecer e o que pode acontecer após o contacto.

A comunicação deve explicar a confidencialidade e os seus limites, as opções disponíveis e as salvaguardas relevantes. Nos casos em que o contacto anónimo for possível, as suas limitações práticas também devem ser esclarecidas. A conceção destes percursos deve minimizar repetições desnecessárias e evitar que as pessoas tenham de lidar sozinhas com a complexidade institucional.

Integrar a prevenção na oferta educativa recorrente

A formação deve fazer parte de uma abordagem educativa contínua, apoiada por atividades introdutórias e oportunidades de reforço. Uma base comum pode abordar o reconhecimento da violência, o consentimento, as relações de poder, as fontes de assistência e as respostas adequadas.

A formação adicional deve refletir as responsabilidades profissionais, particularmente no caso de supervisores, gestores e pessoal suscetível de receber denúncias. Os materiais do PREV-HED podem apoiar esta progressão através da utilização seletiva de módulos, estudos de caso e atividades, combinados com orientações relevantes a nível local.

Combinar a aprendizagem digital com o intercâmbio facilitado

Os recursos online podem alargar o acesso e permitir que os utilizadores trabalhem ao seu próprio ritmo. As atividades facilitadas podem proporcionar oportunidades para discutir situações difíceis, esclarecer mal-entendidos e praticar respostas adequadas.

As instituições devem considerar a forma como estes formatos se complementam. A conclusão de um curso online deve ser entendida como um elemento de uma estratégia de prevenção mais ampla. Quando forem utilizadas ferramentas de informação digitais ou um chatbot, o seu âmbito e limitações devem ser explícitos,

e o seu conteúdo deve ser verificado regularmente em relação aos contactos e procedimentos institucionais atuais.

Reforçar a capacidade do pessoal que recebe denúncias

O pessoal que atua como ponto de contacto inicial deve receber formação sobre como ouvir, explicar opções, manter limites adequados e encaminhar as pessoas para serviços competentes. Deve compreender a distinção entre receber uma denúncia, prestar apoio e conduzir uma investigação.

Estas funções também exigem acesso a aconselhamento profissional e apoio organizacional. Responsabilidades claras e mecanismos de encaminhamento podem ajudar a evitar respostas inadequadas e a reduzir a dependência do empenho pessoal de um pequeno número de indivíduos.

Incorporar a participação inclusiva na conceção e na revisão

Os estudantes e o pessoal de diferentes origens devem ser envolvidos na avaliação da clareza e acessibilidade dos recursos. As revisões devem ter em conta a língua, a deficiência, o acesso digital e a familiaridade com os sistemas universitários.

A consulta deve oferecer formas de contribuir sem revelar experiências pessoais. O feedback pode, então, servir de base para a revisão de exemplos, atividades de aprendizagem e informação institucional. As associações de estudantes podem ser parceiros valiosos neste processo, a par de serviços especializados e organizações externas.

Desenvolver um quadro de avaliação que distinga os diferentes resultados

A avaliação deve examinar separadamente o alcance, a implementação, a aprendizagem e a acessibilidade dos serviços. As medidas relevantes podem incluir a participação, a conclusão, o conhecimento das opções de apoio, as respostas a cenários práticos e as perceções sobre a clareza dos percursos de encaminhamento.

As avaliações antes e depois da formação podem ajudar a identificar mudanças na aprendizagem. O acompanhamento numa fase posterior pode explorar a retenção e a possível aplicação. O feedback qualitativo pode explicar por que razão os participantes consideraram determinados elementos úteis ou difíceis.

Os relatórios e os dados relativos à utilização dos serviços devem ser interpretados em conjunto com a informação contextual. A avaliação deve proteger a privacidade e evitar a recolha de informações pessoais sensíveis que não sejam necessárias para efeitos de avaliação da atividade.

Documentar as condições de transferência e manter os recursos partilhados

Para apoiar a reutilização, os parceiros devem documentar os públicos-alvo, os recursos, as competências e os acordos institucionais necessários para implementar cada abordagem. As adaptações devem ser registadas para que outras instituições possam compreender o que foi alterado e porquê.

A sustentabilidade dos recursos do PREV-HED requer também disposições claras em matéria de alojamento, manutenção, revisão de conteúdos e atualização da informação local. A cooperação contínua entre universidades, entidades formadoras, investigadores e associações especializadas pode apoiar este trabalho e gerar mais dados sobre a implementação.

A principal contribuição do PREV-HED consiste em ligar o conhecimento comparativo ao desenvolvimento educativo prático. Partir desta base requer um compromisso institucional sustentado: a formação deve estar associada a um apoio acessível, a responsabilidades claras e a uma avaliação contínua. Esta combinação oferece uma base credível para reforçar a prevenção, respeitando simultaneamente a diversidade do ensino superior europeu.

Referências

Almeida, H. B. D. (2019). *Violência sexual e de género na universidade: do sigilo à luta pelo reconhecimento*. Brasil (s). Ciências Humanas e Sociais, (16).

Andro, A. (2023). Mind the Gap: avanços e resistência no combate à violência sexual e de género no meio académico (2002-2022). *Mouvements*, 113(1), 109-118.

Anitha, S., & Lewis, R. (2018). Violência de género no ensino superior: um estudo de caso de uma universidade do Reino Unido. *Springer. https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-63233-5_8*

Bereni, L., Lépinard, E., Lieber, M., & CLASCHES. (2003). Contra o assédio e a violência sexual no ensino superior: quais as respostas políticas e institucionais? *Nouvelles questions féministes*, 22(1), 134-137.

Bergeron, M., Fethi, I., Baril, K., Ricci, S., Dion, J., Ouellette, M. H., ... & Viau, C. (2023). Experiências de (não) denúncia de violência sexual no meio académico: percursos minados e resultados contraditórios 1. *Recherches féministes*, 36(1), 243-262.

Cromer, S. (2017). Contra as violências sexistas e sexuais no ensino superior e na investigação (ESR). *Femmes Diplômées*, 262(1), 141-150.

Cromer, S., & Hamel, C. (2014). Medir o assédio sexual e a violência baseada no género na universidade. As contribuições do inquérito «Violências e Relações de Género» (denominado VIRAGE). *Les cahiers du CEDREF*. Centro de Ensino, Estudos e Investigação para os Estudos Feministas, (19).

M. (2023). Taxa de incidência anual de violência sexual na universidade: um estudo comparativo entre 1994 e 2016. *Sexologies*, 32(3), 206-220.

Dejace, C. (2020). *Representações da violência sexual entre os estudantes da Universidade de Liège*. Universidade de Liège

Deruelle, F., & Jarty, J. (2023). *Julgar a violência sexual na universidade: o desafio do direito disciplinar*. Champ pénal/Penal field, (28).

Comissão Europeia. (2020). Uma União da Igualdade: Estratégia para a Igualdade de Género 2020–2025 (COM/2020/152 final). https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52020DC0152

Comissão Europeia. (2022). Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica (COM/2022/105 final). https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52022PC0105

Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. (2024). Diretiva (UE) 2024/1385, de 14 de maio de 2024, relativa ao combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica. Jornal Oficial da União Europeia, L, 2024/1385. https://eur-lex.europa.eu/eli/dir/2024/1385/oj

Hamel, C. (2008). O tratamento do assédio sexual e das discriminações na universidade. *Mouvements*, 5556(3), 34-45.

Julien, M. H. M., & Daigneault, M. B. I. (2018). *As atividades preventivas em matéria de violência sexual nos meios de ensino secundário e universitário: Retrato das intervenções atuais no Quebeque*. UQAM.

Kambouri, M. (2021). Experiências de assédio sexual entre estudantes universitários: o papel do género e resiliência . *Frontiers. https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fsoc.2021.00010/full*

Lavoie, F., Parent, S., Auclair, I., & Bergeron, M. (2017). *Violências sexuais no meio universitário, resultados do Inquérito sobre Sexualidade, Segurança e Interações no Meio Universitário (ESSIMU): Retrato da situação na Universidade Laval*. Universidade Laval.

LeBlanc, I. (2021). O discurso sobre a violência sexual nas universidades francófonas: o caso da Universidade de Moncton. *Francophonies d'Amérique*, (51), 11-38.

Magni, G., & Collet, I. (2022). *Violência sexista e sexual no ensino superior na Suíça: várias campanhas de prevenção... com impacto desconhecido*. Género e Educação no Luxemburgo e Além: Desafios Locais e Novas Perspectivas, 170.

Menéndez, M., van den Brink, M., & Scambor, E. (2021). Características organizacionais que facilitam a violência e o assédio baseados no género no ensino superior? *Administrative Sciences*, 11(4), 138. https://doi.org/10.3390/admsci11040138

Academias Nacionais de Ciências, Engenharia e Medicina. (2018). Assédio sexual contra as mulheres: clima, cultura e consequências nas ciências académicas, na engenharia e na medicina. Washington, D.C.: National Academies Press; 2018.

Academias Nacionais de Ciências, Engenharia e Medicina (2018). Colaboração para a Prevenção Assédio Assédio no Ensino _____https://www.nationalacademies.org/our-work/action-collaborative-on-preventing-sexual-harassment-in-higher-education

Nation M, Crusto C, Wandersman A, Kumpfer KL, Seybolt D, Morrissey-Kane E, et al. O que funciona na prevenção. Princípios de programas de prevenção eficazes. Am Psychol. Julho de 2003;58(6-7):449-56.

Newlands R. Uma revisão crítica da prevenção da violência sexual em campus universitários. Acta Psychopathol. 2016;02(02).

Organização Mundial de Saúde. (2002). *Relatório Mundial de Saúde 2002: Reduzir os riscos, promover uma vida saudável*. Organização Mundial de Saúde. https://apps.who.int/iris/handle/10665/42522

Picard, M. (2020). *Eficácia das ferramentas de prevenção primária da violência sexual no ensino superior*: uma revisão sistemática da literatura. Tese de medicina geral. Universidade da Reunião

Rao, P. (2018). Violência sexual na universidade. *Afrique Renouveau*, 32(2), 28-28.

Ricci, S. (2017). Combater a violência sexual na universidade: uma rede de resistência. *Nouveaux Cahiers du socialisme*, (18), 178-183.

Savoie, L., Pelland, M. A., Morin, S., Boudreau, L. C., & Grandisson, S. (2018). A invisibilidade da violência sexual quotidiana entre as estudantes universitárias: experiências a compreender. *Recherches féministes*, 31(2), 141-158.

Xavier, F., Demeester, A., & Chatoney, M. (2021). *A educação sexual no contexto escolar: o modelo explicativo 3D*. 8(1), 17.

Zarca, A. (2017). A repressão disciplinar do assédio sexual na universidade. La Revue dos direitos humanos. *Revista do Centro de Investigação e Estudos sobre os Direitos Fundamentais,* (